



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
NÚCLEO DE PESQUISA EM SAÚDE MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA

**USO DE DROGAS E ATO INFRACIONAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

SAMKYA FERNANDES DE OLIVEIRA ANDRADE

**João Pessoa
Fevereiro 2015**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
NÚCLEO DE PESQUISA EM SAÚDE MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA

**USO DE DROGAS E ATO INFRAACIONAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

SAMKYA FERNANDES DE OLIVEIRA ANDRADE
Mestranda

Profa. Dra. SILVANA CARNEIRO MACIEL
Orientadora

João Pessoa
Fevereiro 2015

SAMKYA FERNANDES DE OLIVEIRA ANDRADE

**USO DE DROGAS E ATO INFRACIONAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba por Samkya Fernandes de Oliveira Andrade, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Carneiro Maciel

João Pessoa
Fevereiro 2015

A553u Andrade, Samkya Fernandes de Oliveira.
 Usos de drogas e ato infracional: representações sociais de
 adolescentes em conflito com a lei / Samkya Fernandes de
 Oliveira Andrade.- João Pessoa, 2015.
 191f. : il.
 Orientadora: Silvana Carneiro Maciel
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL
 1. Psicologia social. 2. Adolescente - uso de drogas.
 3. Adolescente - conflito - lei. 4. Ato infracional.
 5. Representação Social.

UFPB/BC

CDU: 316.6(043)



SAMKYA FERNANDES DE OLIVEIRA ANDRADE

Data da defesa: 23/02/2015

Banca Avaliadora:



Profa. Dra. Silvana Carneiro Maciel (UFPB, Orientadora).



Profa. Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto (UFPB, Membro interno).



Profa. Dra. Railda Fernandes Alves (UEPB, Membro externo).

João Pessoa
Fevereiro 2015

*À minha mãe, Luciene, pelo exemplo de
força e apoio sem limites.*

*E ao meu filho, Lían, por preencher minha
vida de sentido.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

À minha mãe, Luciene, que me ensinou na dor a secar as lágrimas e seguir em frente e ter sempre a certeza de um caminho para recomeçar.

Ao meu pai, Evandro, que me apresentou desde cedo o mundo encantado da leitura e mesmo longe torce na primeira fila pelo meu sucesso.

Ao meu príncipe irmão, Eryk, que faz da nossa diferença de idade algo irrelevante, *I will love you unconditionally...*

A Sávio, meu refúgio, obrigada pelo carinho, amor e companheirismo, a cada dia eu renovo a certeza de que ao teu lado é onde quero estar.

A Lían, meu filho, que desde o ventre foi a minha companhia nas madrugadas de escrita e trabalho. Você é razão da minha vida, hoje, ser repleta de sentido.

Aos amigos que João Pessoa me presenteou, Iara, Dandara e Geane, pelo carinho, cuidado e a forma como fui abraçada por vocês, tenho a certeza que ganhei irmãs.

À dona Urânia, por me acolher na sua casa em João Pessoa, me fazendo sentir da família, obrigada pelo cuidado e carinho.

À professora, orientadora e amiga, Dra. Railda Fernandes Alves, que me despertou desde a graduação para o árduo e prazeroso campo da pesquisa. Por ter me ensinado sobre ética, responsabilidade e compromisso na pesquisa, muitíssimo obrigada.

A cada um que compõe o Grupo de Pesquisa em Saúde Mental e Dependência Química (GPSMDQ) pelo acolhimento e experiências compartilhadas. Levarei sempre com carinho a lembrança de cada um de vocês.

À Dra. Silvana Carneiro Maciel, pela orientação e dedicação em se fazer presente, compartilhando seu conhecimento de forma atenciosa e humilde. Obrigada pela oportunidade de compor e fazer parte da família GPSMDQ.

Ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e a todos os professores que, direta ou indiretamente, contribuíram para este trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo incentivo financeiro oferecido.

Aos profissionais do Centro Educacional do Adolescente (CEA), especialmente à psicóloga Jozina que, sempre atenciosa, foi uma peça fundamental para o andamento da pesquisa na instituição.

Aos adolescentes, sujeitos da pesquisa, que ao confiarem a mim suas histórias, deram sentido e motivação para o desenvolvimento deste trabalho. Das entrevistas fizemos um encontro de subjetividades que contribuiu, não apenas para a presente pesquisa, mas também para meu crescimento.

*Se eu pudesse eu dava um toque em meu destino
Não seria um peregrino nesse imenso mundo cão
E nem o bom menino que vendeu limão
E trabalhou na feira pra comprar seu pão*

*E nem o bom menino que vendeu limão
E trabalhou na feira pra comprar seu pão
Não aprendia as maldades que essa vida tem*

*Mataria a minha fome sem ter que roubar ninguém
Juro que eu não conhecia a famosa Funabem
Onde foi a minha morada desde os tempos de neném
É ruim acordar de madrugada pra vender bala no trem*

(. . .)

*Seria eu um intelectual
Mas como não tive chance de ter estudado em colégio legal
Muitos me chamam pivete
Mas poucos me deram um apoio moral
Se eu pudesse eu não seria um problema social*

(. . .)

Problema Social – Seu Jorge

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE FIGURAS.....	12
LISTA DE SIGLAS.....	13
RESUMO.....	14
ABSTRACT.....	15
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1. Adolescência e drogas: Contextualização histórica e as políticas de assistência.....	19
1.1. Contextualização histórica acerca da adolescência.....	20
1.2. Políticas públicas voltadas à assistência ao adolescente.....	28
1.3. Historiando as drogas no contexto do adolescente em conflito com a lei.....	38
CAPÍTULO 2. Reconstruindo o percurso histórico da Teoria das Representações Sociais.....	49
2.1. A Teoria das Representações Sociais: Articulando a Psicologia e Sociologia.....	62
CAPÍTULO 3. Método.....	73
3.1. Objetivo Geral.....	74
3.2. Objetivos específicos.....	74
3.3. Tipo de estudo.....	74
3.4. Amostra.....	75
3.5. Local.....	76
3.6. Instrumentos e análise de dados.....	76
3.6.1. Questionário sociodemográfico/Análise das frequências.....	76
3.6.2. A Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) / Análise Lexicográfica.....	77
3.6.3. Desenho estória com tema/ Análise de conteúdo.....	78
3.6.4. Entrevista semiestruturada/Análise de conteúdo.....	78
3.7. Considerações éticas e procedimentos de coleta de dados.....	80
CAPÍTULO 4. Resultados e discussão.....	83

4. 1. Análise dos dados sócio-demográficos.....	84
4.2. As representações sociais da droga, crime e família elaboradas pelos adolescentes em conflito com a lei através da análise da Técnica de Associação Livre de Palavras e da Teoria do Núcleo Central.....	89
4.2.1. Estrutura da representação social da droga.....	89
4.2.2. Estrutura da representação social do crime.....	93
4.2.3. Estrutura da representação social da família.....	96
4.3. Desenho estória com Tema.....	98
4.3.1. Categoria: Relação droga-crime.....	99
4.3.2. Categoria: Consequências do uso de drogas.....	108
4.4. As representações sociais da droga, <i>crime</i> e família elaboradas pelos adolescentes em conflito com a lei através da análise da Análise de Conteúdo Temática.....	118
4.4.1. Classe temática referente à droga.....	120
4.4.2. Classe temática referente ao ato infracional	124
4.4.3. Classe temática referente a Relação droga- <i>crime</i>	136
4.4.4. Classe temática referente à família.....	140
4.2. Resultados da técnica de associação livre de palavras.....	89
4.3. Resultados do desenho estória com tema.....	98
4.4. Resultados das entrevistas.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS.....	152
APÊNDICES	172

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Dados sociodemográficos dos participantes.....	85
Tabela 2. Classes, Categorias e subcategorias da Análise de Conteúdo Temático.....	119

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Etapas operacionais da análise de conteúdo.....	80
Figura 02. Evocações acerca do estímulo droga.....	90
Figura 03. Evocações acerca do estímulo crime.....	93
Figura 04. Evocações acerca do estímulo família.....	96
Figura 05.	99
Figura 06.	100
Figura 07.	100
Figura 08.	101
Figura 09.	101
Figura 10.	102
Figura 11.	102
Figura 12.	103
Figura 13.	103
Figura 14.	104
Figura 15.	104
Figura 16.	105
Figura 17.	108
Figura 18.	109
Figura 19.	109
Figura 20.	110
Figura 21.	110
Figura 22.	111
Figura 23.	111
Figura 24.	112
Figura 25.	112
Figura 26.	113
Figura 27.	114
Figura 28.	114
Figura 29.	115

LISTA DE SIGLAS

- IBGE** – Instituto de Geografia e Estatística.
- OMS** – Organização Mundial de Saúde.
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- TRS** – Teoria das Representações Sociais.
- RS** – Representações Sociais.
- CNJ** – Conselho Nacional de Justiça.
- SINASE** – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.
- ABMP** – Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude.
- FONACRIAD** – Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança e ao Adolescente.
- CONANDA** – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- SUAS** – Sistema Único de Assistência Social.
- CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
- PND** – Plano Nacional sobre Drogas.
- FUNDAC** – Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente.
- TALP** – Técnica de Associação Livre de Palavras.
- PNAS** – Política Nacional de Assistência Social
- CCJC** – Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

RESUMO

Sob a ótica da Teoria das Representações Sociais, objetiva-se conhecer e analisar as representações sociais acerca do uso de drogas entre os adolescentes em conflito com a lei e a existência da relação com o ato infracional. Trata-se de uma pesquisa com metodologia qualitativa como principal referência. A amostra é constituída por 31 adolescentes em conflito com a lei, em cumprimento de medida socioeducativa de internação na cidade de João Pessoa – PB. Como instrumentos foram utilizados: questionário sociodemográfico; teste de associação livre de palavras (Estímulos indutores: crime, droga, família); Desenho estória com tema (“Desenhe uma pessoa que usa drogas”), e entrevista semiestruturada. Os dados foram analisados atendendo os seguintes métodos: o questionário sociodemográfico utilizado foi o *Statistical Package for the Social Sciences* (em português: Pacote Estatístico para as Ciências Sociais – SPSS); as associações livres foram processadas pelo programa *Evocation* (em português: Evocação – *EVOC*); as entrevistas foram tratadas pela Análise de Conteúdo Temática. Os resultados indicaram que os adolescentes possuem idade média de 16,2 (DP=0,78), destes 74,1% já fizeram uso de drogas ilícitas, sendo a maconha (N=21/30,3%) a mais consumida. Como ato infracional que motivou a internação, 41,9% (N=13) se referem ao assalto. A droga é representada negativamente, como sendo responsável por trazer consequências relacionadas a problemas de saúde e conflitos familiares. A família é representada como objeto de proteção e fonte de conselhos. Dessa forma, a presente pesquisa se propôs a contribuir na perspectiva de dar voz aos adolescentes em conflito com a lei, que por vezes, por se encontrarem em situação de exclusão social, têm suas questões constantemente silenciadas. Isto posto, só assim, será possível articular os diferentes contextos em que o adolescente está inserido, na promoção de políticas públicas de saúde, educação, lazer, segurança, entre outras, atuando preventivamente e interventivamente de forma mais eficiente.

Palavras-chave: Adolescente em conflito com a lei. Representação Social. Droga. Ato infracional.

ABSTRACT

Under the view of the Theory of Social Representations, it's aimed to get to know and analyze the social representations concerning the use of drugs among the adolescents in conflict with the law and existence of a link with the infractional act. It is a research with qualitative methodology as main reference. The sample is composed of 31 adolescents in conflict with the law, under reclusion of social and educational measures in João Pessoa – PB. As instruments were used: sociodemographic questionnaire; test of free word association (Inductive stimulus: crime, drug, family); Thematic story drawing (“Draw a person that uses drugs”), and semistructured interview. The data were analyzed attending the following methods: the sociodemographic questionnaire used was the Statistical Package for the Social Sciences; the free associations were processed by the software Evocation; the interviews were treated by the Thematic Content Analyses. The results indicated that the adolescents are, averagely, 16.2 years old ($SD = 0.78$), of which 74.1% already used illicit drugs, being marijuana ($N=21/30.3\%$) the most consumed one. As for the infractional act that motivated the reclusion, 41.9% refers to robbery. The drug is represented negatively, as responsible for bringing health issues and family conflicts. The family is represented as protection object and source of advices. Thus, the present research proposed to contribute in the perspective of have the adolescents in conflict with the law listened, who, many times, for being in a situation of social exclusion, have their questions constantly silenced. Hence, only this way, will be possible to articulate the different contexts in which the adolescents are immersed, in the promotion of public politics concerning health, education, leisure, safety, among others, preventing and intervening more efficiently

Keywords: Adolescents in conflict with the law. Social Representations. Drugs. Infractional act.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da droga tem sido alvo de interesse no campo científico e em diversos setores da sociedade, seja como reforçador de políticas proibicionistas ou por sua legalização. O certo é que o olhar sobre tal fenômeno deve reconhecê-lo como multideterminado, envolto por diversos componentes: biológicos, psicológicos, sociais e culturais.

Em seu percurso, a atribuição de significados à droga foi sendo modificada. Inicialmente estavam relacionadas a contato com divindades, fontes de prazer e alívio de dores, no entanto, novas configurações sociais e culturais foram sendo desenhadas e com elas, as representações sociais de caráter negativo da droga. Hoje temos, no Brasil especificamente, um grande número de drogas consideradas ilícitas e aqueles que fazem uso delas são associados diretamente ao ato criminoso (Nonticuri, 2010).

Na presente pesquisa os atores sociais são constituídos por adolescentes em situação específica, no caso, aqueles que cometeram algum tipo de infração e se encontram no cumprimento de medida socioeducativa de internação. Tais sujeitos montarão o cenário da pesquisa que articula a droga com toda a complexidade que lhe é atribuída. Estes fenômenos serão estudados com um enfoque que reconheça o adolescente inserido em um contexto social, histórico e cultural, sem desprezar as implicações orgânicas, que envolvem a adolescência como um período específico e delicado do desenvolvimento (Senna & Dessen, 2012).

A respeito das particularidades dos sujeitos da presente pesquisa – a saber, os adolescentes em conflito com lei – estudos têm apontado uma relação estreita entre o uso de drogas e o ato infracional. Longe de querer estabelecer uma relação causal entre ambos os fenômenos, o que objetivamos é conhecer e analisar as representações sociais

acerca do uso de drogas entre os adolescentes em conflito com a lei e a existência da relação com o ato infracional. Pois se acredita que dar voz a esses adolescentes, geralmente excluídos socialmente, é um caminho para a criação de políticas que, de fato, atuem e intervenham preventivamente neste processo.

Pode-se ainda dizer que muito se fala sobre a problemática do adolescente em conflito com a lei, especialmente nos meios de comunicação com matérias sensacionalistas sobre o quão “perigoso” é o adolescente que comete infração ou o quão insustentável é andar nas ruas sem ser impelido por um deles. No entanto, pouco se faz em termos de cuidado ou propostas interventivas, pois, se o lugar de exclusão é tomado pelo usuário de droga, ainda mais é aquele que, somado ao uso de drogas, comete infração (Melo, 2013).

Assim, para apreender o debate aqui proposto e dar conta dos objetivos estabelecidos, este trabalho foi dividido em cinco capítulos. O Capítulo 1, denominado *Adolescência e drogas: Contextualização histórica e as políticas de assistência*, descreve o percurso histórico do que hoje entendemos acerca da adolescência e como o conceito foi sendo construído, seguido pelo subcapítulo *Políticas públicas voltadas à assistência ao adolescente*, que contextualiza o universo da droga ao longo dos anos e ainda o segundo subcapítulo, *Historiando as drogas no contexto do adolescente em conflito com a lei*, que descreve as políticas de assistência à adolescência, especificamente, ao adolescente em conflito com a lei.

No Capítulo 2, *Reconstruindo o percurso histórico da Teoria das Representações Sociais*, é descrito o percurso histórico da Psicologia Social até o surgimento da Teoria das Representações Sociais, caracterizada no subcapítulo intitulado *A Teoria das Representações Sociais: Articulando a Psicologia e a Sociologia*.

O Capítulo 3, sobre o *Método*, expõe os objetivos, o tipo de estudo, a amostra, o local, os instrumentos e a forma como os dados foram analisados. E, por fim, as considerações éticas e procedimentos para a coleta de dados.

O Capítulo 4, denominado *Resultados e Discussão*, contém a apresentação e discussão dos resultados da presente pesquisa. Inicialmente, são descritos os dados referentes ao perfil sociodemográfico, em seguida, aqueles obtidos por meio do Desenho Estória e, finalmente, a Análise de Conteúdo.

Encerrando este trabalho, temos as considerações finais, seguidas das referências utilizadas no presente estudo e dos anexos e apêndices.

CAPÍTULO 1

Adolescência e drogas: Contextualização histórica e as

políticas de assistência

1. Adolescência e drogas: Contextualização histórica e as políticas de assistência

O percurso histórico trilhado pelo que hoje entendemos acerca da adolescência irá ajudar na compreensão dos objetivos aqui propostos, visto que estes são os personagens principais que compõem o cenário da presente pesquisa.

Desta forma, o capítulo é composto pelo percurso histórico e formação do conceito de adolescência e como esta foi apreendida e entendida ao longo de toda pesquisa, incluindo as particularidades que envolvem o adolescente em conflito com a lei. Em seguida, detalha-se a construção das políticas públicas que dizem respeito à adolescência e, por fim, sua relação com o uso de droga.

1.1. Contextualização histórica acerca da adolescência

Etimologicamente adolescência vem do latim *ad* (a, para) e *olescer* (crescer), referindo-se ao processo de crescimento do sujeito. O termo tem derivação de *adolescere*, que compartilha a mesma raiz etimológica da palavra “adoecer”, devido ao fato de, originalmente, a adolescência ter sido compreendida como um período envolto em sofrimentos emocionais e transformações biológicas e mentais (Schoen-Ferreira & Aznar-Farias, 2010).

O conceito de adolescência é definido como período de transição em que o sujeito vive uma situação de novos ajustamentos entre o comportamento infantil e o comportamento adulto. Cronologicamente, a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1965) definiu como um período biopsicossocial que compreende a segunda década de vida, entre os 10 e 19 anos de idade. Limites cronológicos também foram adotados pelo Ministério da Saúde do Brasil (Brasil, 2007a) e pelo Instituto de Geografia e Estatística

– IBGE (Brasil, 2007b), tais definições por faixa etária são comumente usadas para fins estatísticos. Ainda seguindo o conceito de maioridade do ponto de vista cronológico, o Brasil, através do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (2013) estabelece o período da adolescência entre os 12 e os 18 anos de idade.

Nesse período acontece a puberdade, termo referente às mudanças de cunho puramente fisiológico e biológico, diferentemente da adolescência, que diz respeito, aos comportamentos psicossociais subjacentes a este período do desenvolvimento. No entanto, tanto a puberdade quanto a adolescência são processos interligados, uma vez que a adolescência é influenciada pelas manifestações da puberdade (Schoen-Ferreira & Aznar-Farias, 2010). Sendo assim, a literatura converge ao entender os dois fenômenos, puberdade e adolescência, como distintos: autores como Kalina e Laufer (1974), Melvin e Wolmar (1993) e a própria OMS (1986) entendem que, na puberdade, ocorrem mudanças que tendem à maturação biológica adulta com fins de desenvolvimento da capacidade reprodutiva e, na adolescência, enfocam-se os aspectos referentes às adaptações físicas, psicológicas e ambientais, sem negar as especificidades de cada sujeito e o contexto histórico, social e cultural no qual o mesmo está inserido.

E é nesse sentido que se entende que ao mesmo tempo em que se propõe a universalidade da adolescência, entende-se que, para melhor compreendê-la, faz-se necessário sua investigação envolta em um contexto histórico cultural e que irá determinar formas diversas de vivência da adolescência (Schoen-Ferreira & Aznar-Farias, 2010).

Podemos ver que, ao longo da história, não há consenso no que diz respeito à definição da adolescência e, apesar de não se ter a adolescência como período específico do desenvolvimento antes do século XVIII, existem relatos de filósofos como Sócrates (469-399 a.C.), Aristóteles (384-322 a.C.) e Platão (427-347 a.C.) que descreviam este

período como sendo posterior a infância e marcado pela impulsividade, paixão e excitabilidade (Avila, 2005). Platão, por exemplo, advertia quanto ao uso de bebida alcoólica antes dos 18 anos, pois seria o mesmo que “colocar fogo no fogo”. Os componentes psicológicos e fisiológicos desta fase sempre estiveram presentes nas descrições e nas representações sociais da adolescência, independente do intervalo histórico. A diferença é que, em determinados momentos da história, ela não era reconhecida como um período específico do desenvolvimento.

No século V dá-se início à Idade Média na Europa, com as invasões germânicas aos domínios do Império Romano, estendendo-se até o século XV. Esse período é caracterizado pela economia centrada no setor rural e um sistema de produção feudal, concentrada em pequenas comunidades, concedendo a estas um aspecto familiar aos que a elas pertenciam (Rodrigues, 2014). As crianças e adolescentes eram considerados adultos em miniatura e tanto a criança quanto o adolescente não eram reconhecidos como pertencentes a períodos determinados do desenvolvimento humano. A criança era imersa no mundo dos adultos, partilhando de suas atividades e “de criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude” (Ariès, 1978, p. 4).

Historicamente, a Idade Média se encerra com a tomada de Constantinopla pelos turco-otomanos, dando início à Idade Moderna (séculos XV a XVIII) marcada pela substituição do modo de produção feudal para o modo de produção mercantilista e, posteriormente, capitalista. As grandes navegações também foram um dos acontecimentos marcantes desse momento histórico, pois, além de proporcionarem a ampliação dos horizontes comerciais, ampliaram a diversificação de costumes e tradições devido ao contato de diferentes povos entre si (Vicentino, 1998).

O Estado passa a interferir na esfera social, repercutindo nas formas de agir das famílias, comunidades, educação e religião, o que culminou no suposto interesse de proteção e cuidado as crianças e adolescentes no que diz respeito, especificamente, às questões morais. Houve a inauguração da escola enquanto instituição e as crianças e adolescentes passaram a ser educados em lugares separados e fechados sob responsabilidade de adultos especializados. Nesse momento os grupos de jovens começam a se organizar, no entanto, o conceito de adolescência ainda é inexistente (Schoen-Ferreira & Aznar-Farias, 2010).

A ideia de um período específico do desenvolvimento humano, caracterizado por mudanças físicas, fisiológicas, psicológicas e culturais, como hoje entendemos a adolescência, se deu no século XVIII, marcado pelo Iluminismo. Período também conhecido como Século das Luzes, o Iluminismo foi um movimento cultural da elite intelectual europeia que defendia a substituição das crenças religiosas pelo pensamento racional para explicação das coisas e, assim, o homem deveria ocupar o centro e passar a buscar respostas racionais para os fenômenos antes explicados somente pela fé. Com a valorização do homem e sua complexidade como um todo, foi dada à adolescência o status de estágio do desenvolvimento, caracterizado pela aquisição da racionalidade, do pensamento abstrato e da construção da identidade (Davim, Germano, Menezes, Carlos, 2009; Vicentino, 1998).

O século XVIII também foi palco da Revolução Industrial, responsável por profundas transformações na sociedade europeia e norte-americana, repercutindo em mudanças no âmbito familiar, como o surgimento da família nuclear, e o processo de ensino obrigatório; este, responsável por manter o adolescente por um período maior no universo escolar, retardando a incorporação do adolescente ao universo adulto (Davim *et al.*, 2009; Avila, 2005).

Desta forma, a divisão dos grupos por idade se tornou mais acentuada e o período da adolescência foi gradativamente tornando-se objeto de interesse entre pesquisadores e estudiosos, tendo sua relevância no plano social demarcada. O que resultou no aumento da inserção de tal população nas escolas secundárias e a consequente criação de leis que se opunham ao trabalho juvenil precoce (Avila, 2005).

No geral, o que hoje temos e entendemos da adolescência está ligado às novas maneiras de viver no grupo social de pertença, ao passo de que a mudança na visão de homem, com o Iluminismo, a industrialização e instauração das escolas como instituições especializadas de ensino obrigatório, deram à adolescência uma posição especial, despertando o interesse de estudo da mesma e sua demarcação como objeto de pesquisa (Schoen-Ferreira & Aznar-Farias, 2010).

No que se refere ao contexto da Psicologia, reportamo-nos aos estudos de Stanley Hall (1844-1924), responsável por introduzir a adolescência como objeto de estudo da Psicologia e, por esse, motivo considerado o pai da “psicologia da adolescência”. Hall definiu a adolescência em sua obra, *Adolescense* (1904), como um período inevitável de transição universal, com presença de certo grau de instabilidade emocional em função do surgimento da sexualidade (Avila, 2005; Martins, Trindade, Santo & Almeida, 2003; Senna & Dessen, 2012).

Hall defendia que na adolescência ocorre a prevalência de um humor deprimido, uma alta busca por sensações e taxas significativas de infração. Neste aspecto específico, Hall afirma que os adolescentes experimentam um período normal de “semi-criminalidade” e aqueles cujo ambiente favorecer, permaneceriam no crime até a vida adulta. O que nos faz intuir que para Hall, o fenômeno da “delinquência” no período da adolescência era causado por questões orgânicas, próprias da fase, e por questões ambientais. Nesse caso, quando a adolescência é caracterizada como um estágio do

desenvolvimento humano, atesta-se uma menor ou quase nenhuma influência do meio. Tal pensamento leva à concepção de que seria natural o período da adolescência ser vivido como uma época conturbada e nada poderia ser feito para reverter este aspecto. Este entendimento foi sendo incorporado ao pensamento social e orientando posicionamentos mais tradicionais acerca da adolescência (Martins *et al.*, 2003).

O aporte teórico de Hall subordina a realidade biopsicossocial a circunstâncias interiores, na medida em que compreende a adolescência como uma fase de crises e instabilidades. Este pensamento, denominado de naturalista, tem como um dos principais representantes Debesse (1946), o qual pressupõe que os desequilíbrios e as instabilidades são inerentes ao adolescente (Ozella, 2002).

Erik Erikson (1968/1976) é um dos responsáveis por ultrapassar o posicionamento puramente naturalista ao inserir em sua teoria o conteúdo advindo da Antropologia Cultural. O autor elabora uma teoria acerca do desenvolvimento psicossocial pautada na integração da psicanálise ao campo da antropologia social, com ênfase na interação intelectual, histórica e biológica, havendo, de acordo com ele, uma adaptação mútua entre o sujeito e o ambiente.

A teoria de Erikson é composta por oito fases na vida do homem, associadas a um conflito psicossocial específico, que pode ser solucionado de maneira positiva ou negativa. Os quatro primeiros estágios ocorrem durante a primeira infância, o quinto na adolescência e os três últimos na fase adulta e velhice. No entanto, Erikson não estabelece uma determinação cronológica rigorosa, por reconhecer as especificidades de cada sujeito. Além disso, estabelece que os estágios são cumulativos, ou seja, eles não deixam de existir quando um novo surge, sendo que os antigos contribuem para a formação da personalidade total (Hockenbury & Hockenbury, 2003; Erikson, 2009; Schoen-Ferreira, Aznar-Farias & Silvaes, 2010).

Entre os estágios, Erikson volta uma atenção especial à adolescência, por se tratar da transição entre a infância e fase adulta, em que os acontecimentos são determinantes para a personalidade adulta. Por isso, em sua teoria, determina que o principal conflito psicossocial é “a identidade *versus* difusão da identidade”. Disso compreendemos que, de acordo com a teoria, para formar uma identidade bem-sucedida, os adolescentes precisam definir os papéis que irão adotar dentro da sociedade quando se tornarem adultos. Com isso, os mesmos se vêem envoltos em uma variedade de questões como decisão de carreira, opiniões religiosas, morais e políticas, além de questões voltadas a relações interpessoais e sexualidade (Hockenbury & Hockenbury, 2003).

Isto posto, a construção da identidade começa com a “difusão da identidade”, caracterizada pelo comprometimento em tais questões, seguido por um período de latência, em que o adolescente vivencia papéis, valores e crenças diferentes, até chegar paulatinamente à “identidade integrada”, a partir de escolhas e opções feitas nos estágios anteriores (Hockenbury & Hockenbury, 2003).

Devidamente descrito o percurso histórico do conceito de adolescência, nos delimitaremos, agora, ao aporte teórico desta pesquisa, centrada na Teoria das Representações Sociais, que pressupõe a apreensão das representações de determinado fenômeno no universo da fala, dos gestos e do cotidiano, nas relações sociais e nos processos que a ela estão associados, sendo, portanto necessário um posicionamento que explique e compreenda os fenômenos envolvendo a adolescência em consonância com tais pressupostos. Devido a essas questões, decidimos adotar a perspectiva sócio-histórica como sendo a que melhor explica as particularidades do período da adolescência. Desse modo, a presente pesquisa objetiva lançar um olhar para o fenômeno da adolescência sob as lentes da perspectiva sócio-histórica, classificada por

Senna e Dessen (2012) como uma perspectiva norteadada pela contextualização social, histórica e cultural para a compreensão da adolescência.

Schoen-Ferreira (*et al.*, 2010) destacam que os estudos em Antropologia Social foram alguns dos responsáveis por ampliar e reforçar a visão contextualizada da adolescência, ressaltando duas importantes questões: a adolescência não é necessariamente um período turbulento e as características do desenvolvimento psicossocial não são universais (Ozella, 2002).

Estabelece-se ainda, a perspectiva sócio-histórica como a mais apropriada para o entendimento do objeto de estudo da nossa pesquisa, uma vez que, diante da diversidade e complexidade dos adolescentes, é necessário definir de qual adolescente estamos falando e localizá-lo no contexto social, pois falar de adolescentes em situação específica de exclusão social e/ou que cometeram ato infracional, inseridos em instituição de privação de liberdade, sobressalta aspectos peculiares. Com isso, uma perspectiva que contempla uma visão mais contextualizada, inserindo o sujeito na dinâmica social, permite dar conta das nuances que compõem o universo adolescente (Mota, 2012).

Sobre a complexidade do estudo acerca do adolescente que comete ato infracional, Castro (2002) coloca que há um consenso na literatura de diversas linhas de que esse adolescente, ao cometer ato infracional, buscou no delito alguma forma de reconhecimento ou de pertencimento, aliado ao contexto de exclusão social do qual maioria desses adolescentes fazem parte. No entanto, é impreciso e perigoso afirmar que a miséria e a falta de perspectivas causam diretamente o ato infracional, porém, é certo que todas essas condições atreladas a outras que envolvem o adolescente, reforçam um cenário de vulnerabilidade.

Castro (2002) coloca que o fato da mídia constantemente transmitir a ideia de grande valor à posse de bens a que ampla maioria da população jamais terá acesso pode constituir um possível fator de risco para o ato infracional entre adolescentes, aliado ainda ao consumo de drogas, o círculo de amigos, os tipos de lazer, a ausência de vínculos afetivos em relação à escola, falta de reconhecimento de limites entre certo e errado, relacionamento familiar conturbado, dentre outros. Sobre esta última, Castro (2002) afirma ainda que, apesar da maioria dos adolescentes em conflito com a lei pertencerem a uma família, esta, muitas vezes, enfrenta problemas no cumprimento de papéis, alcoolismo, abandono, escassez material e fragilidade ou inexistência da figura de autoridade. Penso, Conceição, Costa e Carreiro (2012) acrescentam que geralmente ocorre demasiada valorização da figura materna, por parte destes adolescentes, revelando uma figura paterna ausente ou despotencializada de sua função.

Diante disso, a inscrição da adolescência como período importante no desenvolvimento humano e a observação do contexto no qual se insere, sobressalta suas peculiaridades e com elas a necessidade de criação de políticas públicas de proteção, especialmente ao adolescente em conflito com a lei, sujeitos da presente pesquisa que serão descritos na seção seguinte.

1.2. Políticas públicas voltadas à assistência ao adolescente

Políticas públicas são princípios norteadores de ação do poder público, procedimentos que estabelecem relações entre este e a sociedade. São, portanto políticas sistematizadas ou formuladas em documentos, no caso de leis e programas, que orientam ações e envolvem aplicações de recursos públicos. O que faz as políticas serem “públicas” é conhecer a quem são destinados os resultados e se o seu processo de elaboração acontece por via de debate público. Nesse sentido, a elaboração de uma

política pública é a definição de *quem decide o quê, quando*, com que *consequência* e para *quem* são destinadas as ações (Teixeira, 2002).

Luchese e Aguiar (2002) complementam que as políticas públicas variam de acordo com a natureza do regime político e com o nível de atuação dos sujeitos sociais. Sendo assim, as políticas públicas que visam a responder as demandas de setores marginalizados da sociedade, objetivam proporcionar a ampliação e a efetivação dos direitos de cidadania e a promoção do desenvolvimento com a criação de empregos ou medidas emergenciais para diminuição imediata da pobreza (Teixeira, 2002).

Mais especificamente, o presente subcapítulo diz respeito às *políticas sociais*, que são políticas públicas referentes a ações que, ao menos em tese, objetivam o bem-estar dos cidadãos e a diminuição das desigualdades sociais. Juntamente com as políticas de assistência, que têm o objetivo de promover serviços, os programas e benefícios de proteção social contribuem para a inclusão e equidade dos usuários e grupos específicos da sociedade que podem demandar assistência, como vítimas de violência familiar ou social, drogadição e prática infracional (Demo, 1985; Augusto, 1989; PNAS, 2004).

Sobre as políticas sociais no Brasil, existem estudos que afirmam que, entre os anos de 1930 e 1980, ocorreram a introdução, expansão e consolidação de um conjunto básico de políticas, programas e normas de garantia social, os quais representaram um avanço, mesmo que ainda insuficiente: a exemplo do complexo previdenciário, composto pela previdência, assistência médica e assistência social, e ainda as políticas de habitação e instauração de uma rede de ensino básico e científico (Perez & Passone, 2010).

Acerca das políticas voltadas para o adolescente, entre o século XVIII e XIX, observa-se um deslocamento de assistência, antes restrito à Igreja, juntamente com os

setores privado e público, para o Estado, que passaria a regulamentar ações voltadas à infância e à adolescência.

A passagem do regime imperial para o republicano, da escravidão à organização de trabalhadores assalariados, bem como, a industrialização do país, contribuíram para um inchaço nas cidades e para a diminuição de postos de trabalho disponíveis. É nesse contexto que ocorre uma mudança cultural em relação ao que se supunha entender por infância e adolescência. A esse respeito, Perez & Passone (2010) colocam: “Houve (. . .) a incorporação da visão humanista/iluminista europeia em que processualmente se constitui um novo paradigma da infância no mundo” (p. 654).

Rizzini (2009) alerta para uma oscilação dos atores que necessitariam de cuidado e defesa: ora predominava a ideia de defesa da criança, ora a defesa da sociedade contra essa criança, que passa a ser vista como uma ameaça, o que justifica a urgência de uma intervenção efetiva direcionada aos “menores”, a fim de que estes pudessem ser produtivos para o país. Nesse contexto, estão os chamados asilos, atuantes principalmente no século XIX, que eram responsáveis pelo acolhimento de adolescentes abandonados e comprometidos com a ideia de proporcionar educação industrial aos meninos e educação doméstica às meninas.

No século XX, entra em cena o Movimento Higienista, frente ao discurso de cuidar da população com o ensino de novos hábitos e preceitos higiênicos. Os defensores do movimento, composto por médicos sanitaristas, pedagogos e juristas da elite brasileira, declaravam o interesse de melhorar as condições de saúde da família brasileira. Para isso, se sentiam imbuídos do poder para prescrever hábitos sobre condições que poderiam afetar a saúde da população, tomando para si a tutela das famílias, recomendando como deveriam se comportar em casa, na escola e no ambiente de trabalho (Coimbra & Nascimento, 2005).

Como aporte teórico, o Movimento Higienista se pautava nas teorias da eugenia e no darwinismo social. Com princípios claramente preconceituosos, a eugenia diz respeito à atuação de agentes sociais sobre o controle social, responsáveis por melhorar a qualidade racial das futuras gerações e, com esse respaldo, o Movimento Higienista entendia que os “vícios” e virtudes eram componentes hereditários. Ou seja, os advindos de “boas famílias” eram presenteados com a virtude, enquanto aos pobres restava a herança de uma moral duvidosa e desviante, sendo, portanto, criminosos em potencial e, por esse motivo, necessitavam da interferência do Estado (Coimbra & Nascimento, 2005).

Já o darwinismo social parte do preceito de que existem sociedades superiores a outras e, portanto, estas deteriam o poder de dominar as inferiores, objetivando civilizá-las e ajudá-las no seu desenvolvimento. Foi com esse discurso que o Movimento Higienista obteve um posicionamento de controle, especialmente sobre a população pobre do país (Oliveira, 2003).

Objetivando uma interferência efetiva e precoce, surge a preocupação com as crianças e os adolescentes que possivelmente poderiam compor a classe desviante no futuro. E em decorrência do pensamento advindo do Movimento Higienista, surge a partir do I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado em 1922 no Rio de Janeiro, a discussão acerca de uma regulamentação da assistência aos “menores delinquentes”, resultando na promulgação, em 1927, do Código de Menores, revisado em 1979, mas basicamente uma nova edição do anterior (Código de Menores, 1979; Cruz, Hillesheim & Guareschi, 2005; Perez & Passone, 2010).

Ao Código de Menores é atribuído o título de primeiro documento legal para a população menor de 18 anos, popularmente chamado de o Código Mello Mattos, em homenagem ao seu autor, o jurista José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, sendo

também o primeiro juiz de Menores da América Latina. No entanto, o Código que dispunha sobre assistência, proteção e vigilância não legislava para todos os menores de 18 anos, mas, exclusivamente, para aqueles em situação irregular, que o próprio Código caracterizava no artigo 2º, como aquele privado de condições essenciais à subsistência, à saúde e à educação, de representação legal, com desvio de conduta e autor de infração penal. A visão de infância e adolescência da época, ainda remanescente do Movimento Higienista, era marcada pela perspectiva de objetificação e controle, delegando ao Estado o poder de exercer uma intervenção ativa e controle total sobre esta população (Brasil, 1927; Cruz *et al.*, 2005; Perez & Passone, 2010).

O Código mantinha a visão de que os menores de 18 anos eram apenas objetos de intervenção do universo adulto. Com isso o Código de Menores legitimava o juiz a aplicar as medidas que julgasse melhor adequadas ao caso, sem necessidade do processo legal. Como fica claro no artigo 94º do Código: “Qualquer pessoa poderá e as autoridades administrativas deverão encaminhar à autoridade judiciária competente o menor que se encontre em situação irregular, nos termos dos incisos I, II, III e IV do art. 2º desta Lei” (p.17). Corroborado também no artigo 68º do Código, que correspondia ao então denominado “menor delinquente”, dava-se ao juiz o poder de determinar todos os procedimentos em relação ao adolescente e a seus pais (Brasil, 1927; Espíndula & Santos, 2004).

Outro aspecto, é que o Código de Menores legitimava a categoria “menor” para classificar os adolescentes “abandonados” ou que tivessem cometido ato infracional, estes majoritariamente pertencentes a uma classe social menos favorecida. Assim, o termo foi sendo carregado de preconceito com relação à criança e ao adolescente pobre, construindo uma representação social que associa a pobreza ao delito (Bonamigo, 1998; Coimbra & Nascimento, 2005; Lopes & Malfitano, 2006).

Em meio a esse contexto de forte intervenção do Estado, a família aparece como aquela incapaz de cuidar de seus filhos, especialmente aquelas advindas de classes menos favorecidas, o que levou o Estado a delegar para si próprio “o poder de suspender, retirar e restituir o Pátrio Poder, sempre que julgassem uma família inadequada para uma criança”. (Rizzini, 2009, p. 25).

A política de intervenção do Estado sobre a internação do adolescente é reforçada quando, em 1942, é criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Seus idealizadores defendiam o modelo repressivo como forma de extinção da “criminalidade” e por esse motivo houve a criação dos reformatórios para abrigar os “menores delinquentes”, com estrutura semelhante ao sistema penitenciário (Cruz *et al.*, 2005).

Em 1964, com o Golpe Militar, o SAM foi extinto e criou-se a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que incluía atendimento aos carentes abandonados e aos infratores, com o objetivo de estabelecer uma política de bem-estar, por meio de diretrizes e técnicas. No âmbito estadual foram criadas as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEMs), responsáveis pela execução das diretrizes elaboradas pela FUNABEM. Ainda havia o predomínio de uma ação corretiva sobre o adolescente em conflito com a lei, pois se acreditava que assim seria possível a reeducação e reintegração do adolescente à sociedade (Cruz *et al.*, 2005; Espíndula & Santos, 2004). A esse respeito Bulcão (2001) escreve:

A internação nestes estabelecimentos, mais que a educação e recuperação dos menores, privava-os da liberdade, afastando-os do convívio das ruas, encaradas como espaço pernicioso. (. . .) Outra preocupação que se fazia presente naquela época, e que se verifica até os dias de hoje, era a tendência de se oferecer ofícios

profissionalizantes em oficinas, que preparam para o trabalho, mas em funções socialmente desvalorizadas e de baixa remuneração (pp. 60).

Em 1980 houve uma crescente mobilização social contra a ditadura e a favor de um Estado democrático. Processo este que resultou na redemocratização política da sociedade brasileira e representou a consolidação do cenário de luta pelos direitos políticos, civis e sociais, como a reconquista ao direito de expressão individual e coletiva e o voto popular, com as reivindicações das eleições diretas para presidente da república, pelo Movimento das Diretas Já entre 1984 e 1985 (Perez & Passone, 2010).

O novo panorama de luta pelos direitos revela a urgência de políticas sociais de atendimento à criança e adolescente, culminando na elaboração da Constituição de 1988 e de outras ordenações legais de cunho social, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, aprovado em 13 de julho de 1990. Este veio a substituir o Código de Menores e tem como objetivo garantir a proteção integral para todas as crianças e adolescentes brasileiros até os 18 anos de idade (Espíndula & Santos, 2004; Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação, 2010).

Dentre os avanços presentes no ECA, está o entendimento de que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e deveres, o que implica a compreensão de que não são meros objetos passivos, mas detentores de direitos, respeito e liberdade. Passou-se a considerar também sua condição de pessoas em desenvolvimento e a abolição das nomenclaturas “menor”, “infrator”, “abandonado”, dentre outras, tendo em vista a conotação pejorativa e preconceituosa que tais termos carregam (Castro, 2002; Bastos 2002).

Com o ECA, estabeleceu-se, ainda, a abertura para a participação popular nas políticas de assistência, através da criação dos Conselhos municipais, estaduais e

nacional. O que, de acordo com Cruz (*et al.*, 2005) iniciou uma nova fase de desinstitucionalização e descentralização, que permitiu a participação da sociedade na elaboração e controle de políticas para a infância.

O ECA é também o documento legal de regulamentação dos direitos referentes aos adolescentes em conflito com a lei, sujeitos da presente pesquisa. Esclarecendo as nomenclaturas específicas que envolvem esse público, o ato infracional é definido como a transgressão das normas estabelecidas, do dever jurídico, praticado por um adolescente entre 12 e 18 anos (considerando a idade na data do fato), que devido às peculiaridades que cercam a ação, não se constitui enquanto crime semelhante a aqueles cometidos por maiores de 18 anos. No entanto, esclarecemos que, na presente pesquisa, usou-se a terminologia “crime”, por ter sido constatado no estudo piloto que o termo está mais próximo da realidade dos adolescentes do que “ato infracional”.

Assim, em consonância com a nomenclatura presente no ECA, ao adolescente que comete ato infracional, não cabe a responsabilização penal, mas a aplicação de medidas socioeducativas, que são: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. A aplicação de tais medidas levará em conta a capacidade do adolescente em cumpri-la e a gravidade da infração (ECA, 2013; Francischini & Campos, 2005).

O objetivo da medida socioeducativa centra-se não na punição, mas na tentativa de reinserção social, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. De acordo com Francischini e Campos (2005) a medida não constitui pena, uma vez que se a característica da pena deve estabelecer uma relação entre o ato cometido e a punição, a medida socioeducativa, por sua vez, objetiva uma maior individualização na adequação a cada adolescente em particular e não apenas à infração cometida. Isso pode ser

pecebido na observação de Konzen (2007), ao definir que o sistema socioeducativo é um sistema jurídico especial, diferente do sistema de responsabilidade penal do adulto, mas, ainda assim, de responsabilidade penal do adolescente (ECA, 2013).

Devido, talvez, a esse aspecto, parte da população, incluindo-se membros do meio jurídico, criticam o ECA, por sentirem que os adolescentes não são responsabilizados devidamente pelos atos infracionais. A fato, Silva (1998) descreve como sendo o “mito da inimputabilidade”, ou seja, apesar dos adolescentes serem inimputáveis perante o direito penal comum, não o são frente ao estatuto que os rege, no caso o ECA. A responsabilização acontece, só que de forma diferenciada, inserida no contexto de proteção integral, respeitando o direito pleno de desenvolvimento do adolescente (Bastos, 2005).

Como o presente estudo diz respeito aos adolescentes que cumprem medidas de internação, cabe ressaltar que tal medida apresentada no artigo 121 do Estatuto, define a internação como uma medida privativa de liberdade, sendo aplicada quando o adolescente é pego em flagrante ou por ordem escrita do juiz. A manutenção da medida deve ser reavaliada a cada seis meses, sem exceder ao prazo máximo de três anos. Após isso, o adolescente deverá ser liberado e colocado no regime de semiliberdade ou liberdade assistida (ECA, 2013).

Dando seguimento às políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), criado pela Lei Federal nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, em parceria com a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude (ABMP) e o Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança e ao Adolescente (FONACRIAD) realizaram durante o ano de 2002 encontros estaduais, cinco encontros regionais e um encontro nacional com juízes,

conselheiros de direitos, gestores de entidades de atendimento socioeducativo e outros profissionais atuantes no cenário de assistência ao adolescente em conflito com a lei. Tais encontros objetivavam debater e avaliar a proposta de lei de execução de medidas socioeducativas da ABMP e as práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades de cumprimento de medidas socioeducativas (SINASE, 2006).

Os encontros culminaram na elaboração do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que se define como “o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução da medida socioeducativa” (SINASE, 2006, p. 22).

Em fins práticos, o SINASE visa a inclusão do adolescente em conflito com a lei em diferentes campos das políticas públicas e sociais. Com isso, os gestores do SINASE atuam como articuladores e dependem da efetiva participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, lazer, segurança pública, entre outros. Todas estas instâncias atuando articuladas conjuntamente para a efetivação da proteção integral dos adolescentes (SINASE, 2006). A esse respeito Sposati (2004) comenta:

Todas as políticas sociais devem operar a referência e contra referência interna e externa. Este processo não é de exclusividade de determinada política, mas de todas aquelas que possuem a leitura integral e integradora das necessidades sociais. A intersetorialidade é, ao mesmo tempo, objeto e objetivo das políticas sociais (pp.39).

Os órgãos responsáveis por tal efetivação da garantia dos direitos previstos no ECA ao adolescente em conflito com a lei, vão desde o sistema educacional, passando

pelo Sistema de Justiça e Segurança Pública, o Sistema Único de Saúde (SUS) até o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este último, especificamente, como uma política de assistência, tem por função a gestão do conteúdo específico de proteção social e garantia da efetivação dos direitos socioassistenciais.

Com o SUAS, o atendimento de adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade) fica ao cargo do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que tem a proposta de um atendimento multidisciplinar, objetivando que a medida socioeducativa seja cumprida em caráter pedagógico, respeitando a aptidão do adolescente na escolha das tarefas que por ele serão executadas. No CREAS amplia-se, ainda, a assistência à família, na perspectiva de potencializar sua capacidade de proteção ao seu adolescente (PNAS, 2004).

Assim, a assistência deve voltar-se ao amplo contexto que envolve o adolescente em conflito com a lei, incluindo sua possível relação com o uso de drogas. Fenômeno este que necessita de uma investigação mais detalhada para que seja melhor compreendido.

1.3. Historiando as drogas no contexto do adolescente em conflito com a lei

Define-se droga como qualquer substância que possui algum princípio ativo capaz de alterar ou modificar o estado físico e psíquico daquele que faz uso, incluindo as drogas lícitas e ilícitas. Raupp (2006) acrescenta que, longe de classificar as drogas apenas como boas ou más, legais ou ilegais, leves ou pesadas, é necessário o entendimento de que apenas a dose pode fazer a diferença entre remédio e veneno, e com isso, efeito benéfico ou maléfico (Nunes & Jólluskin, 2007).

Cruz (2011) ressalta que a droga assume múltiplas funções para o homem, seu registro mais antigo de consumo, está associado à utilização como instrumento pelo qual se procurava estabelecer contato com entidades divinas. Em várias culturas as drogas funcionaram como a ponte de ligação entre a vida real, as divindades e os mortos. Atravessando, nos últimos dois séculos (XIX e XX), as dimensões coexistentes de mercadoria, médica, lúdica, terapêutica e científica – nesta última, passam a ser estudadas, controladas e sintetizadas em laboratórios (Nunes & Jóluskin, 2007; Poiares, 1999).

Os diferentes padrões de consumo de drogas têm-se revelado de forma diferenciada ao longo da história. Ao acompanhar o percurso da humanidade, as drogas foram sendo percebidas de forma benéficas ou maléficas de acordo com a época ou cultura em que são consumidas e, por esse motivo, concebe-se o seu estudo tendo em mente a droga como fenômeno social envolto em um contexto social, cultural, econômico e tecnológico, que revela que a mesma nem sempre foi vista como danosa e causadora de problemas.

Na Antiguidade, a droga era percebida como fonte de prazer utilizada simultaneamente à aplicação médica e ritos religiosos. Em registros datados de 3000 anos a.C., os sumérios falam do uso medicinal do ópio; Homero, poeta épico grego, a quem se atribui as obras “A Ilíada” e “Odisseia”, nesta última, menciona o ópio como algo que faz esquecer o sofrimento (Homero, 2000). O álcool era considerado a dádiva dos deuses e o cânhamo, derivado da *Cannabis sativa* (nome científico da maconha), utilizado por sacerdotes indianos em cerimoniais e como anestésico em cirurgias. Nota-se assim, que, em tempos antigos, as drogas foram utilizadas não como causadoras de problemas, mas com fins recreativos, terapêuticos e rituais (Silva, 2005).

Na Idade Média destaca-se o mercantilismo expansionista e o descobrimento de novas terras por parte dos europeus e, conseqüentemente, novos produtos e costumes foram sendo incorporados à sua vida cotidiana. Desde os chás, tabaco, até o ópio, a Idade Média foi o período de descobrimento de novos territórios, mas também o marco no conhecimento de novas substâncias, até então estranhas aos europeus (Nunes & Jólluskin, 2007).

Por volta dos séculos XVII e XVIII o consumo de drogas, privilégio da população mais abastada e culta, passa por um crescente número de consumidores de diversas classes sociais. Tal generalização perpassa diversos contextos, entre eles, a guerra, quando, por exemplo, a morfina passou a ser conhecida pela “doença do exército” devido às situações de dependência causadas pelo uso indiscriminado para alívio da dor entre os feridos da guerra. Outro mecanismo importante de generalização do uso de drogas é o movimento *hippie*, responsável também pela inserção destas nas mais distintas classes sociais. Formado especialmente por jovens, o movimento *hippie* tinha como característica o comportamento de contracultura e contestação dos ideais vigentes na sociedade da época. Tinham um estilo de vida pautado em uma filosofia orientada por mestres espirituais, apreciavam a vida em comunidades e o uso recreativo de drogas (Nunes & Jólluskin, 2007; Silva, 2005).

A droga como problema social, de fato, tem seu ponto inaugural no século XIX, na medida em que permitiu que se entendessem como perigosos os seus efeitos nocivos. Nesse primeiro momento, a problematização das drogas despertou a atenção das áreas médica e jurídica e, num segundo momento, o despertar ao caminho da cientificização, ao que Poiars (1999) observa: “quando a droga se fez um problema social que a Medicina não dominava e o Direito combatia, lançaram-se as bases para a apreciação científica da questão” (p. 4).

Com as drogas sob o domínio da ciência, foi dado um importante passo para sua investigação no campo terapêutico, ampliando assim o conhecimento já existente da utilização medicinal de algumas drogas. Entre os cientistas responsáveis por tal investigação está Freud, que em 1860, ainda na busca de se firmar no meio científico, se debruça na pesquisa sobre a cocaína e passa a tê-la como objeto de estudo na investigação de suas propriedades medicinais, culminando na publicação do ensaio *Über Coca* (1884), no qual reúne uma investigação detalhada de diversos autores sobre a planta coca, com dados sobre sua história na América do Sul e difusão na Europa ocidental e, ainda, seus efeitos e possível utilização terapêutica (Freud, 1884).

Os experimentos de Freud com a droga, em si mesmo e em amigos, resultaram em respostas positivas do uso da cocaína como droga estimulante para tratamento da melancolia, que acabou por lhe render um título dado por Robert Byck, professor de farmacologia psiquiátrica da época, de um dos fundadores da psicofarmacologia. Em *Über Coca* (1884) Freud constata:

É fato conhecido que os psiquiatras dispõem de um amplo suprimento de drogas para reduzir a excitação dos centros nervosos, mas nenhuma que poderia servir para incrementar o funcionamento rebaixado desses centros. A cocaína tem sido receitada, neste sentido, para os mais variados distúrbios psíquicos: histeria, hipocondria, inibição melancólica, estupor e outros quadros similares (pp. 64).

Aspecto esse que proporcionou um importante avanço no uso de drogas no contexto terapêutico, para o tratamento e cura de doenças. Maciel (1997) acrescenta que a descoberta de tais substâncias proporcionou o controle da dor, interferindo diretamente na prática médica.

Destarte, percebe-se que, durante um longo percurso histórico, as drogas estavam ligadas a uma representação positiva de contato com o divino ou como fontes de prazer, inspiração ou ainda alívio da dor. No entanto, ao passo que novas configurações culturais foram se desenhando, certas drogas que, antes, eram largamente utilizadas, passaram a ter cunho proibitivo. Dessa forma, as maneiras de utilização e as opiniões a respeito de determinadas drogas, sofreram ao longo do tempo diversas alterações, alargando a percepção de determinadas drogas como perigosas e danosas à saúde. A partir daí, surgiram, no início do século XX, as políticas proibitivas que tornaram ilícitas algumas das substâncias psicoativas, criminalizando condutas relacionadas à produção, comércio e consumo de tais substâncias, assim como matérias primas para a sua produção (Nonticuri, 2010).

Nesse percurso, como modelo extremista, a Suécia tem adotado um paradigma diferenciado de política proibitiva às drogas, totalmente restritivo, baseado em limitar o consumo total, evitando inicialmente qualquer forma de experimentação. Sustenta-se em três importantes pilares: prevenção e informação, política de controle e tratamento; havendo neles, um forte investimento financeiro. O país defende ainda a internação compulsória, embora tenha o discurso de não punição do usuário (Laranjeira, 2010).

Semelhantemente, a Indonésia tem uma das leis antidrogas mais rígidas do mundo, que condena à morte quem for pego com mais de cinco gramas de droga. Recentemente, no ano de 2015, com repercussão internacional, o governo da Indonésia executou o brasileiro Marco Archer, de 53 anos, condenado a morte em 2004, através de um pelotão de fuzilamento, depois de ter sido apanhado com 13,4 quilos de cocaína tentando entrar no país.¹

¹<http://www.cartacapital.com.br/internacional/lei-antidrogas-da-indonesia-e-uma-das-mais-rigid-as-do-mundo-3293.html>

A crítica à política proibicionista permeia a afirmativa de que “a proibição do desejo simplesmente não funciona” (Karam, 2010, p. 01), que diz respeito ao posicionamento de criminalização das condutas individuais por meio de leis penais que acarretam a interferência da liberdade de cada um, mesmo quando o comportamento regulado não implica em dano concreto para terceiro. Tal política facilita a expansão de um poder punitivo, introduzindo ou resignificando a ideia de guerra às drogas, aliado a “pedagogia do terror” como bem salienta Medeiros (2014), com *slogans* como “diga não às drogas”, que firmam e reforçam o lugar marginal e de delinquente daquele que faz uso das substâncias ditas ilícitas.

Acerca das políticas proibitivas das drogas, Karam (2010) discute:

Toda intervenção estatal supostamente dirigida à proteção de um direito contra a vontade do indivíduo que é seu titular se torna absolutamente inconciliável com a própria ideia de democracia, pois exclui a capacidade de escolha do indivíduo. O Estado democrático não pode substituir o indivíduo em decisões que dizem respeito apenas a si mesmo. Ao indivíduo há de ser garantida a liberdade de decidir, mesmo se de sua decisão possa resultar uma perda ou um dano a si mesmo, mesmo se essa perda ou esse dano sejam irreparáveis ou definitivos (pp.3).

No cenário atual, especialmente no Brasil, tem-se a discussão acerca de combater a política proibitiva as drogas, iniciando pela legalização da maconha, que, das drogas ilícitas, é a mais consumida e considerada porta de entrada para a prática

infracional, justamente por seu caráter ilegal (Galduróz, 2001; Silva, Costa, Carvalho, Amaral, Cruz & Silva, 2014).

A atual proposta de descriminalização da maconha em tramitação é a do deputado estadual Jean Wyllys (PSOL/RJ), que permite ao usuário o cultivo da planta *cannabis*, com limite de 12 pés plantados por indivíduo. O artigo 3 do projeto prevê a responsabilização do governo acerca do controle da comercialização, por meio do registro dos locais de produção e venda.

Insera-se ainda no projeto de lei, a regulamentação do plantio, cultivo e colheita para fins medicinais, previsto no artigo 10:

Poder Executivo regulamentará o plantio, o cultivo e a colheita de plantas de Cannabis Medicinal, em todo o território nacional, sem limitar quaisquer prerrogativas ou direitos de um paciente de Cannabis Medicinal, profissional de atenção primária em saúde, ou estabelecimento de cultivo, produção e comércio, licenciados de acordo com a legislação vigente, na forma e condições que estabeleça o regulamento (pp. 6).

A descriminalização da maconha esbarra em posicionamentos científicos, políticos e sociais que acrescentam ser uma solução ineficaz para o combate das drogas. Entre o meio científico não existe um consenso quanto aos malefícios do uso da maconha. No entanto, estudos têm apontado que os usuários crônicos apresentam déficits em funções cognitivas executivas, responsáveis pelo planejamento e execução de tarefas, com prejuízo no raciocínio abstrato e formação de conceitos (Gonçalves, Malbergier, Andrade, Fontes & Cunha, 2010).

Quando se trata do uso medicinal do Δ 9-THC (delta-9-tetra-hidrocanabinol), a principal substância retirada da Cannabis, o argumento contrário alega que estimularia o

uso recreativo, acarretando assim, sérias consequências para a saúde pública. Fato este derrubado por Gorman e Hurber (2007), que argumentam que o uso da maconha por aqueles que estão doentes, a droga acaba por perder o glamour característico do uso recreativo e, portanto pouco se tem vontade de usá-la para outros fins, ao não ser medicinal.

Estudos têm apontado, como demonstra Carlini (2011), a eficácia do uso em efeitos colaterais da quimioterapia, tais como náusea, enjoos e na promoção de apetite, e ainda sobre determinadas condições dolorosas e sintomas de esclerose múltipla. Com achados semelhantes, encontram-se Hazekamp e Grotenhermen (2010) que, ao analisar 37 estudos sobre os efeitos terapêuticos derivados da maconha, concluem que estes apresentam um positivo potencial terapêutico como analgésico e estimulante do apetite para dentre outras doenças, o câncer e a Síndrome na Imunodeficiência Adquirida (SIDA).

Em decorrência disso, a diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deliberou em janeiro de 2015, por unanimidade, a retirada do canabidiol (delta-9-tetra-hidrocanabinol) da lista de substâncias proibidas no Brasil. A decisão deverá agilizar os pedidos de importação e impulsionar os estudos científicos no país acerca da droga, além de estimular a prescrição por parte dos profissionais de saúde como opção alternativa de tratamento.²

A discussão de ineficácia acerca da legalização das drogas, nesse caso a maconha como precursora, se estende a outros aspectos, como discute Bessa (2010), que afirma que a legalização não diminuiria a participação da população jovem e carente no tráfico de drogas, uma vez que, para tal intento, se faz necessário a atuação

²<http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2015/01/canabidiol-deixa-de-ser-substancia-proibida-no-brasil.html>

de outras políticas públicas em torno dessa população, como políticas de saúde, educação e cultura, que possibilitem a inserção no mercado de trabalho. Sem essa rede de assistência, “esses jovens continuarão deserdados e buscando alternativas marginais de sobrevivência ou de ascensão social. Outras formas de criminalidade serão utilizadas para alcançar tais objetivos” (Bessa, 2010, p.2).

A respeito das políticas sobre droga no Brasil, a atual Política Nacional sobre Drogas (PND) entrou em vigor através da resolução nº 3, em 27 de outubro de 2005, que contempla orientações e diretrizes de prevenção, tratamento, reinserção social, redução de danos sociais e à saúde, redução da oferta, estudos, pesquisas e avaliações. Acerca do público adolescente, a PND, no tópico 2.2.5, referente ao tratamento, recuperação e reinserção social, prevê o desenvolvimento de modalidades de tratamento e reinserção social para os dependentes químicos e familiares, levando em conta as características específicas de cada grupo, incluindo o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

No âmbito científico desenvolvem-se teorias que tentam explicar o fenômeno do uso de drogas na adolescência. Dentre elas, a que diz respeito aos fatores preditores para o uso de drogas, quais sejam a baixa autoestima, sintomas depressivos, rebeldia, ausência de limites, busca de fortes emoções, entre outros, muitos desses comportamentos previstos na adolescência como fase de desenvolvimento e transição (Canavez, Alves & Canavez, 2010).

Seibel e Toscano Junior (2001) discutem uma possível estruturação de personalidade depressiva para a maioria dos dependentes químicos, o que prolongaria a crise da adolescência, deixando o indivíduo mais sugestivo às influências do grupo.

Posições demasiadamente naturalistas, que subordinam a realidade biopsicossocial às circunstâncias interiores. Por esse motivo, a presente pesquisa busca

um posicionamento coerente com o que toma por referencial teórico para leitura dos fenômenos aqui estudados, propondo a adoção da perspectiva sócio-histórica proposta por Olievenstein (1985). Esta concepção entende o problema do uso de drogas envolto em três dimensões: o encontro de um produto, de uma personalidade e de um momento sócio-cultural propícios à ocorrência do consumo. Dessa forma, a droga não é mais simplesmente um produto, mas um fenômeno que não pode ser estudado sem que esteja incluído em todo seu universo relacional. Pereira e Sudbrack (2005) completam que a atenção apenas à dependência do produto, no uso de drogas, pode ocultar o que chamam de “dependência relacional”.

Traçamos assim, o percurso até chegarmos à principal questão da presente pesquisa: o adolescente em conflito com a lei e o seu possível envolvimento com as drogas, sem estabelecer, necessariamente, uma relação causal para ambos os fenômenos em investigação (drogas e ato infracional).

Estudos têm apontado que problemas graves no comportamento podem aumentar as chances de um possível envolvimento do adolescente com as drogas (Storr, Accornero & Crum, 2007). É o que reportam também os achados de Sena e Colares (2008), ao explorar condutas de saúde entre adolescentes em conflito com a lei, chegando à conclusão de que tais jovens apresentam maiores índices de comportamento de risco em relação a saúde se comparados aos adolescentes que não cometeram nenhuma infração, principalmente relacionados ao uso de drogas.

Sobre a possível relação entre a primeira infração e a primeira experiência com o uso de drogas, Martins e Pillon (2008), em um estudo realizado nas unidades da FEBEM em São Paulo, com um total de 150 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, concluem que existe correlação significativa entre o uso de álcool e maconha com os atos infracionais e que o uso de drogas precede a prática

infracional. No entanto, é necessário cautela ao generalizar tal afirmativa a todos os casos, visto que o fenômeno da droga entre os adolescentes em conflito com a lei é multicausal e repleto de particularidades.

A escolha por perspectivas teóricas que privilegiem os aspectos social, cultural e histórico do fenômeno da droga entre os adolescentes em conflito com a lei é por acreditarmos que tal posicionamento contempla as especificidades da população de estudo aqui referida. E, na medida em que se objetiva conhecer e analisar as representações sociais acerca do uso de drogas entre os adolescentes em conflito com a lei e a existência da relação com o ato infracional, propõe-se o olhar da Teoria das Representações Sociais, descrita no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

Reconstruindo o percurso histórico da Teoria das

Representações Sociais

2. Reconstruindo o percurso histórico da Teoria das Representações Sociais

O contexto histórico do surgimento da Teoria das Representações Sociais (TRS) parte da origem da Psicologia Social e é a partir dela que seguirá o percurso histórico neste capítulo.

Um dos momentos históricos decisivos para o desenvolvimento da Psicologia Social situa-se na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que ocasionou o êxodo de cientistas sociais europeus em fuga do nazismo aos Estados Unidos. Sendo a guerra também responsável pelo desenvolvimento de pesquisas, como: estudos acerca da adequação do soldado à vida no exército; a eficácia na maneira de instruir o pessoal militar; a mensuração de atitudes e a predição de comportamentos; dentre outros, que deram sua contribuição para o desenvolvimento de teorias em psicologia social (Álvaro & Garrido, 2006; Farr, 2002).

No entanto, o percurso que se segue ao desenvolvimento da psicologia social como disciplina independente retoma momentos precedentes à Segunda Guerra Mundial. Como disciplina, ela passa a ser tomada como marco para entendimento do método utilizado nas pesquisas e, conseqüentemente, o entendimento do pensamento científico se expande. Nesse período, as pesquisas tinham como paradigma o positivismo, tido como responsável pelo aumento das produções em ciências sociais, apesar de não ser a única concepção de ciência defendida por todos os psicólogos e sociólogos da época (Álvaro & Garrido, 2006).

O *positivismo* foi inaugurado por Auguste Comte, que utilizou pela primeira vez o termo em sua obra de seis volumes, denominada *Curso de filosofia positiva*, publicada entre 1830 e 1842. O epistemólogo defendia que todas as ciências deveriam determinar

as leis da natureza, a partir da experiência observável. Sendo assim, Comte foi o primeiro filósofo a desafiar a metafísica, propondo um método centrado na realidade objetiva e que evitava a especulação (Álvaro & Garrido, 2006; Tiski, 2010).

Comte, também foi o primeiro pensador a utilizar o termo *sociologia* para descrever o estudo metodicamente científico da sociedade, partindo do princípio de que o mundo social se organizava da mesma forma que o mundo físico, por uma série de leis invariáveis. Dessa forma, a sociologia teria como objetivo a busca por leis que explicassem, nesse caso, o mundo social, o que levava à utilização dos mesmos métodos das ciências naturais, como a observação, a experimentação e comparação. Estas ideias exerceram influência significativa na consolidação definitiva da sociologia e da psicologia enquanto ciências independentes da filosofia durante o século XIX, com a crença de que as novas ciências autônomas deveriam ajustar-se aos moldes do positivismo. É o que se encontra na sociologia de Émile Durkheim e na psicologia de Wundt, embora este, em seu percurso teórico, aponte certas particularidades posteriormente descritas (Álvaro & Garrido, 2006).

Com bases científicas em Comte, para firmar-se enquanto ciência autônoma, na sociologia, fez-se necessário definir seu objeto de estudo e estabelecer o método pertinente para esgotá-lo. Tarefa da qual, o sociólogo, Émile Durkheim (1858 – 1917) se deteve em *Las reglas del método sociológico* (1895), no qual estabeleceu como objeto de estudo da sociologia os *factos sociais* e, como método, o tratamento dos factos sociais como coisas, sendo “coisa” tudo que pode ser observável. Neste aspecto, os factos sociais em nada deveriam diferenciar dos factos naturais e seu método de estudo, ocupa-se com a busca da objetividade por parte do cientista social, seguindo um encadeamento de entendimento: a neutralidade como condição para romper qualquer proximidade e garantir a objetividade, o que se impôs como critério de cientificidade,

esta posta como verdade. Dessa forma, fica claro, por parte de Durkheim, o uso do posicionamento positivista em sua teoria (Dias, 2005).

Os fatos sociais, objeto de estudo da sociologia de Durkheim, apresentam características específicas, como: o entendimento de que são externos à consciência individual, tendo como sede a sociedade e não os indivíduos; a coerção, ou seja, além de externo ao indivíduo, o fato social deve exercer um poder imperativo e coercitivo sobre ele; e, ainda, a generalidade, que dá conta de que o fato social deve estar presente na maioria das consciências individuais, significando que, quanto mais geral se manifesta o fato social, mais poder de coerção ele exerce sobre o indivíduo (Durkheim, 1972).

A partir do entendimento de uma sociedade independente dos indivíduos que a constituem, Durkheim recorre ao conceito de *consciência coletiva* para explicar os fatos sociais. Assim, a sociologia deverá recorrer à consciência coletiva e não à consciência individual:

É na natureza desta individualidade coletiva, e não nas unidades integrantes, que é preciso procurar as causas próximas e determinantes dos fatos que produzem nela. O grupo pensa, sente, atua de maneira distinta de como o fariam seus membros, se se encontrassem isolados. Portanto, se partimos destes membros não poderemos compreender nada do que acontece no grupo (Durkheim, 1991, pp. 116).

Na obra *As formas elementares da vida religiosa* (1912), Durkheim discorre sobre crenças religiosas primitivas e desenvolve o conceito de representação coletiva, o qual posteriormente substitui o conceito de consciência coletiva. A mudança caracteriza-se pelo deslocamento da morfologia social para o simbolismo coletivo, no qual se concentra a alma da sociedade (Pinheiro Filho, 2004).

Com o estudo da religião, na mesma obra (*As formas elementares da vida religiosa*, 1912), Durkheim conclui que a mesma é a primeira forma de manifestação da consciência coletiva, a primeira forma de como a sociedade pensa a si mesma, sendo as principais instituições, incluindo a ciência, resultantes da religião. Pensamento este presente em Durkheim desde 1886, que se referia à religião como um fenômeno de alguma forma mental, no entanto, definido no âmbito social, ou seja, as categorias religiosas eram socialmente produzidas da mesma forma como, posteriormente, esclarece sobre representações coletivas:

Durkheim consegue, através do emprego do conceito de *representações coletivas*, apresentar a dimensão coletiva e científica do conhecimento produzido pela vida religiosa, em particular, mas pela vida social como um todo. Pensando as categorias religiosas como representações, sociais e lógicas como qualquer outra, Durkheim concedia-lhes *status* epistemológico que elas ainda não tinham. Em sentido inverso, as categorias científicas também seriam coletivas, ou seja, seriam produzidas apenas em estados sociais de efervescência (Oliveira, 2012, pp. 69).

Seguindo tal linha de pensamento, o estudo das representações coletivas inclui tanto a religião, quanto a filosofia, a ciência e toda forma de conhecimento, uma vez que não são produtos de um fenômeno individual, mas coletivo, ou seja, têm a sociedade como fonte. E a sociedade, por sua vez, constitui uma realidade *sui generis*. Seu conceito de representações coletivas, corresponde às representações de experiências e saberes passados de geração à geração, conseguidas a partir de uma cooperação de indivíduos no compartilhamento de ideias e sentimentos, tornando-se, dessa forma, universais. O conceito de representações coletivas foi empregado na compreensão do

pensamento mítico, justamente por entender que tais fenômenos não podem ser explicados em termos individuais, sendo, portanto, produto de uma comunidade (Durkheim, 1972; Alves, 2001; Alexandre, 2004; Dias, 2005; Álvaro & Garrido, 2006).

No entanto, os conceitos advindos de Durkheim não eram unanimidade entre os que se dedicavam ao estudo social da época. Entre os discordantes, encontra-se Gabriel Tarde (1843-1904), filósofo, sociólogo e criminalista francês, que apresentou suas contribuições a psicologia social em dois volumes, *Las leys de La imitación* (1890) e *La lógica social* (1895), que, de acordo com Álvaro e Garrido (2006), era originalmente concebido como uma única obra com o título *Psicologia social y lógica social*, o que teria feito de Tarde o primeiro a mencionar a disciplina da psicologia social.

Tarde se posicionava contra a redução biológica da sociologia, da mesma forma que negava a existência de uma consciência coletiva independente dos indivíduos, combatendo assim, a visão de Durkheim de uma realidade *sui generis* e externa aos sujeitos sociais. Para ele, a sociedade é constituída pelas interações simples entre os indivíduos e os efeitos da sociedade sobre o comportamento individual eram resultado de uma comunicação recíproca entre as consciências (Álvaro & Garrido, 2006). Dessa forma, sua sociologia objetivava a compreensão da relação entre os indivíduos e a sociedade por meio de relações intersíquicas: “Dá primazia aos indivíduos na relação social, enquanto criação e formação de processos sociais sempre instáveis, produtos que são das relações entre subjetividades que, ao interagirem, fundam espaços de acomodação ou de resistências” (Koury, 2003, p. 3).

Tarde descrevia o comportamento social não apenas como o resultado unicamente da coletividade sobre o indivíduo, mas sim, resultante de uma influência recíproca entre as consciências, o que dá ao pesquisador o título de precursor do conceito atual de interação, apesar de tê-lo feito referindo-se um processo intracerebral

de imitação, o qual Álvaro & Garrido (2006) descrevem como sendo simplista dentro do contexto da psicologia social.

Apesar disso, Tarde se posicionava em defesa do aspecto individual metodológico que, embora defendesse a elaboração de uma teoria social pelos moldes científicos, tendo a ciência como valor e defesa contra o misticismo, acreditava na insuficiência do método científico, no que se refere à regularidade, justamente pelo aspecto criativo e inventivo do indivíduo. Para ele, os verdadeiros atores da história são os indivíduos e não os fatores coletivos, uma vez que toda mudança social se deve ao papel do indivíduo como atuante. A este último deve ser atribuída a responsabilidade de uma nova ideia ou comportamento.

Outro aspecto de valorização individual, diz respeito à atitude do pesquisador: para Tarde a atitude moral, a sensibilidade e a afetividade do mesmo em relação ao objeto de estudo devem ser apreciados. Posicionando-se veementemente contra os pressupostos de Durkheim, que afirmava que a explicação de um fenômeno social advinda de um fenômeno psíquico está certamente equivocada (Consolim, 2010).

Ainda acerca do percurso histórico da psicologia social, como antecedente fundamental para a compreensão da teoria das representações sociais, encontra-se o estudo sobre o comportamento das massas de Gustave Le Bon (1895). Apesar de não ter exposto ideias inovadoras, sua obra foi considerada precursora no estudo de psicologia das massas, geralmente citado nos estudos posteriores sobre o comportamento das massas, como em Moscovici (1985) e Freud, que incluiu uma referência ao autor em seu livro *La psicologia de Las masas y análisis Del yo* (1921).

O pensamento de Le Bon se concentra no conceito de *alma da massa*, ou *alma coletiva*, que diz respeito ao espírito coletivo, no qual a mente coletiva se sobrepõe à individual, reconhecendo, assim, a massa como entidade psicológica independente de

seus membros. Concepção que acarretaria um movimento de indivíduos sem vontade própria e uma unificação de intenções e emoções daquele que conduz o grupo, ou seja, quando os indivíduos se agrupam para formar parte de uma multidão, alguns processos psicológicos acontecem, diferentemente dos casos em que o indivíduo estivesse sozinho (Álvaro & Garrido, 2006; Chaves, 2003).

Dessa forma, entende-se que *multidão* em Le Bon, no sentido comum, diz respeito a um conjunto de indivíduos reunidos. Em contrapartida, do ponto de vista psicológico, em determinadas circunstâncias, a multidão assume novas características. De acordo com Le Bon (1895), a personalidade consciente se ausenta e os elementos que fazem parte do todo são guiados a uma única direção, formando o que denomina de *alma coletiva*. O autor esclarece que o que forma uma *multidão psicológica*, não é, necessariamente, a presença simultânea dos indivíduos em um mesmo lugar:

Em certos momentos da história, uma meia dúzia de homens pode constituir uma multidão psicológica, ao passo que centenas de indivíduos reunidos acidentalmente podem não a constituir. Por outro lado, um povo inteiro, sem que haja aglomeração visível, pode por vezes, em consequência de determinada influência, tornar-se uma multidão (Le Bon, 1895, pp.9).

Le Bon ressalta ainda, o aspecto negativo das multidões, pois, com a perda temporária do raciocínio individual, esta torna-se facilmente sugestionável e regride a comportamentos de seres primitivos, variando entre a violência e o heroísmo. Tal irracionalidade presente nas multidões era explicada por Le Bon, através dos princípios de sugestão e contágio, conceitos presentes na psicologia clínica da época, donde entendia-se ser por tais princípios que acontecia, em uma multidão, a transformação de ideias sugeridas em atos (Le Bon, 1895).

Em paralelo ao desenvolvimento e consolidação da sociologia enquanto disciplina independente da filosofia, a psicologia percorria um caminho semelhante. Na Alemanha, em 1860, a publicação do livro de Gustav Fechner, intitulado *Elementos de psicofísica*, foi considerada ponto de partida da psicologia experimental, necessária para os moldes científicos da época pautados no positivismo. Assim, a psicologia foi ganhando status de disciplina científica independente (Schultz & Schultz, 2009).

A psicologia experimental de Fechner partiu do entendimento de ligação entre mente e corpo, em que acreditava que os fenômenos mentais poderiam ser quantitativamente medidos e submetidos à experimentação. Seu livro foi responsável por estabelecer um método para medição das sensações. Mas a consolidação da psicologia enquanto disciplina autônoma da filosofia só acontece com Wilhelm Wundt, mesmo a obra de Fechner tendo sido publicada quinze anos antes do início dos estudos de Wundt. A esse feito Schultz e Schultz (2009) esclarecem que o motivo se deve ao fato de que Wundt tinha a intenção de fundar uma escola de pensamento e a esse intento se dedicou, organizou os achados de Fechner, fez avanços e apresentou a ideia sistematizada à comunidade científica.

Wundt defendia uma psicologia científica que seguisse os moldes das ciências naturais e estabeleceu como objetivo base da psicologia o estudo dos elementos básicos da consciência e suas leis e, como método de estudo, propôs a introspecção como único meio possível de tratar os processos mentais básicos. A introspecção parte do princípio de que apenas o indivíduo que se submete a determinada experiência é capaz de observá-la, devendo esta ser submetida a um rigoroso controle experimental estabelecido por Wundt: deve haver condições para que o processo seja repetido sempre que necessário e, dependendo do caso, modificadas em termos de manipulação controlada (Álvaro & Garrido, 2006; Schultz & Schultz, 2009).

Além dos considerados avanços na psicologia experimental, Wundt também foi responsável pela criação do primeiro laboratório de psicologia em Leipzig, na Alemanha, em 1879. Este tinha como objetivo fundamental o estudo de processos sensoriais, como percepção, sensação e memória, os quais entendia serem alcançados pela psicologia experimental, pois se encontravam na periferia da mente. Já os processos mentais superiores, entendidos por Wundt como resultado da história do desenvolvimento da espécie, não eram passíveis de análise sob o método experimental, sendo necessário, portanto, outro método de estudo que conseguisse abranger as peculiaridades de tal objeto. Foi por esse motivo que ele recorreu à *völkerpsychologie* (Farr, 2002; Schultz & Schultz, 2009).

A *völkerpsychologie* desenvolvida na Alemanha, em decorrência do posicionamento contrário às ciências naturais, foi incorporada à psicologia de Wundt, que desenvolveu seu pensamento até chegar à escrita dos dez volumes de psicologia social, entre os anos de 1900 e 1920. A criação dos dez volumes foi motivada pela crença de Wundt acerca da limitação do método experimental desenvolvida por ele em Leipzig, pois, como descrito anteriormente, a psicologia seria apenas em parte um ramo das ciências naturais (Farr, 2002).

Acerca do objeto de estudo, a *völkerpsychologies* se deteve aos mitos, ao enfatizar o estudo da origem das religiões e dos costumes, quando se propôs a pensar na origem e desenvolvimento da cultura e linguagem, com a investigação dos movimentos de expressão e linguagem gestual, incluindo aspectos simbólicos. Santos (1993) dá um destaque especial à linguagem, por ser este um aspecto relevante para o desenvolvimento da linguística, uma vez que através da análise da história de uma palavra ao longo dos anos, é possível obter a história de uma ideia enquanto fenômeno cultural. Por esse motivo, os fenômenos coletivos não poderiam ser explicados

individualmente no laboratório, pois, apesar do interesse de Wundt ainda ser voltado para uma psicologia como ciência da mente, esta mente agora é percebida em suas manifestações externas, permeada por contextos culturais (Farr, 2002).

No que se refere à evolução do pensamento sociológico e psicológico, cita-se ainda a influência das teorias evolucionistas britânicas, mais especificamente as ideias de Darwin (1809-1882) e Spencer (1820-1903). A contribuição de Darwin diz respeito, às conclusões decorrentes da pesquisa realizada em uma expedição pela América do Sul e Oceano Pacífico, nos anos de 1831 e 1836, na qual descobriu o processo evolutivo através do princípio da *seleção natural*. O princípio da seleção natural sugere que qualquer modificação que resulte em benefícios a uma determinada espécie, preserve-se, pois facilita a adaptação e, conseqüentemente, a sobrevivência de tal espécie. Para Álvaro e Garrido (2006), as contribuições de Darwin à psicologia se encontram de forma indireta, visto que suas ideias constituem uma teoria biológica, cabendo ao campo da psicologia uma reinterpretação da perspectiva evolucionista no estudo da mente.

Spencer por sua vez, apoiado no pensamento de Darwin, ampliou o princípio da evolução para todos os aspectos do universo, incluindo os que se referem ao ser humano e às instituições sociais, respaldado no princípio de *sobrevivência do mais apto*, termo por ele desenvolvido, ou seja, com a atuação plena de tal princípio, a sobrevivência seria reservada apenas aos melhores espécimes (Schultz & Schultz, 2009).

Um dos processos responsáveis pela evolução resultante da interação organismo e meio, corresponde à *lei da associação*, que diz respeito à afirmação de que quando dois estados psíquicos quaisquer acontecem sucedidos imediatamente, há uma grande probabilidade de quando o primeiro voltar a ocorrer, o segundo segui-lo, conceito que pode ser entendido como precedente à teoria do condicionamento clássico. Não se

atribui nenhuma contribuição direta de Spencer à psicologia social, especificamente, no entanto, algumas de suas bases ideológicas serviram de suporte para a elaboração teórica de autores posteriores, como sua ideia acerca dos instintos que é considerada um antecedente importante para a psicologia social de William McDougall (Schultz & Schultz, 2009), assunto a ser descrito mais adiante nesta pesquisa.

Apesar da psicologia e da sociologia americana terem tido por base posicionamentos teóricos europeus, estas foram submetidas a um processo de reinterpretação e passou a ter características particulares, muito relacionadas à demanda social apresentada pelo contexto americano, representada por um perfil voltado à praticidade e funcionalidade. Nesse perfil, destaca-se o surgimento do *pragmatismo*, desenvolvido na década de 1870, que é considerado a primeira filosofia edificada em território americano, sendo, ainda, um dos primeiros produtos resultantes da influência evolucionista. Inicialmente apresentado por Charles Sanders Peirce (1839-1914), o pragmatismo diz respeito à doutrina que valida as ideias mediante análise de consequências práticas ou de que, uma ideia só seria significativa, se tivesse algum efeito sobre nossas ações (Schultz & Schultz, 2009).

Contemporâneo do positivismo, o pragmatismo teve considerável influência no percurso das ciências sociais em território americano. Para a psicologia, propiciou a substituição de um posicionamento mais filosófico para uma psicologia experimental e posteriormente funcionalista, que teve como principal representante William James (1842-1910), o qual defendia a psicologia como uma disciplina que investisse em sua dimensão prática. No entanto, James apresentava demasiada ênfase no caráter individual, o que limitou sua contribuição direta à psicologia social, mas indiretamente, seu conceito de *self* influenciou a origem do interacionismo simbólico da Escola de

Chicago, como ficou conhecido o movimento ligado ao pragmatismo na Universidade de Chicago (Álvaro & Garrido, 2006; Schultz & Schultz, 2009).

Até aqui, constata-se que uma série de acontecimentos históricos e, conseqüentemente, teóricos exerceu forte influência no desenvolvimento da psicologia social. Entretanto, a busca por um evento que delimite exatamente o surgimento da disciplina, como área de conhecimento autônoma, seria, de acordo com Álvaro e Garrido (2006), uma tarefa impossível. Levando em conta que o percurso trilhado em contextos que trazem suas peculiaridades, o europeu e o americano, mas que, de certa forma, estiveram interligados no decorrer da construção da disciplina, como constata Farr (2002), percebe-se que as flores nascidas em território americano tiveram suas raízes desenvolvidas na Europa.

Com isso, acerca de um marco que identifique a fundação da psicologia social, convencionou-se situar o ano de 1908, quando o psicólogo William McDougall (1871-1938) e o sociólogo Edward Ross (1866-1951) publicaram livros intitulados com o termo da psicologia social, respectivamente: *Introduction to social psychology* e *Social psychology, an outline and a source book* (Pereira, 1993). Nesse aspecto, torna-se evidente o reflexo de duas orientações teóricas dominantes nos anos de consolidação da psicologia social americana, uma com William McDougall, centrada em aspectos individuais e outra com Edward Ross, voltada para o social, o que se passou a denominar de psicologia social psicológica e psicologia social sociológica.

Todavia, Pereira (1993) ressalta que, desde antes, autores como W. James e J. Dewey, representantes do movimento funcionalista nos Estados Unidos, faziam uso de aspectos comportamentais adquiridos, com ênfase no individualismo, visto que, o funcionalismo objetivava o estudo das utilidades fundamentais da consciência e sua

operacionalidade. Dessa forma, o contexto funcional e pragmático característico dos Estados Unidos favoreceu o desenvolvimento de uma psicologia social psicológica.

Porém, o fato de haver demasiado interesse da psicologia social pelos aspectos psicológicos, a impediu voltar-se para os conflitos inerentes à vida social, fato que, de certo modo, também pôde ser verificado na psicologia social sociológica (Almeida, Santos & Trindade, 2011), que “por ter escolhido a mínima unidade possível de análise – o papel social – acabou por estar demasiado envolvida em si própria e sofreu da mesma cegueira” (Pereira, 1993, p. 37).

Jovchelovitch (2003) assevera que posicionamentos demasiadamente individualizantes ou sociológicos não são suficientes para explicar os dilemas sociais que a psicologia social se propõe a estudar, sendo seu grande desafio, a união entre uma sociedade sem sujeitos e sujeitos sem uma história socialmente construída. Dessa forma, coube à psicologia social europeia dar conta dos aspectos perdidos pela psicologia social americana.

Defendia-se que a psicologia social deveria voltar seus olhos para as relações cotidianas, fenômenos ligados à comunicação e, portanto, mais próximos da realidade social. É nesse momento histórico que surgem teorias com esse intento, dentre elas a Teoria das Representações Sociais (TRS) que, com um posicionamento alternativo ao modelo vigente, emerge como uma perspectiva que tenta superar o enfoque unicamente individual ou social.

2.1. A Teoria das Representações Sociais: Articulando a Psicologia e a Sociologia

A TRS, desenvolvida por Serge Moscovici, é considerada um dos pilares da psicologia social europeia, sendo a teoria que obteve maior difusão entre a comunidade

científica da Europa e, posteriormente, entre os norte-americanos (Jesuino, 1993; Álvaro & Garrido, 2006).

Seu início se deu a partir de investigações realizadas por Moscovici em 1961, acerca da crescente propagação da psicanálise entre a população francesa na década de 1950. Inicialmente os debates em torno da psicanálise estavam restritos a um público de intelectuais e estudantes universitários, mas passou a fazer parte do cotidiano da população em geral, porém, sem referência à fundamentação teórica original. Os achados de Moscovici são reunidos na publicação intitulada de *La psychanalyse: Son image et son public* (1961), dedicada a estudar o processo de transformação de uma teoria científica, no caso, a psicanalítica, em um saber do senso comum, objetivando conhecer a construção do cotidiano e os processos responsáveis pela mudança de pensamento e das práticas sociais (Vala, 1993; Sá, 1998; Almeida & Santos, 2011).

Além de lançar a problemática específica de entender como é consumida e transformada uma teoria científica pelo homem comum, Moscovici traz uma questão de âmbito mais universal, a partir do momento que propõe a análise dos processos pelos quais os indivíduos em interação constroem teorias sobre os objetos sociais e passam a incluir nas representações sociais aspectos culturais e experiências cotidianas. (Vala, 1993). Delineamento este que fica claro na definição do próprio Moscovici (2003), quando afirma que uma representação social é um:

Sistema de valores, de noções e práticas tendo uma tendência: antes de tudo, instaurar uma ordem que permite aos indivíduos a possibilidade de se orientar no meio-ambiente, social, material e de o dominar. Em seguida; de assegurar a comunicação entre os membros de uma comunidade propondo-lhes um código para nomear e classificar de maneira unívoca as partes o seu mundo, de sua história individual ou coletiva (pp.31).

Diante do percurso histórico percorrido no presente capítulo, constata-se que a construção e a efetivação de uma teoria se dão por meio de um embasamento de pressupostos teóricos precedentes e com a TRS não foi diferente. Como é o caso da distinção feita por Moscovici sobre conceito de “representação coletiva” de Durkheim e sua “representação social”.

Como já apresentado inicialmente, Durkheim partiu do pressuposto de que o estudo da sociedade, por meio da sociologia, deveria primar pelos fatos sociais, considerados externos ao indivíduo. Para a sociedade em que foi proposto, o conceito de representações coletivas parecia ser suficiente, uma vez que se verificava ainda certa uniformidade nas religiões e em outros sistemas. No entanto, nas sociedades contemporâneas, orientadas pelo conhecimento científico e de caráter dinâmico, dá-se origem a novos fenômenos que impõe a necessidade de um novo olhar (Sá, 1995).

De toda forma, é inegável a contribuição teórica que Moscovici buscou em Durkheim na construção da TRS, da mesma forma que são evidentes suas distinções. Na medida em que Moscovici distingue os fenômenos investigados por Durkheim e aqueles dos quais a psicologia social deve ocupar-se na atualidade, observamos que as representações as quais se propõe estudar não são as de sociedades primitivas, mas as da sociedade atual, que não tiveram tempo suficiente para se tornar tradições imutáveis. Ao contrário da característica estática das representações coletivas, Moscovici privilegia o caráter de plasticidade e mobilidade das representações emergentes e, por esse motivo, adotou a substituição do termo *coletivo* para o *social*. Dessa forma, em contraposição às representações coletivas, Moscovici coloca as representações sociais em uma linha divisória entre o conhecimento científico, com característica de objetividade e rigor metodológico, referente ao universo reificado, e o conhecimento dinâmico do senso comum, que diz respeito ao universo consensuado. Ambos atuam conjuntamente na

moldagem da realidade, sendo, o novo trazido, geralmente, pelo universo reificado da ciência ou de campos especializados e a exposição a esse novo é que introduz a estranheza na sociedade em geral. Com isso, a realidade social é criada quando o não-familiar é incorporado aos universos consensuais, passando a se tornar familiar, conhecido e real. (Sá, 1995).

Dessa forma, para apreensão do entendimento de representações sociais (RS), considera-se a premissa da inexistência de cisão entre o universo exterior e o do indivíduo ou grupo e que existe certa homogeneidade entre o objeto e o sujeito, uma vez que o objeto se inscreve num contexto intermediário entre o individual e coletivo. Tal percepção concede às RS um caráter de entidades quase tangíveis que permeiam o universo da fala, dos gestos e o cotidiano, impregnando as relações sociais e os processos que a ela estão associados (Moscovici, 2012). Conforme propõe Jodelet (2001), as representações sociais são:

Uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico (pp.22).

Nesta linha, a teoria das RS, apresentada por Moscovici é tida como uma alternativa à Psicologia Social cognitiva tradicional, caracterizada por seu caráter individualista. A mudança proposta por Moscovici consiste no enfoque dos processos cognitivos (imagens, conceitos, categorias, teorias) a partir de uma perspectiva psicossocial, na forma de conhecimentos socialmente compartilhados, de onde vem a

sua dimensão cognitiva e simbólica (Álvaro & Garrido, 2006). Ribeiro (2011), completa que

As representações são, essencialmente, fenômenos sociais que, mesmo acessados a partir do seu conteúdo cognitivo, devem ser compreendidas a partir do seu contexto de produção. Ou seja, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam (pp. 37).

A incorporação do novo e do não-familiar ao universo consensual do sujeito está na base da formação das representações e leva a um dos aspectos centrais da teoria das RS, que são os processos cognitivos regulados por fatores sociais: a objetivação e a ancoragem. Proposta por Moscovici, a ancoragem é um processo pelo qual se procura incorporar o estranho e não-familiar ao sistema de pensamento já existente. Moscovici (2012) afirma que, através da ancoragem, o ainda estranho e, portanto, ameaçador, é incorporado a arquivos de nossa memória, com os quais comparamos o objeto a ser representado. Na tentativa de incorporar o desconhecido, extraem-se imagens, linguagens e gestos necessários para superar o conflito gerado pelo objeto estranho (Alves, 2001; Reis & Bellini, 2011).

Quanto à objetivação, entende-se como o processo mediante o qual o invisível se torna perceptível, ou seja, o de tornar concreto o que é abstrato. Moscovici (1981) coloca que a objetivação atribui realidade a conceitos que não são familiares. O processo de objetivação, de acordo com Jodelet (2008) é composto por três fases: *seleção da informação*, que corresponde a uma triagem acerca do objeto da representação, de acordo com os critérios culturais e normativos do sujeito; *esquematização*, em que os elementos selecionados serão organizados em um esquema

estruturante; e *naturalização*, na qual as imagens passam a ser realidades concretas (Sá, 1995).

Joffe (1995) completa que as pessoas são motivadas a criarem representações sociais de novos fenômenos, daquilo que ainda não se tem representação, pois estes despertam medo e ameaçam o sentido de ordem e a ideia do sujeito de dominação e controle do mundo. Sendo os processos de ancoragem e objetivação responsáveis por tornar o ameaçador, familiar. Alves (2001) afirma ainda que as RS trazem o componente individual e social e são criadas para dar conta do novo e facilitar a relação nos grupos sociais.

Destaca-se também que, com o desenvolvimento da teoria, foi estabelecido o termo “grande teoria” para distinguir as proposições básicas de Moscovici das outras perspectivas advindas dos colaboradores posteriores a ele. Considera-se que em Moscovici centram-se conceitos que funcionam como princípios gerais capazes de traçar o processo de construção de uma representação social, mas sem a pretensão de esgotar seus preceitos teóricos (Almeida, 2009).

É a partir da *grande teoria* que se desdobram as principais perspectivas: a *societal*, de Willem Doise, que inaugura como marca de distinção a preocupação com as condições em que são produzidas as RS, define que a posição social das pessoas ou grupos é determinante na elaboração das suas representações; e a *dimensional*, proposta por Denise Jodelet, conhecida por contribuir com a TRS, principalmente na investigação teórica, empírica e aplicação da teoria no campo da saúde, corpo e meio ambiente. Jodelet foi quem apresentou uma perspectiva que parece ser consensual entre os estudiosos das RS, uma vez que reconhece o caráter complexo e polimorfo das RS. Sá (1996) esclarece que Jodelet acrescenta em seu conceito que uma RS é uma forma de saber prático que relaciona diretamente o sujeito e o objeto, com isso, a representação

assume uma posição de simbolização e de interpretação, ao mesmo tempo em que é uma construção do sujeito, que pode se situar no ponto de vista epistêmico, psicodinâmico e social. Outra perspectiva complementar à TRS é a *estrutural*, de Jean-Claude Abric, o qual apresenta a *Teoria do Núcleo Central* (TNC), uma abordagem mais autônoma se comparada às anteriores. Como discípulo de Moscovici, Abric teve uma importante contribuição na identificação dos elementos estruturais da representação e seus elementos centrais, uma vez que concebe o conteúdo cognitivo das RS apresentado como um conjunto estruturado (Alves, 2001).

O presente estudo terá como fundamento teórico as perspectivas dimensional e estrutural da TRS, uma vez que objetiva conhecer o conteúdo e a estrutura da representação social da droga na população dos adolescentes em conflito com a lei.

Acerca da perspectiva dimensional, parte-se do posicionamento de Moscovici (1978), que afirma que a RS de determinado objeto existe apenas se este tiver um significado social nas conversações cotidianas – como é o caso da droga entre os adolescentes em conflito com a lei – pois, mesmo aqueles que não fazem ou nunca fizeram uso de droga, geralmente, estão envoltos em um contexto onde a droga está presente, fazendo com que elaborem e criem uma representação acerca de tal objeto social. Nesse aspecto também vale destacar que as RS são influenciadas pelas condições sócio-históricas que as originaram, o que leva a serem explicadas e entendidas de acordo com as condições sociais dos grupos que lhe deram origem e, por esse motivo, ressalta-se a importância da descrição dos grupos sociais estudados.

Reunindo os diferentes aspectos, destaca-se que as representações sociais resultam do processo de transformação daquilo que não é familiar em algo familiar, movimento este concebido através dos processos da ancoragem e objetivação, anteriormente explicitados. Saraiva (2007) observa que tal transformação não constitui

um processo automático, mas que é necessária a participação da memória e das conclusões pré-estabelecidas, uma vez que, na ancoragem, o desconhecido se insere no esquema de referência por meio de processos comparativos e interpretativos e, na objetivação, ocorre a reprodução do desconhecido no âmbito do visível e tangível (Moscovici, 1981).

Dessa forma, dentre as abordagens das representações sociais, a abordagem dimensional, também denominada de processual, genética ou dinâmica, se sobressai no que se refere à construção da representação e seus processos iniciais de elaboração, incluindo os aspectos que constituem a representação, como as imagens, crenças, valores e elementos culturais, dentre outros (Jodelet, 2001).

Esta abordagem se organiza em três dimensões, que são: o *campo da representação*, que diz respeito à ideia de imagem, em que é possível visualizar os conhecimentos que o grupo estudado possui acerca do objeto e como tais conhecimentos se articulam, sendo o campo, o espaço onde as microteorias se organizam entre si e possibilita a manifestação das atitudes; a *informação*, que está relacionada com a quantidade e qualidade de conhecimentos que determinado grupo possui sobre o objeto social estudado; e, por fim, a *atitude*, aspecto em que é verificado se o sujeito é favorável ou não ao objeto estudado, o que irá exprimir a orientação do grupo em relação ao objeto representado (Moscovici, 1978; Ferreira, 2000).

Com isso, através da abordagem dimensional pretende-se compreender a construção e os processos dimensionais constituintes da droga para o grupo social estudado, em nosso caso, os adolescentes em conflito com a lei, apreendendo assim o senso comum que os permeia e significa.

No que se refere à perspectiva estrutural, sua utilização na presente pesquisa se deu como complementação a compreensão da origem e formação das RS possibilitada

pela abordagem dimensional. Perspectiva inaugurada em 1976 por Jean-Claude Abric, na Universidade de Provence, na França, recebeu o nome de Teoria do Núcleo Central (TNC) que consiste em uma abordagem complementar à teoria das RS proposta por Moscovici, na qual se propõe identificar e analisar os processos pelos quais as RS são determinadas, partindo da hipótese de que estas se apresentam enquanto conjuntos sócio-cognitivos estruturados em dois subsistemas: o *sistema central* e o *periférico* (Saraiva, 2007). Como o próprio Abric (1994) especifica, “toda representação é organizada em torno de um núcleo central, constituído de um ou de alguns elementos que dão à representação o seu significado” (p.19).

Abric (2003) parte do entendimento de que apenas o conhecimento acerca do conteúdo de uma representação não é suficiente para dar conta do fenômeno, fazendo-se necessária a identificação de seus elementos centrais, no caso, o núcleo central, que se refere ao elemento unificador das RS. Nele estão presentes os elementos mais estáveis da representação. Abric (2003) destaca, ainda, duas funções do núcleo central, uma referente à *função geradora*, que concede sentido e valor aos outros elementos constituintes da representação; e a *função organizadora*, que estabelece o elemento unificador e estabilizador das representações.

Considera-se que o pensamento acerca do núcleo central advém do que Fritz Heider, em 1927, um dos nomes proeminentes da Psicologia Social, afirma sobre o estudo dos fenômenos de atribuição, ao propor a identificação de uma tendência de atribuir eventos percebidos no ambiente a núcleos unitários de significação. Outro suporte teórico no qual Abric sustenta sua teoria repousa em um estudo sobre percepção social, desenvolvido por Solomon Asch, em 1946, em sua pesquisa sobre a formação de impressões de pessoas a partir de características anteriormente atribuídas. Abric (1994) constata que a presença de um elemento central, ou seja, uma característica central,

determina o significado que se atribui a algo e a mudança de tal característica central desencadeia uma modificação radical da impressão (Sá, 1996).

Sá (1996) aponta outro pressuposto que baseia a teoria do núcleo central na própria TRS: o conceito de *núcleo figurativo*, que resulta do processo de objetivação. O núcleo figurativo consiste na estrutura imagética que se articula de forma mais concreta a elementos do objeto de representação de determinado grupo,

Assim descontextualizados, reorganizados em uma nova estrutura de conjunto e deles retidas apenas certas qualidades icônicas, tais elementos passam a gozar de uma considerável autonomia em relação à totalidade do objeto original. Tal recriação nuclear do objeto pode ser então amplamente utilizada, como forma básica de conhecimento, em uma variedade de situações e circunstâncias, em associação com outros saberes e informações, definindo mesmo essas situações e intermediando o acolhimento de novas informações (pp. 65).

Outro subsistema referente à TNC, diz respeito ao sistema periférico, que se organiza na periferia do núcleo central. De acordo com Abric (1998) o sistema periférico assume as funções de: *concretização*, atuando como mediadores entre o núcleo central e a situação concreta; *regulação*, determinando que os elementos constituintes do sistema periférico são maleáveis, passíveis de mudança, de acordo com o contexto, a fim de novas informações serem agrupadas à periferia da representação; e por fim, a função de *defesa*, que funciona, como coloca Flament (2001), na forma de um “para-choque” entre uma realidade questionável e mutável e um núcleo central resistente a mudanças.

Dessa forma, as representações sociais, de acordo com a TNC, são orientadas pelo duplo sistema, central e periférico, que as concedem a característica de serem ao

mesmo tempo estáveis e flexíveis, uma vez que são estabelecidas por um núcleo central ancorado no sistema de valores que permeia o grupo e flexíveis, no momento que são também compostas de experiências individuais (Abric 1998; Saraiva, 2007).

Assim, diante do que foi exposto acerca da TRS, utilizaremos sua ótica para a leitura dos fenômenos das drogas e dos adolescentes em conflito com a lei, como propõe a presente pesquisa. E para dar conta deste objetivo, que consiste em conhecer e analisar as representações sociais acerca do uso de drogas entre os adolescentes em conflito com a lei e da existência da relação com o ato infracional, será descrito a seguir o método utilizado.

CAPÍTULO 3

Método

3. Método

3.1. Objetivo Geral

- Conhecer e analisar as representações sociais acerca do uso de drogas entre os adolescentes em conflito com a lei e da existência da relação destas com o ato infracional.

3.2. Objetivos Específicos

- Identificar as características sociodemográficas dos adolescentes em conflito com a lei;
- Conhecer suas Representações Sociais acerca da droga, do ato infracional, de suas famílias e da instituição de cumprimento da medida socioeducativa;
- Verificar em que os adolescentes ancoram as suas representações e como essas representações são objetivadas.

3.3. Tipo de estudo

Trata-se de uma pesquisa básica, exploratória, de campo e descritiva. Com metodologia qualitativa como principal referência. A pesquisa qualitativa é definida por Minayo e Sanches (1993) como a metodologia que procura “enfocar, principalmente, o social como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem comum, ou a fala, como a matéria-prima desta abordagem, a ser contrastada com a prática dos sujeitos sociais” (p. 239).

O desenvolvimento da metodologia qualitativa se deu em oposição ao positivismo e estudiosos como Max Weber que, com o tempo, deram consistência ao método. Weber (1970) afirma que cabe às ciências sociais a compreensão do significado da ação humana e não apenas a descrição dos comportamentos.

Com isso, entende-se que a abordagem qualitativa se afirma no campo da subjetividade e do simbolismo, realizando uma aproximação fundamental entre o sujeito e objeto, “uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas” (p. 244).

3.4. Amostra

A amostra não-probabilística, por conveniência, constituída por 31 adolescentes em conflito com a lei, do sexo masculino, em cumprimento de medida socioeducativa de internação na cidade de João Pessoa – PB. Definida mediante o uso do critério de saturação, que estabelece a suspensão dos dados, quando estes, na avaliação do pesquisador, não mais oferecerem novas categorias ou representações, apresentando redundância ou repetição (Fontanella, Ricas & Turato, 2008).

Como critério de inclusão, consideraram-se os adolescentes institucionalizados com cumprimento de medida socioeducativa de internação, respeitando o critério de aceitabilidade e disponibilidade dos mesmos.

Como critério de exclusão, aqueles que apresentassem qualquer comprometimento cognitivo que interferisse na compreensão dos objetivos da entrevista.

3.5. Local

A pesquisa foi realizada no Centro Educacional do Adolescente (CEA), instituição responsável pelo cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, situada na cidade de João Pessoa – PB.

O CEA está vinculado à Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (FUNDAC), por sua vez, órgão da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba. Inicialmente localizado no Bairro de Mangabeira, com acesso por uma rua de terra, passou por uma mudança de prédio durante a realização da pesquisa, situando-se no mesmo bairro, mas com instalações melhores do que as anteriores.

Na entrada do novo prédio, deparamo-nos com o setor da entrada, onde é realizada a revista dos visitantes. Em seguida, há a diretoria e logo depois o espaço da equipe técnica, referente ao setor de psicologia e assistência social. O espaço destinado aos adolescentes é composto por um auditório, salas de aula, campo de futebol, quadra poliesportiva e amplo espaço entre estes. A pesquisadora não teve acesso aos dormitórios.

3.6. Instrumentos e análise dos dados

Como instrumentos para coleta de dados foram utilizados: questionário sociodemográfico; Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) e Entrevista semiestruturada.

3.6.1. Questionário sociodemográfico/Análise das frequências

O questionário teve por objetivo recolher informações relativas ao perfil sócio-demográfico, a fim de ter conhecimento sobre os entrevistados, possibilitando um melhor entendimento da população sob olhar da pesquisadora (Rea & Parker, 2000).

O questionário criado pela pesquisadora foi analisado através do cálculo de frequências simples e porcentagens (Estatística descritiva) por meio do Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS) para Windows 8 – versão 21.0. O questionário na íntegra pode ser visualizado na sessão de apêndices.

3.6.2. A Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) /Análise Lexicográfica

A técnica, originalmente desenvolvida por Jung em 1905 na prática clínica, objetivava o diagnóstico psicológico acerca da personalidade dos sujeitos. Posteriormente, em 1981, foi adaptada por Di Giacomo, para o campo da Psicologia Social e das RS, e passou a ter como objetivo a identificação das dimensões latentes das RS evocados a partir de um estímulo indutor, previamente definido, de acordo com o objetivo de estudo. Na presente pesquisa, os estímulos indutores foram: *droga, crime e família* (Nóbrega & Coutinho, 2011).

Para análise dos resultados obtidos pelo TALP foi utilizado o software denominado *Ensemble de programm espermettant l'analyse des evocations* – Evoc (Vergès, 2002) que, com base na abordagem estrutural das RS, permite a identificação dos temas que emergem do núcleo central e do sistema periférico das RS, a partir das respostas a cada um dos estímulos indutores. A demonstração é feita graficamente por meio da análise lexicográfica, levando em conta a frequência dos termos evocados e a ordem de aparecimentos nas respostas. Na análise, o Evoc apresenta quatro quadrantes: um quadrante superior esquerdo, que provavelmente se refere ao núcleo central; um

inferior direito, que provavelmente pertence ao sistema periférico e os quadrantes restantes se referem as evocações intermediárias e analisadas dentro do contexto da pesquisa (Nóbrega & Coutinho, 2011).

Dessa forma, a TALP foi utilizada no intuito de responder aos objetivos referentes aos elementos representacionais atribuídos a droga, ao ato infracional (crime) e à família, permitindo assim que tivéssemos acesso a como os adolescentes em conflito com a lei criam e se organizam simbolicamente em torno dos fenômenos investigados.

3.6.3. Desenho estória com Tema/ Análise de conteúdo

Assim como a técnica de associação livre de palavras, a técnica do desenho estória com tema advém da psicologia clínica, objetivando avaliar e diagnosticar estruturas de personalidade, sendo adaptados para o campo da pesquisa apenas na década de 1980, tirando-se reconhecida sua aplicabilidade na psicologia social, sobretudo na TRS (Coutinho, Serafim & Araújo, 2011).

No campo da pesquisa, o desenho estória como técnica projetiva, objetiva apreender por meio da projeção temática e gráfica elementos latentes, essenciais para a compreensão dos significados (Coutinho et al., 2011).

Para aplicação da técnica utilizou-se o material constituído por folhas brancas de papel, lápis grafite e borracha. Como procedimento de análise seguiu-se por sugestão de Coutinho (*et al.*, 2011) os seguintes passos: Observação sistemática dos desenhos; seleção dos desenhos por semelhança de temas; leitura flutuante das unidades temáticas das histórias; construção de categorias.

3.6.4. Entrevista semiestruturada/Análise de conteúdo

A entrevista é um importante instrumento para a composição de uma pesquisa em ciências sociais. Os dados não são apenas colhidos, mas também resultado de interpretação e reconstrução por parte do pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade. Constituem-se como a possibilidade de revelar e transmitir o sistema de valores, normas, símbolos e representações de grupos determinados, apreendendo juntamente as condições históricas, sociais e culturais (Demo, 200; Minayo, 1993).

Na presente pesquisa adotou-se o modelo de entrevista semiestruturada, composto de seis questões norteadas pelos objetivos da pesquisa. O instrumento é caracterizado pela combinação de perguntas abertas e fechadas, em que o pesquisador tem em mãos um roteiro de perguntas, no entanto sem se prender a estas condições pré-fixadas. De acordo com Maciel e Melo (2011) a entrevista semiestruturada é utilizada quando objetiva-se conhecer como e porque algo ocorre, explorando determinado fenômeno sem impor a visão de realidade do pesquisador aos participantes, como no caso da apreensão das representações sociais dos adolescentes em conflito com a lei.

Na busca de coerência entre os pressupostos teóricos e metodológicos, preferiu-se a adoção da técnica de Análise de Conteúdo Temática (Bardin, 2010) para analisar os conteúdos presentes nas entrevistas.

A técnica utilizada desde seu surgimento para processamento sistemático das sondagens de opiniões de textos escritos ou de qualquer outro tipo de comunicação (oral, visual, gestual) (Coutinho, 2011; Ribeiro, 2011) é definida por Bardin (2010) como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de

conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (pp.42).

No campo da Psicologia Social e especificamente da TRS, a análise de conteúdo apresenta vasta aplicabilidade, desde Moscovici, que aplicou a técnica para investigar a apropriação da teoria psicanalítica por parte da população parisiense (Coutinho, 2011).

Baseando-se no contexto metodológico das RS, foi utilizada a análise de conteúdo com as seguintes etapas operacionais demonstradas por Bardin (2010) na figura 01:

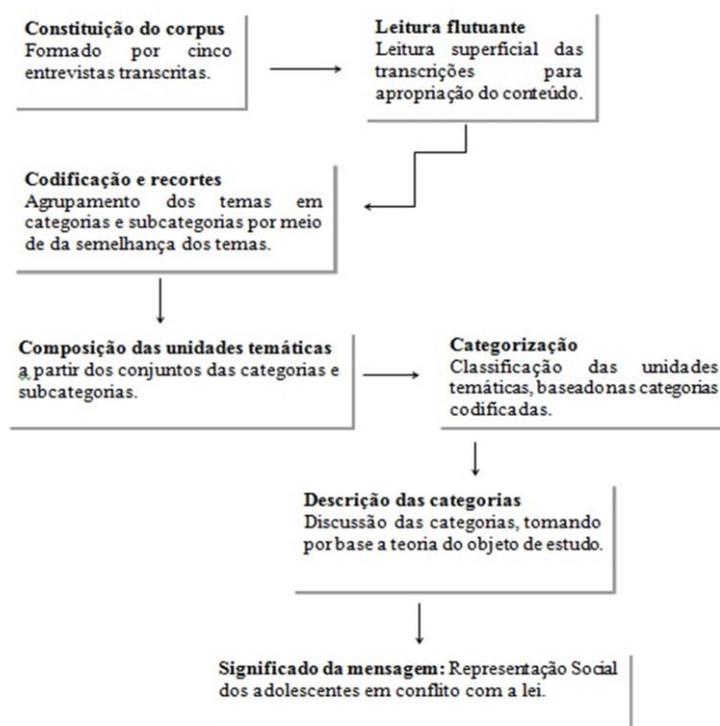


FIGURA 01

Etapas operacionais da análise de conteúdo (Bardin, 2011)

Com isso, optou-se pelo uso da entrevista objetivando explorar e aprofundar os discursos representacionais dos adolescentes em torno dos fenômenos da droga, ato infracional (crime) e família.

3.7. Considerações éticas e procedimentos de coleta de dados

A pesquisa respeitou todos os preceitos éticos integralmente, seguindo os princípios da Resolução CNS 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Acerca da documentação necessária para início da coleta de dados, juntamente com a aprovação do Comitê de Ética, foi necessária a aprovação da instituição onde a pesquisa foi realizada. Como o Centro Educacional do Adolescente (CEA) está vinculado à Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (FUNDAC), inicialmente o projeto de pesquisa foi submetido à FUNDAC, que emitiu um ofício dirigido ao diretor do CEA aprovando a realização da pesquisa.

No CEA, a pesquisadora foi dirigida ao setor de psicologia, onde foi combinado o dia e horário para a realização da pesquisa e decidido como seria feita a seleção dos adolescentes, por meio dos critérios de inclusão e exclusão. Através da disponibilização de uma lista com o nome dos adolescentes que estavam em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade e medida provisória, era feita, nos dias estabelecidos para a realização da pesquisa, uma lista com os nomes dos adolescentes que comporiam a amostra da pesquisa naquele dia.

Para o encontro com os adolescentes, a solicitação era feita pelo setor de psicologia aos agentes, os quais acompanhavam-no até a sala em que a pesquisa seria realizada. Na sala, ficavam apenas o adolescente e a pesquisadora, objetivando a

privacidade do adolescente. Inicialmente, foi realizado um estudo piloto para adequação dos instrumentos às especificidades da amostra, sendo feitas algumas modificações.

Com o adolescente era estabelecido, à princípio, um *rapport* e apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, esclarecendo o objetivo do encontro e o consentimento de que a pesquisa teria um caráter voluntário e sigiloso. Posteriormente, eram ministrados os instrumentos na seguinte ordem: Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP); desenho estória; entrevista semiestruturada e questionário sociodemográfico.

Para a realização do TALP, primeiramente, exemplificava-se com uma palavra neutra, como “bola” ou “caneta” e explicava-se que o adolescente teria um minuto para falar cinco palavras que imediatamente lhe remetesse tais palavras. Em seguida eram apresentados os estímulos referentes ao objetivo da pesquisa (droga, crime e família).

Terminada a aplicação do TALP, foi administrado o segundo teste projetivo, o desenho estória, seguido da realização da entrevista semiestruturada e, por fim, o questionário sociodemográfico. O desenho estória e a entrevista foram gravados e transcritos, posteriormente, para a realização da análise. O tempo aproximado para a administração de todos os instrumentos com cada sujeito foi de quarenta minutos.

CAPÍTULO 4

Resultados e Discussões

4. Resultados e Discussões

O presente capítulo dedica-se à apresentação dos resultados e discussões referentes às representações dos adolescentes em conflito com a lei em torno dos três eixos norteadores estudados que são a droga, o ato infracional (crime) e a família. Inicialmente serão discutidos os resultados derivados dos dados sociodemográficos apanhados, seguidos pelas elucidações referentes aos instrumentos: TALP, desenho estória e entrevista semiestruturada, que atuaram de forma complementar para obtenção dos resultados. As discussões serão analisadas, majoritariamente, sob a ótica da Teoria das Representações Sociais.

4. 1. Análise dos dados sócio-demográficos

O perfil dos participantes foi delineado através da administração do questionário sociodemográfico, sendo possível caracterizar a amostra e o grupo de pertença daqueles que compõem as representações aqui apresentadas. As informações obtidas pelo questionário foram tratadas por meio de estatística descritiva, utilizando-se de frequência e porcentagem.

A descrição dos dados sociodemográficos está explicitada na tabela 01, com destaque para aqueles valores que obtiveram maior frequência:

Dados sociodemográficos	Frequência (f)	Porcentagem (%)
Idade		
15/16 anos	18	58,0
17 anos	12	38,7
18 anos	1	3,2
Escolaridade		
Ensino fundamental completo	16	51,6
Ensino fundamental incompleto	14	45,2
Ensino Médio incompleto	1	3,2
Quem costuma visitá-lo		
Mãe	23	74,2
Não tem visita	3	9,7
Avós	2	6,5
Esposa	1	3,2
Tios	1	3,2
Irmãos	1	3,2
Com quem o adolescente mora		
Mãe	14	45,1
Pai e mãe	7	22,5
Pai	1	3,2
Outros ¹	9	29,0
Uso de drogas lícitas		
Sim	22	71,0
Não	9	29,0
Uso de drogas ilícitas		
Sim	23	74,1
Não	8	25,8
Tipo de droga utilizada²		
Maconha	21	30,3
Cocaína	12	15,9
Crack	4	5,7
Ato infracional		
Assalto	13	41,9
Homicídio	7	22,7
Tentativa de homicídio/latrocínio ³	5	16,1
Tráfico	4	12,9
Latrocínio	2	6,5
Número de medidas socioeducativas de internação		
1	20	64,5
2	8	25,8
3 ou mais	3	9,7

TABELA 01

Dados sociodemográficos dos participantes

Notas da **Tabela 01**:

¹ Corresponde a avós, tios, irmãs e companheiras.

² Os adolescentes fazem uso de mais de um tipo de droga.

³ Adotou-se o agrupamento pela natureza semelhante, característica dos atos infracionais.

A tabela 1 demonstra que 41,9% dos adolescentes pesquisados possuem idade de 16 anos, com média de 16, 2 anos (DP = 0,78). Dado que apresenta consonância com a

pesquisa realizada em 2012 pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual buscou traçar o perfil dos 17.500 jovens que cumprem medidas socioeducativas no Brasil, dos quais 1.898 adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade apresentam média de idade de 16,7 anos.

Os dados de ambas as pesquisas também coincidem no que diz respeito ao uso de drogas e ao ato infracional. A tabela 1 demonstra que 71% dos adolescentes fazem ou já fizeram uso de alguma droga ilícita, sendo a maconha a mais utilizada (30,3%/N=21). Corroborando estudos que apontam ser a maconha a droga ilícita mais usada no Brasil pelos adolescentes em conflito com a lei (Martins & Pillon, 2008).

No que se refere à escolaridade, 51,6% (N=16) dos adolescentes concluíram o ensino fundamental, número próximo ao daqueles que não o concluíram, 45,2% (N=14), e apenas 3,2% (N=1) alcançou o Ensino Médio incompleto. Esse cenário de baixa escolaridade, também foi encontrado em outras pesquisas (Luz, Lima Eduardo, Mota & Pinheiro, 2005; Costa, Carvalho, Wentzel 2009).

Castro (2002), Zhang, Willson, Katasiyannis, Barret, Ju e Wu (2010) afirmam que a baixa escolaridade é apontada na literatura como um fator de risco para a entrada do adolescente na prática do ato infracional, o que pode, possivelmente, ter acontecido com os sujeitos da presente pesquisa, dos quais muitos retomaram os estudos apenas na instituição de cumprimento de medida de internação, dado este obtido na entrevista. Panorama apreendido em 2002, a nível nacional, quando 51% dos adolescentes com medida socioeducativa de internação estavam sem estudar no momento da apreensão e 6% não eram alfabetizados. Em 2011, os números aumentaram para 57% e 8% respectivamente (Assis & Constantino, 2005; Conselho Nacional de Justiça, 2012).

A esse respeito Costa (2005) tece uma crítica referente ao sistema de medidas socioeducativas, uma vez que, apesar de sabermos que atos infracionais ocorrem em

todas as classes sociais, o que se vê, de fato, é a perpetuação de um cenário onde a prática de atos infracionais anda junto com a pobreza e o baixo nível de escolaridade.

Bazon, Silva e Ferrari (2013) apontam que os aspectos da vivência escolar que estão diretamente associados à conduta infracional incluem: baixo desempenho, que influencia no enfraquecimento do vínculo escolar, mediante o sentimento de incompetência e exclusão; e relação conflituosa com colegas e professores, que pode estar associada ao comportamento problemático do aluno, levando-o, por sua vez, a contínuas punições e, conseqüentemente, ao enfraquecimento do vínculo com a escola.

Quanto às visitas ao adolescente, estas foram majoritariamente de suas mães (74,2% /N=23), o que pode ser explicado através de várias perspectivas, dentre elas, a realidade de que elas ocupam o papel de donas de casa, tendo horários mais flexíveis para as visitas ou, simplesmente, o fato de que os adolescentes que cometem ato infracional “vivem um vazio de projeto paterno” (Penso, Conceição, Costa e Carreteiro, 2012, p. 83-84), visto que, na instituição, existiam dois dias para visitas, uma na quarta-feira e outra no domingo, sendo neste dia possível a ida daqueles que trabalham durante a semana.

A ausência da figura paterna no quadro constante de visitas, apreendida por meio da pergunta “quem **costuma** visitá-lo?”, implica que, possivelmente, a ausência de uma figura paterna ou alguém que a substitua pode conduzir a uma inversão de papéis no âmbito familiar: esse adolescente pode assumir a função de “marido” e tomar para si responsabilidades de sustento da casa e cuidado dos irmãos.

Corroborando a constância da presença materna, 45,1% (N=14) afirmaram morar com a mãe. Dado semelhante ao apontado Nardi e Dell’Aglia (2012), que tem em seu estudo o perfil da presença materna como figura de destaque no cuidado dos adolescentes em conflito com a lei. Ainda no que diz respeito à constituição familiar

primária, 22,5% (N=7) moram com o pai e a mãe juntos e apenas 3,2% (N=1) moram com o pai. A opção “Outros”, com 29% (N=9) se refere aos adolescentes que moram com tios, avós ou irmãos. Fenômeno que decorre, provavelmente, dos reajustes familiares a que Castro (2002) se refere, ao afirmar que a maioria dos adolescentes em conflito com a lei enfrentam problemas no cumprimento de papéis, acarretando fragilidade ou inexistência de uma figura de autoridade, o que pode contribuir como um fator de risco para o adolescente passar a cometer infrações.

Acerca dos tipos de atos infracionais, Coimbra e Nascimento (2005) asseveram que a possibilidade de entrada dos adolescentes nesse universo pode estar associada ao fato de que os mesmos, geralmente advindos da camada pobre da sociedade, enfrentam dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal. Assim, a atuação em redes ilegais de narcotráfico e outras práticas infracionais, como o assalto, por exemplo, parecem ser a única forma de sobrevivência. Desse modo, na presente pesquisa observa-se a prevalência de assalto (41,9%) seguido de homicídio (22,7%) como ato infracional responsável pela internação do adolescente, fenômeno este também observado na pesquisa do CNJ (2012) que apontou a prevalência de assalto em todas as regiões do Brasil (47% na região Nordeste).

Destaca-se ainda que 64,5% (N=20) dos adolescentes estavam em cumprimento da primeira medida socioeducativa de internação. População específica esta não predominantemente reincidente.

4.2. As representações sociais da droga, crime e família elaboradas pelos adolescentes em conflito com a lei através da análise da Técnica de Associação Livre de Palavras e da Teoria do Núcleo Central

Serão apresentados os resultados obtidos através da administração da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), de modo a permitir uma investigação acerca das representações sociais da droga, *crime* e família elaboradas pelos adolescentes em conflito com a lei.

4.2.1. Estrutura da representação social da droga

A figura 02 apresenta os quadrantes referentes ao núcleo central e ao sistema periférico das representações sociais da droga. A figura foi construída a partir da frequência média igual, maior ou menor que nove participantes, que escolheram as palavras com preferência média ou ordem média de evocação em torno de 2,5:

Núcleo Central			Sistema Periférico próximo		
F ≥ 9 OME < 2,5			F ≥ 9 OME ≥ 2,5		
Evocações	F	OME	Evocações	F	OME
Maconha	9	1,4	Ruim	9	2,7
			Vício	10	2,8
Sistema Periférico Próximo			Sistema Periférico Distante		
F < 9 OME < 2,5			F < 9 OME ≥ 2,5		
Evocações	F	OME	Evocações	F	OME
Destruição	7	2,4	Cadeia	6	3,8
			Cocaína	5	3,4
			Faz mal à saúde	5	3,2
			Morte	7	2,7
			Problemas com a família	5	4

FIGURA 02

Evocações acerca do estímulo *droga*

Legenda:

F = frequência

OME = ordem média das evocações

No quadrante superior esquerdo, referente ao núcleo central, percebe-se a presença da evocação *maconha*. Sabe-se que o núcleo central concentra os elementos mais estáveis da representação e são determinados pelas condições históricas e ideológicas (Abric, 1993; Abric, 2003).

Entende-se que as representações sociais são entidades que circulam e se cristalizam através da fala e do contato com o universo cotidiano. No que se pode conceber que o fato da crescente visibilidade, na mídia, do uso da maconha e, conseqüentemente, a discussão sobre sua liberação no país têm provocado na sociedade a necessidade de atribuir a tal objeto uma representação (Moscovici, 2012).

A presença da maconha no núcleo central, também pode ter sido motivada pelo fato desta ser a droga ilícita mais presente no universo dos adolescentes sujeitos da pesquisa, dos quais 30,3% (N=21) já fizeram uso da droga.

No quadrante periférico intermediário surgem as evocações *ruim* e *vício*, que evidenciam uma representação negativa da droga, corroborando a representação feita pela sociedade acerca do uso de drogas, relacionado a uma ideia criminosa, moralizante e patológica (Melo, 2010). A esse respeito, Abric (2001) ressalta o caráter normativo da representação social, o qual dita as normas em relação ao objeto social.

Também é evidenciada no quadrante inferior esquerdo, ainda referente ao sistema periférico, a palavra *destruição*, que pode estar relacionada aos males físicos ou à droga como causadora do cumprimento da medida de internação, uma vez que os adolescentes estabelecem relação entre o uso de drogas e o ato infracional, acarretando, por sua vez, o afastamento de familiares, amigos e convívio em sua comunidade.

Pereira e Sudbrack (2008) colocam que a droga possui o que chamam de *fase de encantamento*, que atrai o usuário tanto pelo prazer que o uso provoca, como por facilitar suas relações em novos grupos sociais. Em um segundo momento, a droga revela suas consequências negativas, quando o adolescente passa do uso ocasional ao uso mais frequente, modificando assim sua relação com o entorpecente. Isso pode levar à menção mais constante dos efeitos maléficos, descritos pelos adolescentes, sujeitos da presente pesquisa.

Ao sistema periférico distante, atribui-se a evocação *cocaína*, que constitui a segunda droga ilícita mais utilizada pelos adolescentes da presente pesquisa (15,9%). A cocaína é conhecida por aumentar a agressividade (Gallo & Williams, 2005) e, possivelmente, pode ter sido utilizada anteriormente à prática do ato infracional.

Houve, ainda, evocações referentes às consequências do uso de droga, como: *cadeia, faz mal à saúde, morte e problemas com a família*. Observa-se uma relação direta da droga com o ato infracional, ao se evocar a palavra *cadeia*, relação esta estabelecida devido à prática do ato infracional para a manutenção do *vício* ou para a ampliação do acesso a outros bens materiais por meio do tráfico.

De toda forma, a droga de caráter ilegal, por si só, já se apresenta relacionada ao *crime*, devido ao fato do usuário estar cometendo uma infração, tanto no uso, quanto para obtenção da droga. Assim, devido ao caráter proibitivo de certas drogas, expande-se a ideia da droga associada a alguma prática ilegal, mesmo quando tal prática se resume apenas ao consumo.

Ainda no que se refere ao sistema periférico distante, a lista das consequências negativas do uso de drogas vai desde os aspectos físicos (*faz mal à saúde; morte*) a problemas de ordem social (*problemas com a família*). A esse respeito, Martins, Santo, Pecílio e Kern (2006) afirmam que parece ser consenso a representação prioritariamente negativa da droga, que está associada à informação que os adolescentes recebem e que irão compor a construção da representação social do objeto, visto que esta se constrói a partir de um conhecimento socialmente elaborado e partilhado, contribuindo para uma realidade comum no conjunto social (Jodelet, 2001).

Mesmo com a representação social negativa acerca da droga, a presença desta no contexto do adolescente sujeito da presente pesquisa parece ser uma constante, dado que 71% afirmaram fazer uso de drogas lícitas, enquanto 74,1% admitiram o uso de drogas ilícitas e até mesmo aqueles que fazer uso de qualquer entorpecente, relatam contato com a droga ao presenciarem o uso entre colegas ou familiares.

4.2.2. Estrutura da representação social do crime

A figura 03 diz respeito às evocações induzidas pelo estímulo *crime* através da aplicação do Teste de Associação Livre de Palavras. As evocações foram evidenciadas a partir da frequência média igual, maior ou menor do que 9 participantes com ordem média de evocação em torno de 2,5:

Núcleo Central			Sistema Periférico próximo		
F ≥ 9 OME < 2,5			F ≥ 9 OME ≥ 2,5		
Evocações	F	OME	Evocações	F	OME
Homicídio	13	2,2	Morte	11	2,6
Roubo	23	2,1			
Sistema Periférico Próximo			Sistema Periférico Distante		
F < 9 OME < 2,5			F < 9 OME ≥ 2,5		
Evocações	F	OME	Evocações	F	OME
Tráfico	8	2,3	Cadeia	5	2,6
			Violência	5	3,4

FIGURA 03

Evocações acerca do estímulo *crime*

Legenda:

F = frequência

OME = ordem média das evocações

Na análise dos quadrantes da figura 03, o superior esquerdo, referente ao núcleo central, registra uma representação do *crime* ancorada na classificação dos dois tipos de ato infracional, que apresentaram, na presente pesquisa, maior incidência para internação dos adolescentes (*Assalto/Roubo*=41,9% e *Homicídio*=22,7%).

Kodato e Silva (2000) afirmam, que a entrada do adolescente na prática do ato infracional, semelhante aos achados da presente pesquisa, geralmente se dá com o roubo, provocado por diferentes motivações, seja para obtenção de droga, compra de objetos pessoais ou ajudar a família. Já o homicídio está relacionado a brigas entre facções, roubos seguidos de morte, acertos de contas ou é ocasionado por um impulso incontrolável ou atitude impensada.

Outro ato infracional evocado foi o *tráfico*, no quadrante inferior esquerdo, referente ao sistema periférico próximo, que diz respeito a 12,9% (N=4) do tipo de ato infracional cometido pela população da presente pesquisa. Embora pouco representativo, nota-se que, ao evidenciar o tráfico como evocação representativa, o adolescente revela a presença deste tipo de ato infracional em sua realidade e assim, reforça-se a relação *crime-droga*, só que, neste caso especificamente, pela via do tráfico.

Sartório (2007) discute que a associação entre a prática infracional e a pobreza parece ser uma realidade presente no contexto do adolescente em conflito com a lei, associação esta que se respalda nos índices que situam esses sujeitos em situações de vulnerabilidade social, nas quais, ao perceberem ausência de condições básicas de subsistência, podem se sentir impelidos à prática do ato infracional, sendo o tráfico de drogas o mais sedutor.

O que parece consenso na literatura é que o adolescente que comete ato infracional busca, no delito, alguma forma de reconhecimento ou pertencimento, aliado ao contexto de exclusão social do qual ampla maioria desses adolescentes faz parte. Não se quer dizer com isso que a miséria e falta de perspectiva causam diretamente o ato infracional, porém, é certo que todas essas condições reforçam um cenário de vulnerabilidade (Castro, 2002).

Em seguida, no quadrante superior direito, referente ao sistema intermediário, apresenta-se a evocação *morte*, que pode estar associada tanto à prática do homicídio, quanto à morte do próprio adolescente envolvido com o crime.

A esse respeito, ressalta-se as constantes notificações de mortes por homicídios na população adolescente, as quais Zappe (2010) revela serem de maior proporção se comparadas à da população não-adolescente. É o que descreve Teixeira (2005), quando aponta que homicídios praticados por adolescentes em 2002 somavam 1.286 e contra eles correspondiam ao número de 19.188. Em número mais atuais Abramovay (2010) afirma que, entre os anos de 1997 e 2007, houve uma aumento de mais de 30% no que se refere às mortes por violência entre adolescentes.

O que nos leva ao quadrante inferior direito, que diz respeito ao sistema periférico distante, confirmando o quadro infracional e de violência em que esses adolescentes estão envolvidos através das evocações *cadeia* e *violência*. Isso corrobora a evocação anterior referente ao estímulo *droga* (ver figura 02), que evidencia a relação estabelecida pelos adolescentes sujeitos da pesquisa entre a droga e ato infracional (crime). Relação esta que perpassa as representações elaboradas pelos adolescentes e verifica-se empiricamente em pesquisas apontadas na literatura sem, necessariamente, estabelecer alguma relação causal entre os fenômenos, embora estudos apontem uma relação estreita entre o uso de drogas e o ato infracional (Heim & Andrade, 2008; Zappe & Dias, 2012).

Desse modo, os adolescentes em conflito com a lei reconhecem o *crime* como sendo associado a uma realidade violenta e negativa, tendo como consequência, muitas vezes, a morte ou a cadeia. Ideia, possivelmente, conhecida anteriormente, mas só constatada com o cumprimento da medida socioeducativa.

4.2.3. Estrutura da representação social da família

A figura 04 contém os quadrantes relativos às evocações induzidas pelo estímulo *família* que foram evidenciadas a partir da frequência média igual, maior ou menor do que 9 participantes com ordem média de evocação em torno de 2,5:

Núcleo Central			Sistema Periférico próximo		
F ≥ 9 OME < 2,5			F ≥ 9 OME ≥ 2,5		
Evocações	F	OME	Evocações	F	OME
Amor	13	2,4	Irmãos	13	3,6
Mãe	17	1,5			
Pai	13	2,3			
Sistema Periférico Próximo			Sistema Periférico Distante		
F < 9 OME < 2,5			F < 9 OME ≥ 2,5		
Evocações	F	OME	Evocações	F	OME
Filha	5	2,4	Avó	6	3,8
			Conselho	6	3,6
			Paz	5	3,4
			Tios	6	3,8

FIGURA 04

Evocações acerca do estímulo *família*

Legenda:

F= frequência

OME= ordem média das evocações

Registra-se a presença das evocações *amor*, *mãe* e *pai*, que correspondem ao núcleo central. Abric (2001) afirma que um dos determinantes para a constituição do

núcleo central de uma representação social é o sistema de valores, transmitidos predominantemente por aqueles que exercem cuidado direto ao sujeito.

Apesar do contexto familiar, no caso dos adolescentes em conflito com a lei, ser um dos fatores protetivos que, possivelmente, falharam, na complexidade que envolve o ato infracional, a família continua sendo objeto de amor e cuidado para os adolescentes.

Zappe (2010) discute que a família do adolescente em conflito com a lei, pode se reorganizar durante o período de institucionalização do mesmo, passando a oferecer uma maior assistência. Nesse sentido, a institucionalização parece atuar como um reforçador para uma atuação enérgica da família nos comportamentos desviantes do filho. Isso pode explicar o sentimento, por parte dos adolescentes, de que estão sendo acolhidos por seus familiares, fazendo da família sua fonte de ajuda e refúgio.

O cuidado para com os membros da família se estende ao que podemos verificar nos quadrantes dos sistemas intermediários, o superior direito (*irmãos*) e o inferior esquerdo (*filha*), que assumem, aparentemente, um papel significativo para os adolescentes.

No caso dos irmãos, esta evocação pode estar associada a duas funções a que Castro (2002) se refere: geralmente, as famílias dos adolescentes em conflito com a lei, dentro de um contexto de vulnerabilidade social, enfrentam problemas no cumprimento de papéis e, com isso, no reajuste da configuração dos papéis. O adolescente passa, então, a assumir a função de responsabilidade para com os irmãos ou por estes ser cuidado.

O sistema periférico distante apresenta as evocações *avó* e *tios*, o que confirma o reajuste de papéis sofrido no contexto familiar dos adolescentes que compuseram a presente pesquisa, em consonância com a literatura. Em alguns casos, por privação econômica, a família primária mora junto com os avós, tios e outros familiares que

interferem e influenciam na criação dos adolescentes. Entretanto, existe ainda a possibilidade de que esses parentes assumam sozinhos o papel de cuidadores deste adolescente, como é o caso de 29% (N=9) dos entrevistados, que afirmaram morar com avós, tios ou irmãos.

As evocações *conselho* e *paz* também foram citadas, o que pode estar relacionado ao fato dos adolescentes em conflito com a lei depositarem na família uma possibilidade de reconstrução e mudança de vida, atribuindo a eles uma fonte de conselhos, seguido do sentimento de paz, provavelmente, ausente no período em que estão em privação de liberdade (Zamora, 2008).

4.3. Desenho estória com Tema

Seguem-se os dados referentes à análise do desenho estória com tema, cujo *corpus* foi constituído por 31 desenhos e 31 estórias temáticas.

Os desenhos com o tema *Usuário de drogas*, foram organizados de acordo com semelhanças no grafismo e estórias em comum, resultando na classificação de duas categorias: *Relação droga-crime*, que diz respeito aos grafismos, juntamente com as estórias que estabelecem, predominantemente, um relacionamento direto dos dois fenômenos; e *Consequências do uso de drogas*, referentes àqueles que descrevem principalmente as consequências do uso de drogas.

Quanto aos grafismos, em ambas as categorias, *Relação droga-crime* e *Consequências do uso de droga*, verificou-se quase uma totalidade no que diz respeito ao aspecto infantilizado e alguns com ausência de contorno (ver figura 13) ou fantasmagórico (ver figura 27).

4.3.1. Categoria: Relação droga-crime

No que concerne aos recortes semânticos na categoria Relação droga-crime, esta é composta por 13 desenhos/estórias e observa-se que a representação social acerca do *usuário de droga* (estímulo dado para construção do desenho estória) descreve uma relação direta com a prática do ato infracional (*crime*).

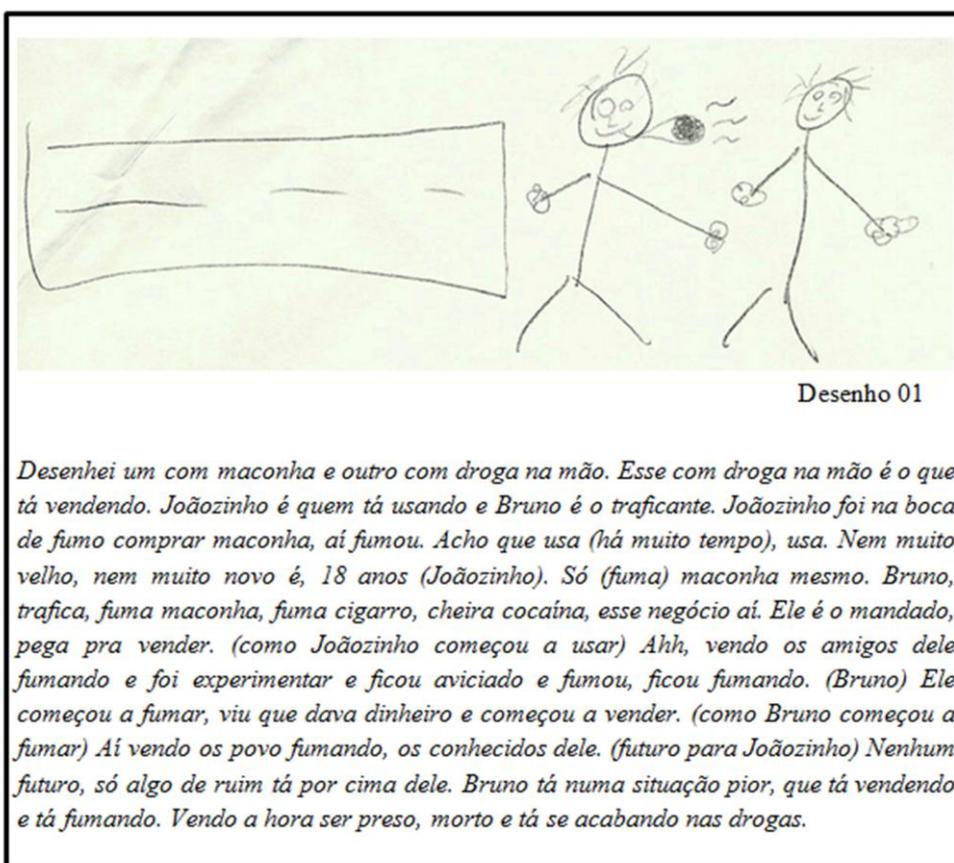


FIGURA 05

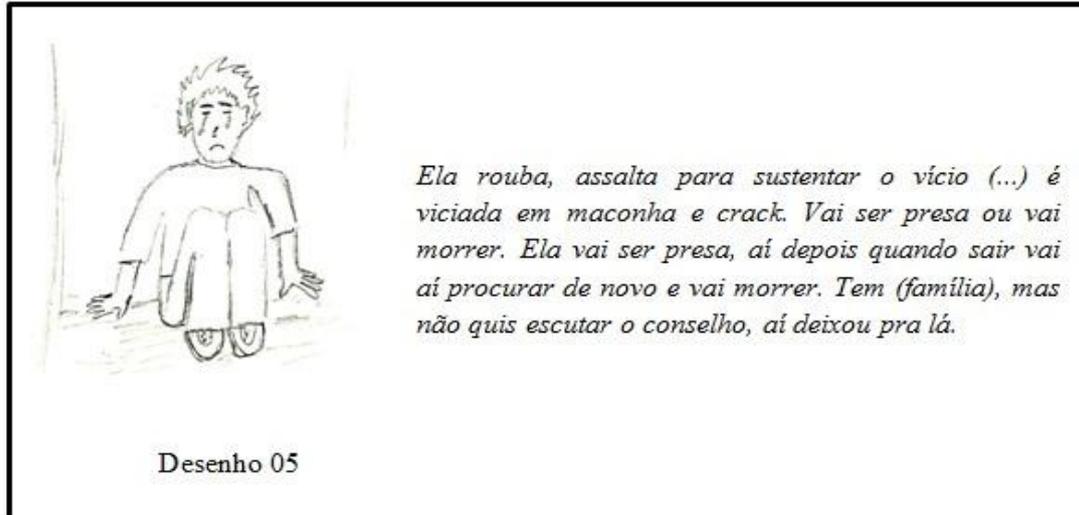


FIGURA 06

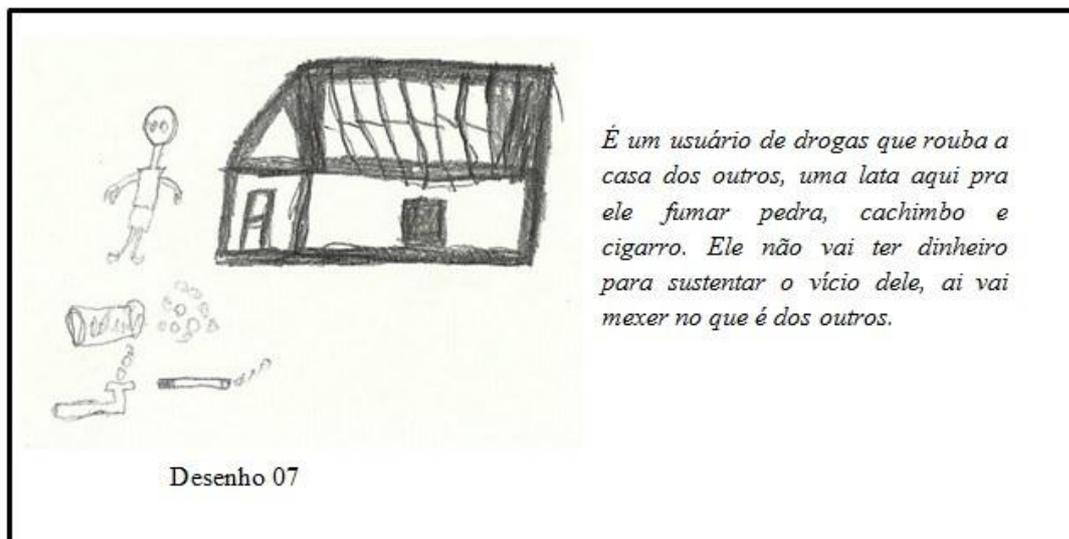


FIGURA 07

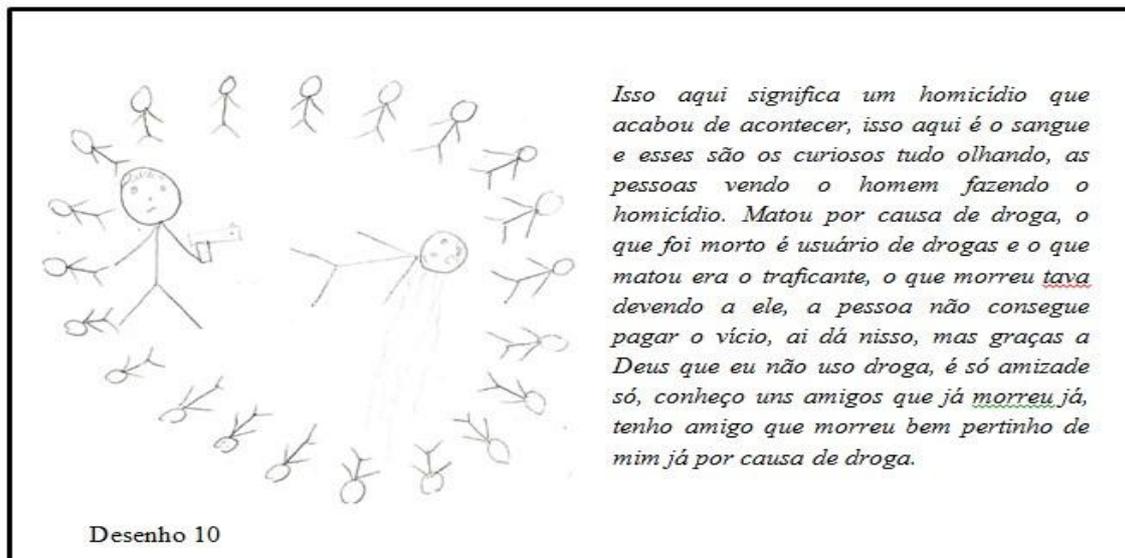


FIGURA 08

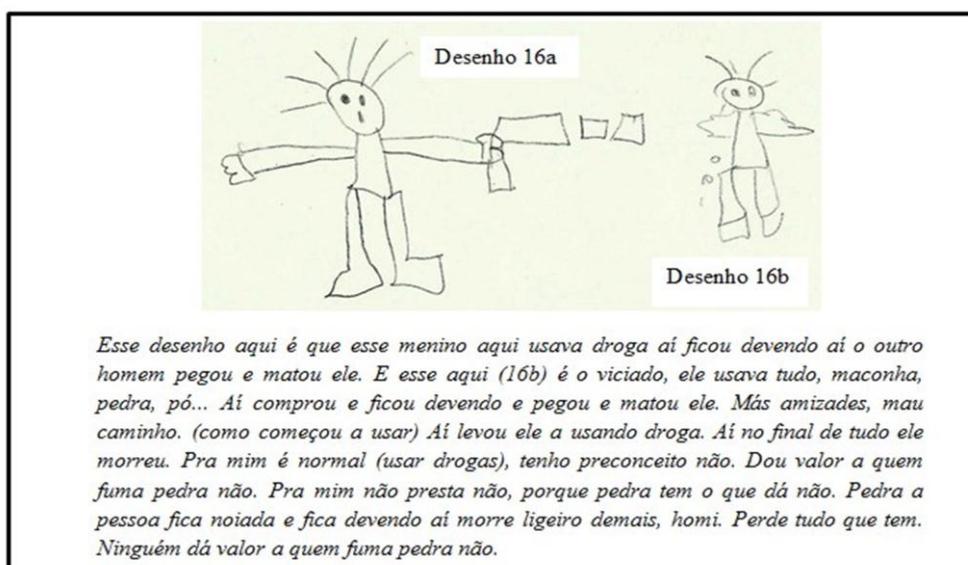


FIGURA 09

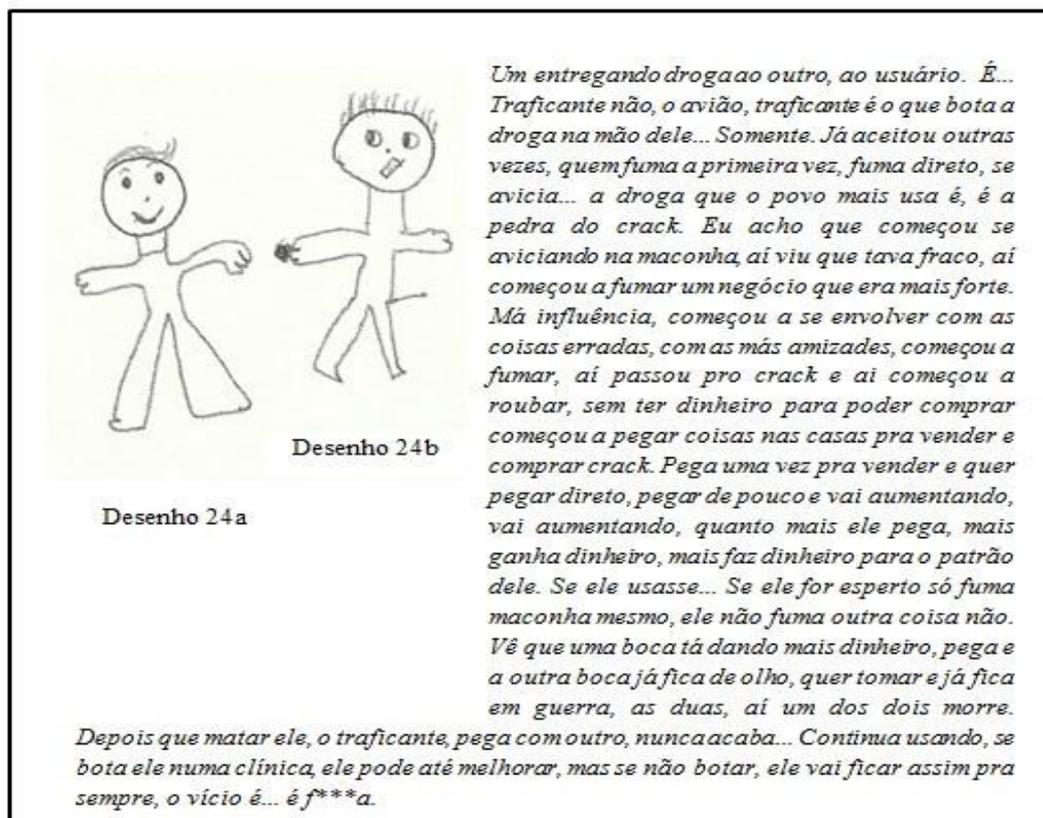


FIGURA 10

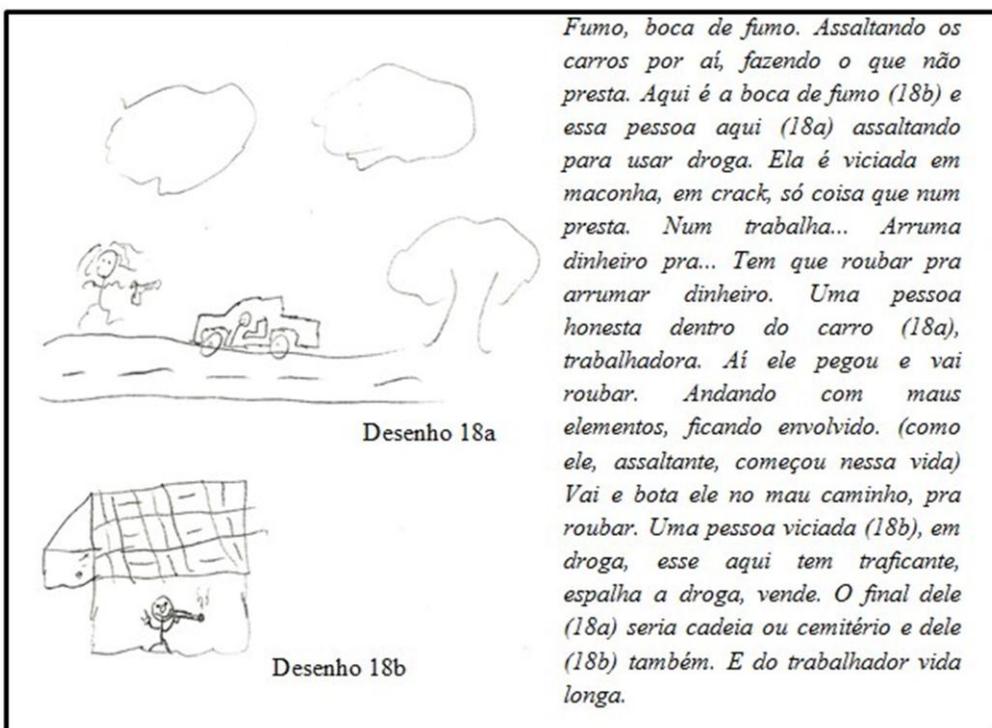
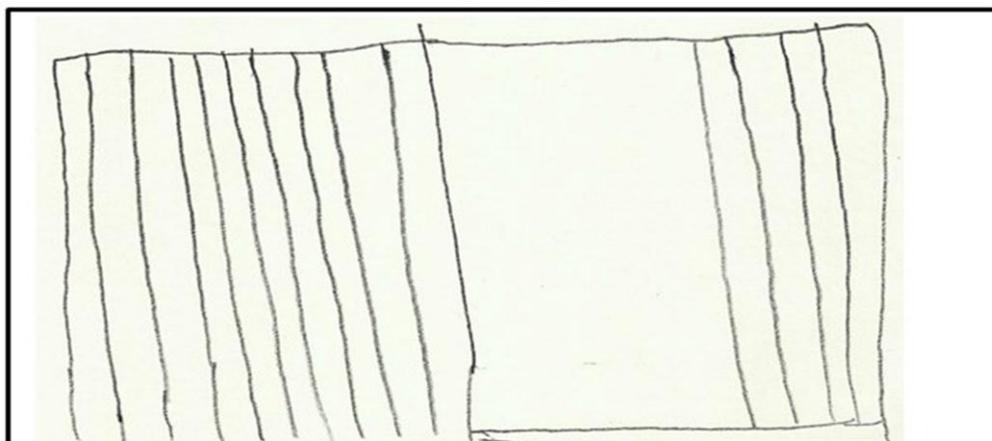


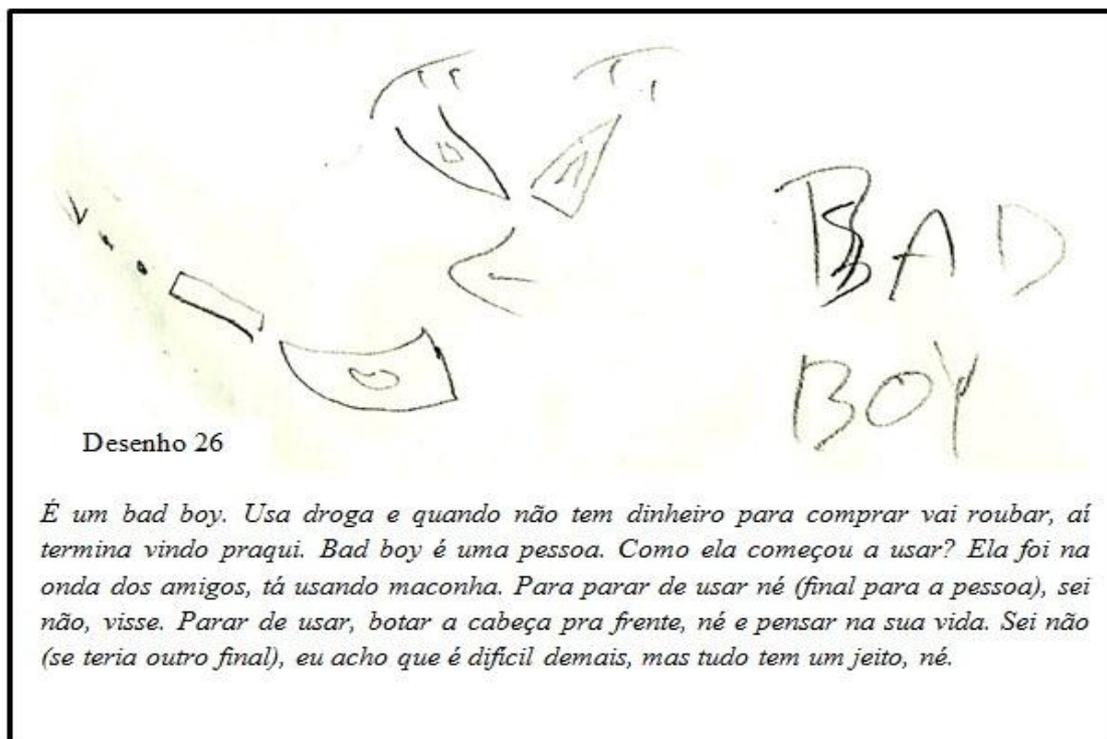
FIGURA 11



Desenho 25

Aqui é a cadeia, é o final de droga, roubo, vai pra cadeia, faz ficar longe da família, não viver em paz, não ter prazer de viver na vida. Tem (outra saída além de cadeia), mudar de vida, sair do mundo das drogas, viver em paz, sem tá com envolvimento. Tem só se mudar (possibilidade de recuperação), pois se ficar nessa vida, ou cadeia ou morte. Tomar conselho da família, conselho bom e pronto. (o que precisa para mudar)

FIGURA 12



Desenho 26

É um bad boy. Usa droga e quando não tem dinheiro para comprar vai roubar, aí termina vindo praqui. Bad boy é uma pessoa. Como ela começou a usar? Ela foi na onda dos amigos, tá usando maconha. Para parar de usar né (final para a pessoa), sei não, visse. Parar de usar, botar a cabeça pra frente, né e pensar na sua vida. Sei não (se teria outro final), eu acho que é difícil demais, mas tudo tem um jeito, né.

FIGURA 13

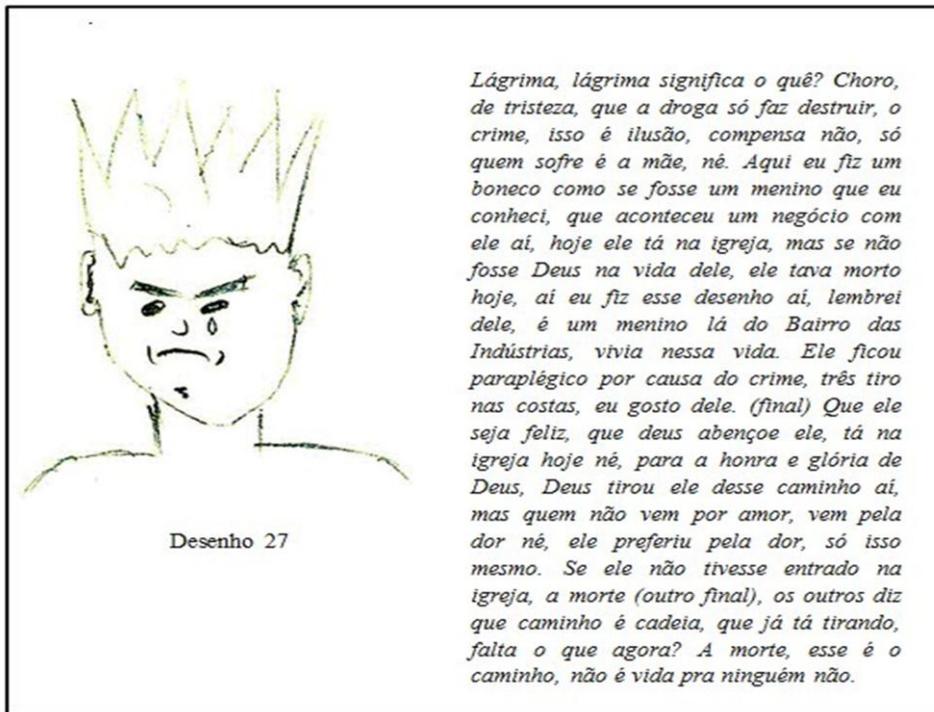


FIGURA 14

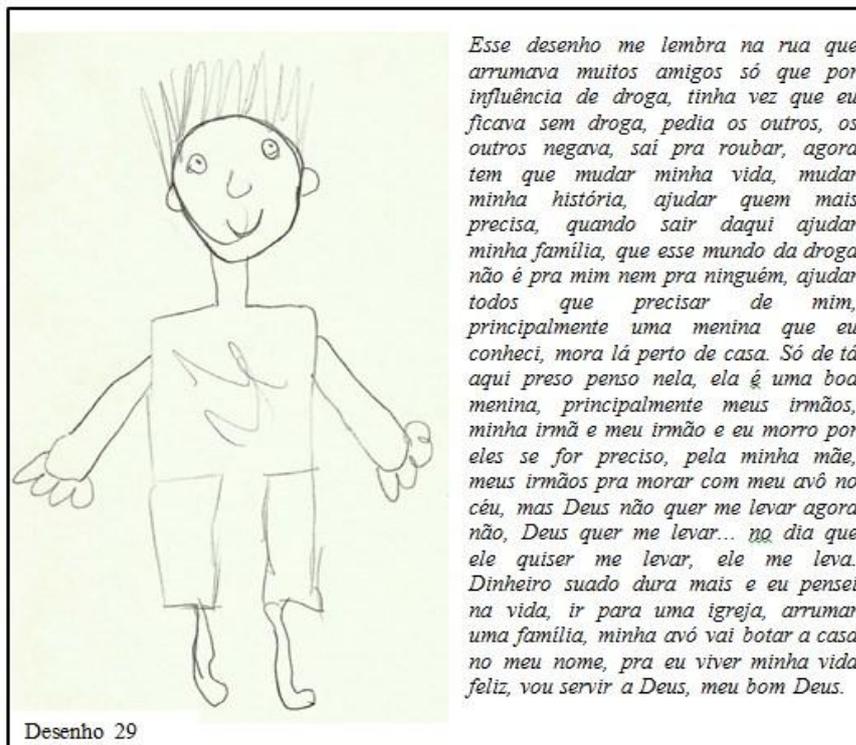


FIGURA 15

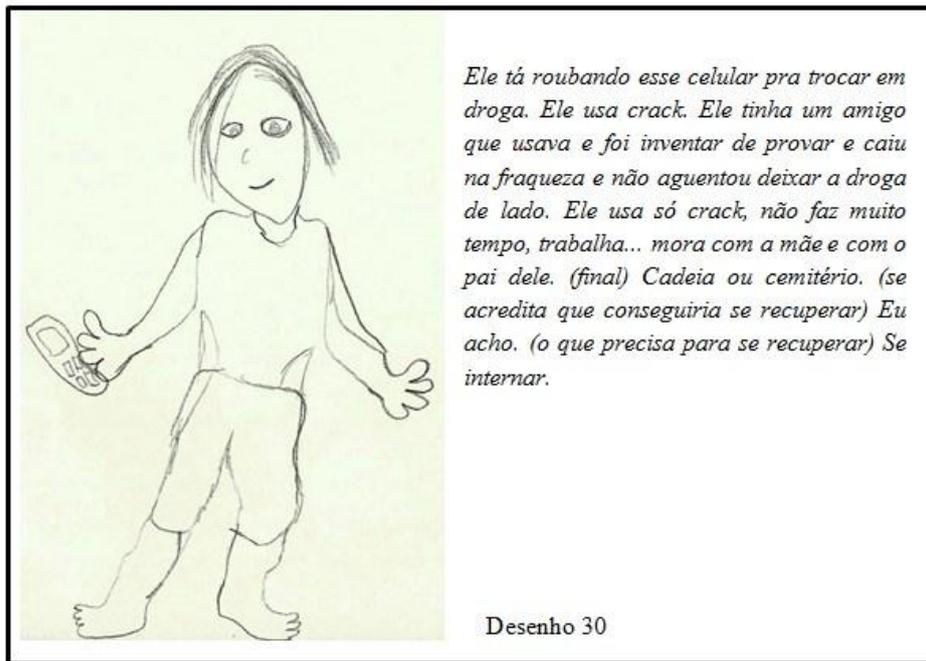


FIGURA 16

Através da abordagem dimensional utilizada para a leitura dos dados aqui expostos, foi possível compreender a construção e os processos dimensionais constituintes da droga para o grupo social dos sujeitos desta pesquisa, apreendendo, assim, o senso comum que os permeia e significa.

De fato, em alguns estudos, como o de Storr (*et al.* 2007), o instrumento anterior da presente pesquisa (TALP) tem apontado que problemas graves no comportamento, incluindo a ligação com alguma prática criminosa, podem aumentar as chances de um envolvimento com as drogas. Dados semelhantes encontraram Sena e Colares (2008), ao investigarem condutas de saúde entre adolescentes em conflito com a lei, chegando à conclusão de que tais jovens apresentam maiores índices de comportamento de risco em relação à saúde e, conseqüentemente, são mais propensos à utilização de alguma droga, se comparados aos adolescentes que não cometeram nenhuma infração.

Na leitura dos resultados referentes à relação predominante estabelecida pelos adolescentes entrevistados entre *droga* e *crime*, destaca-se o fato da prática do ato

infracional ser decorrente do “vício incontrolável” na droga, como exemplificado nas estórias a seguir:

Ela rouba, assalta para sustentar o vício (Desenho 05, figura 6).

Ele não vai ter dinheiro para sustentar o vício dele, ai vai mexer no que é dos outros (Desenho 07, Figura 7).

Assaltando para usar droga (Desenho 18, figura 10).

Começou a fumar, aí passou pro crack e ai começou a roubar, sem ter dinheiro para poder comprar começou a pegar coisas nas casas pra vender e comprar crack (Desenho 24, figura 11).

Usa droga e quando não tem dinheiro para comprar vai roubar, aí termina vindo praqui (Desenho 26, figura 13).

Tinha vez que eu ficava sem droga, pedia os outros, os outros negava, saí pra roubar (Desenho 29, figura 15).

Ele tá roubando esse celular pra trocar em droga (Desenho 30, figura 16).

Relação semelhante à apontada pelo TALP, mais precisamente na figura 02, referente ao estímulo droga, em que o sistema periférico distante apresentou a evocação *cadeia*.

Assim, nas estórias descritas, os adolescentes estabelecem o ato infracional como decorrente do uso de droga, ou seja, como saída para a manutenção do uso, revelando um quadro de dependência. Esse fenômeno corrobora o que Costa, Carvalho & Wentzel (2009) discutem, ao afirmarem que o envolvimento com drogas se apresenta como um dos fatores de motivação para a prática do ato infracional, seja para compra ou venda, por meio do tráfico. White, Jackson e Loeber (2009), também concordam ao afirmar que o consumo de drogas acontece anteriormente ao ato infracional, apoiados

por estudos longitudinais que comprovam que distúrbios comportamentais precedem o consumo de drogas, com a explicação de que a prática infracional estaria em consonância com a visão desviante de mundo (Fonseca, 2013). Todavia, não há um consenso de como, de fato, ocorre tal relação. Contudo, o que se propõe é a investigação associada aos diversos contextos de vulnerabilidade em que o adolescente está inserido.

Desse modo, nosso objetivo não é estabelecer uma relação causal entre drogas e ato infracional, visto que a presente pesquisa entende que o problema do uso de drogas está envolto em três dimensões: o encontro de um produto, de uma personalidade e de um momento sociocultural (Olievenstein, 1985) propícios ao exercício da infração. Sendo assim, a prática do ato infracional é apenas uma ponta de um conjunto de fatores muito maior.

Destaca-se ainda, que o sensacionalismo da mídia, através de recorrentes matérias que envolvem o adolescente na prática de atos infracionais, relacionando-o diretamente às drogas, além de suscitarem discussões unilaterais e simplistas sobre a questão da redução da maioridade penal, legitima e torna natural a associação do adolescente em situação de vulnerabilidade social com as drogas e a infração. O que leva grande parte do público à alienação e ao incentivo de uma postura de **combate**, não apenas às drogas, mas, sobretudo, combate ao usuário. Isto ressalta a discussão de que a atual medida de enfrentamento às drogas não se configura como a melhor medida, posto que os adolescentes aqui entrevistados representaram negativamente a droga e, no entanto, 74,1% (N=23) faziam ou já fizeram uso de alguma droga ilícita.

4.3.2. Categoria: Consequências do uso de drogas

Como poderá ser observado nos grafismos seguidos pelo conteúdo verbal, esta categoria contempla predominantemente elementos referentes ao que os adolescentes entrevistados entendem e atribuem às consequências do uso de drogas.

Os elementos que representam o ato infracional como consequência da droga, estabelecendo assim uma relação entre ambos, ainda estão presentes nesta categoria. Entretanto, decidiu-se pela colocação na categoria *Consequências do uso de drogas*, devido ao critério de predominância do conteúdo semântico.

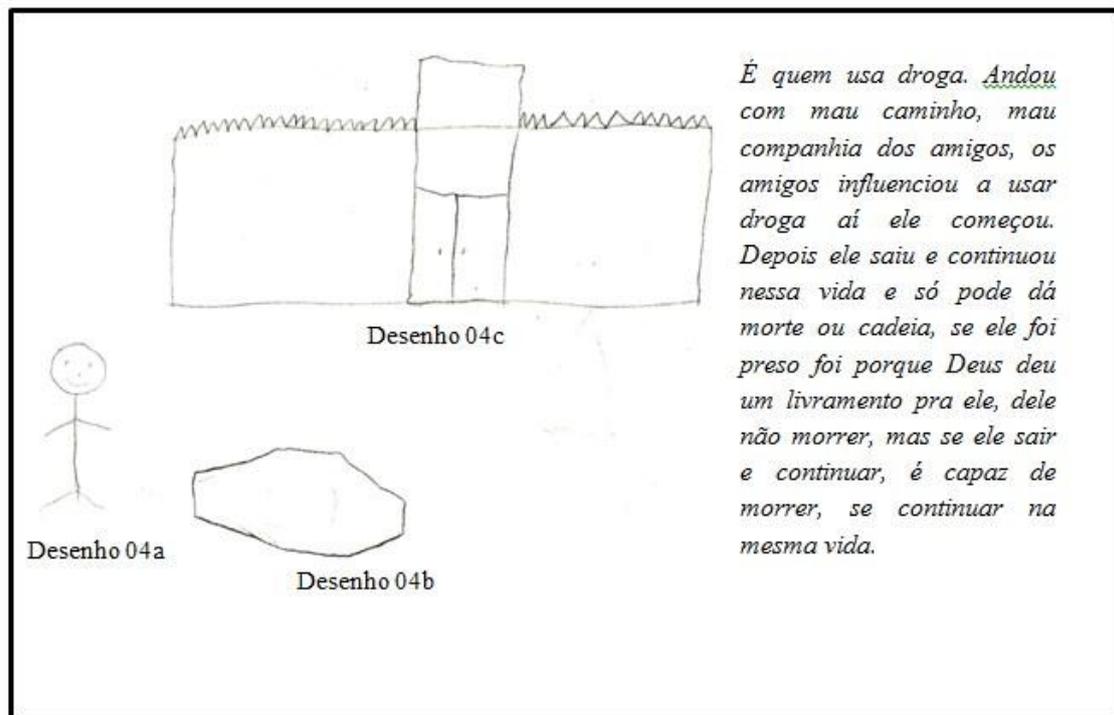


FIGURA 17



Desenho 06

É uma pessoa fumando aqui, aqui ela tá destruindo com a saúde dela, usando droga, pode até morrer, ser preso por tá usando e a polícia pegar também e a pessoa também só usa isso por causa de influência de amigo que leva a pessoa para perdição também (...) tá fumando cigarro de maconha. Se não procurar Jesus, ou morre ou vai preso. Só o nome já diz que não presta, droga. Isso eu já sabia já, o pessoal começa a usar isso, mas já começa sabendo ou pode ir preso ou pode morrer devendo ou a polícia pegar, morrer por comprar fiado e não pagar.

FIGURA 18



Desenho 08

Droga só dá cadeia e cemitério. Droga só dá caixão, cemitério, morte, hospital, nunca tem saúde mais na vida. Porque coisa o pulmão, estraga o pulmão (porque leva a morte). Vender droga e leva pra prisão, tem gente que vende.

FIGURA 19

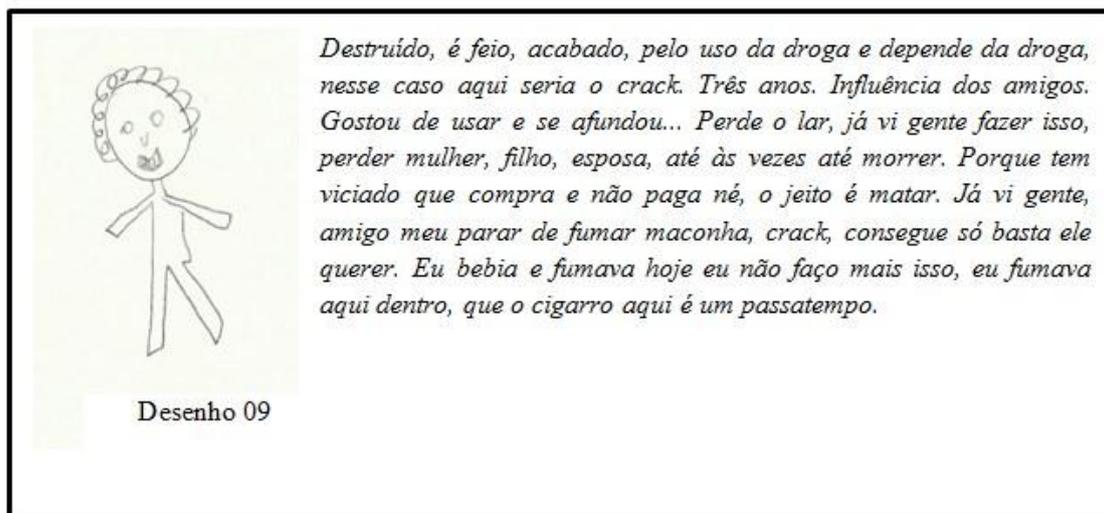


FIGURA 20

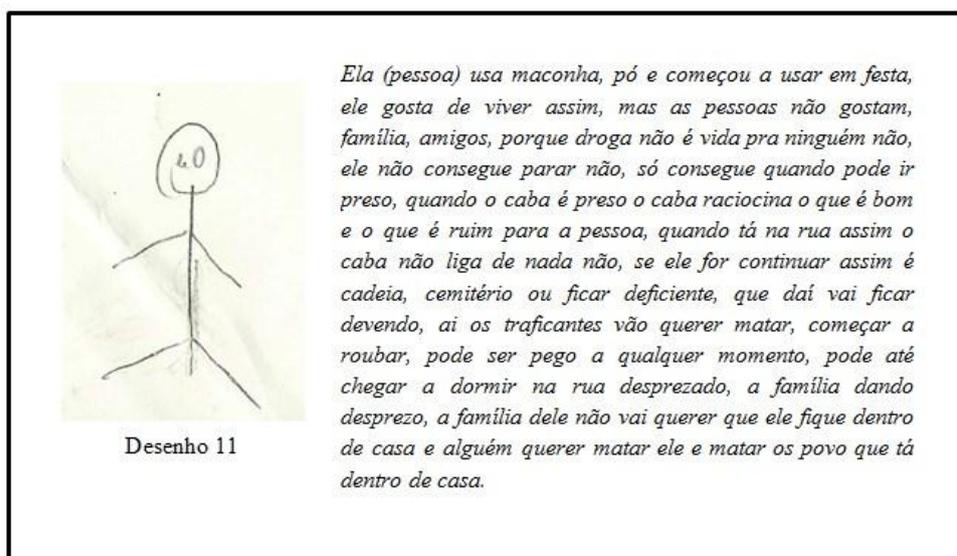


FIGURA 21

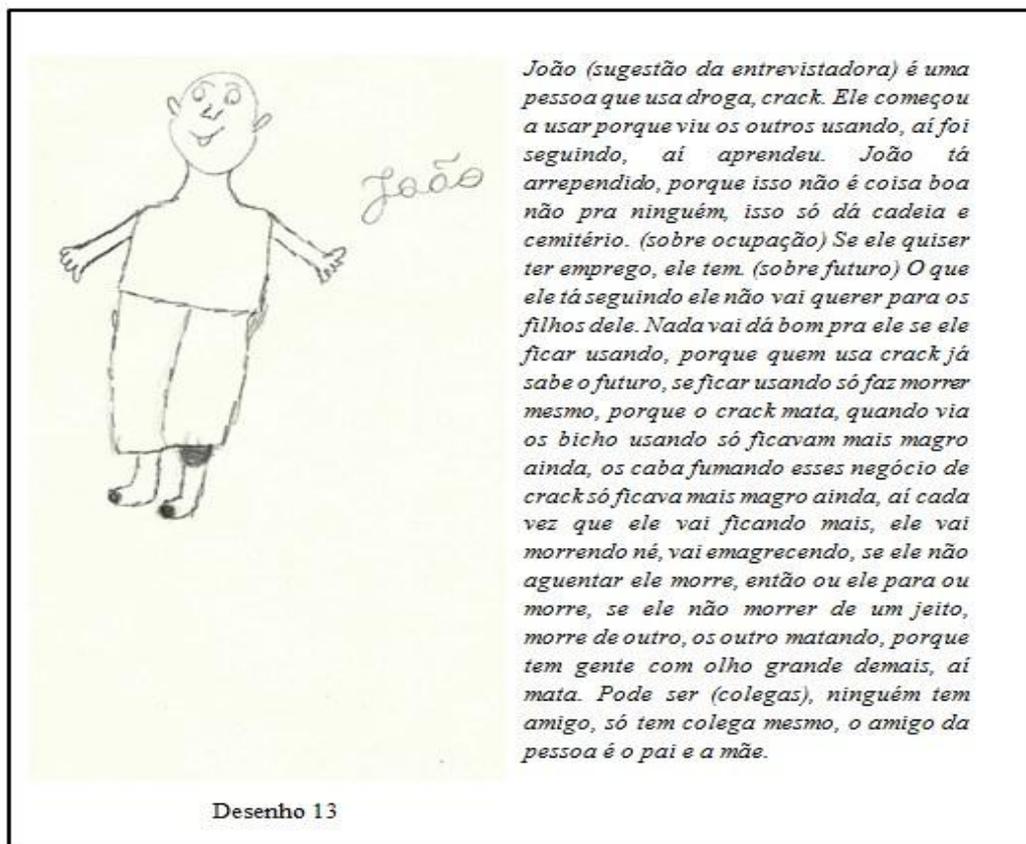


FIGURA 22

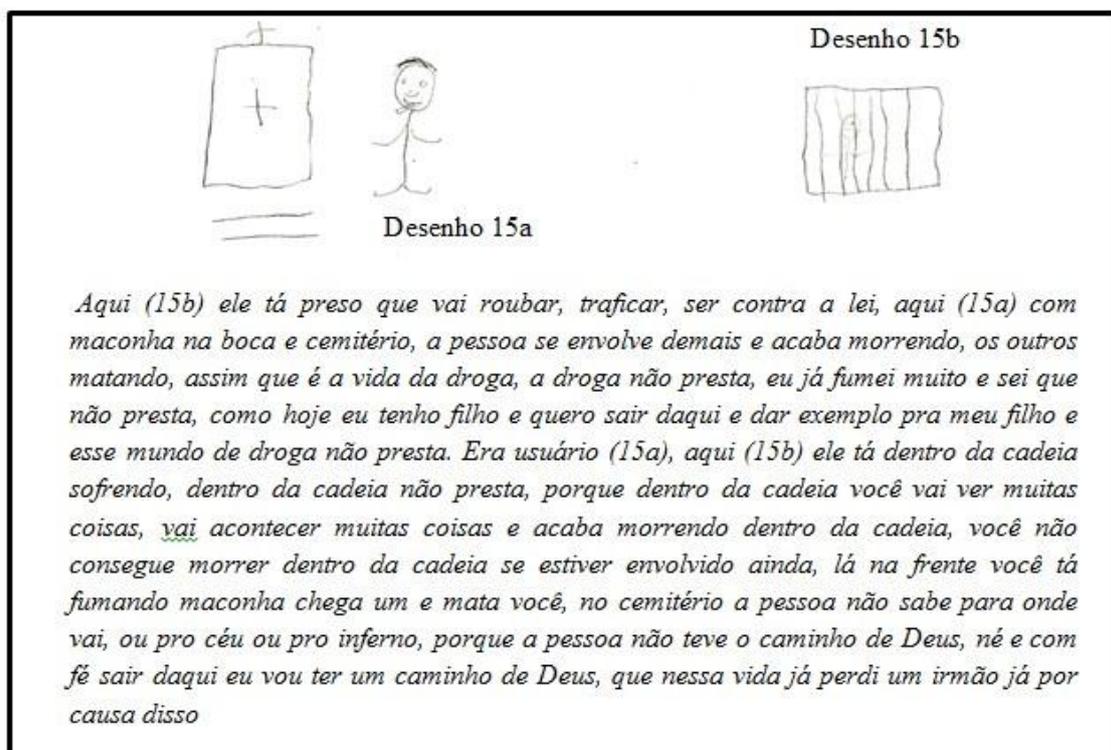
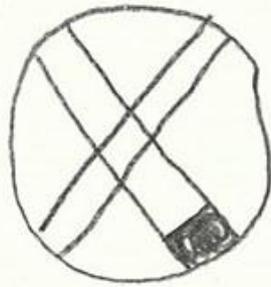


FIGURA 23



Desenho 17

Proibido fumar. Drogas, cigarro, tudo isso faz mal a saúde. Crack também é uma droga que tá matando muita pessoa. Essa droga aí (crack)... muito ruim, já tive família que já usou isso aí. Acho essa droga aí muito ruim. Por causa dessa droga aí que meu pai e minha mãe se separou. Quando ele fumava (pai), começou logo a vender tudo. Que é que eu diria? (para alguém que começa a usar drogas) Não entre nessa não que... porque só tem dois caminhos, ou cadeia ou cemitério. Se quiser escutar, escute, se não quiser... Só têm esses dois caminhos. Se quiser escutar, escuta, se não quiser...

FIGURA 24

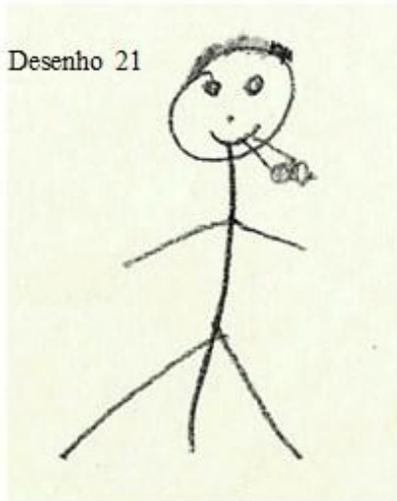


Desenho 19

O que é o desenho... É o que a pessoa tá, usa maconha, a pessoa fica com essa cara, só pensa em dormir, ficando murcho, não dá vontade de andar... Sair daqui, negócio de roubar e matar quero mais não, mas fumar maconha eu não deixo não. (A pessoa do desenho é o adolescente) Fuma apenas maconha. A maconha impede nada não, pode estudar, trabalhar.

FIGURA 25

Desenho 21



Ele tá fumando maconha, só que... não consigo explicar. Tá se sentindo, pra ele tá se sentindo bem, tá fumando, não sabe o que daqui pra frente vai fazer na mente dele, um distúrbio mental, uma perda de memória, aí ele fuma e o que vem na mente dele é fazer as coisas mal, matar, roubar, primeira coisa eu acho que é roubar, entendeu? Fuma as coisas dele, se usa pedra eu não sei, mas se usa, pode querer matar a pessoa, prejudicar. Estudar eu não digo que ele vai conseguir estudar que, como eu tava vendo na tela (televisão) ontem, ele vai ter... Ele vai conseguir estudar alguns anos, mas ele vai

ter perda de memória... Cigarro também em 6 segundos ele sobre pra mente, aí fica lá o tempo todinho... Passado algum tempo ele vai ter perda de memória, aí vai ser um problema pra vida dele, no cotidiano dele. Valer a pena, não vale, porque ele, pode ser que ele veja na tela o que causa isso aí ele fica fumando se ele quiser ele para, se ele não quiser, fica fumando até não aguentar mais. Terá um fim trágico, só isso mesmo, não consigo explicar não. (que tipo de fim trágico) Prisão também, porque ele é usuário de maconha, vende, nem todo mundo que usa vende, só se a pessoa usa só isso, porque se a pessoa fuma pedra, cheira pó, loló, não vende não, porque ele pode consumir e pode roubar pra ele. Vamos supor, pra nós aqui é um trabalho porque quem vê a gente antigamente não ia falar "oh como esse menino tá" agora ele tá atrás das grades porque antigamente ele tinha tudo, agora, roubava, vendia, agora tá atrás das grades.

FIGURA 26

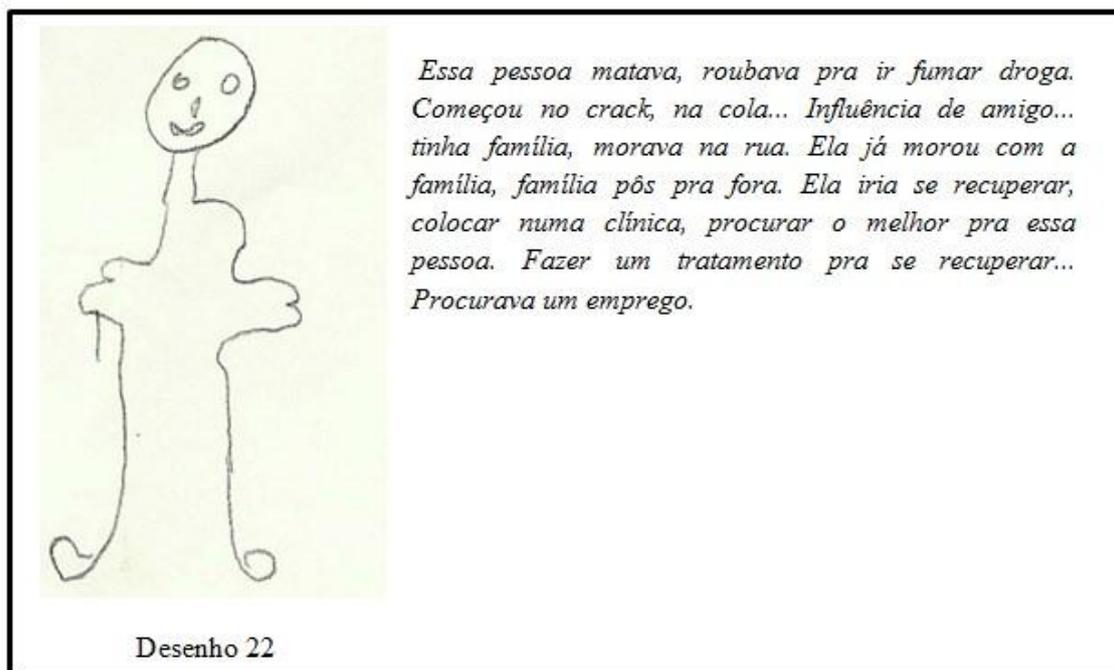


FIGURA 27

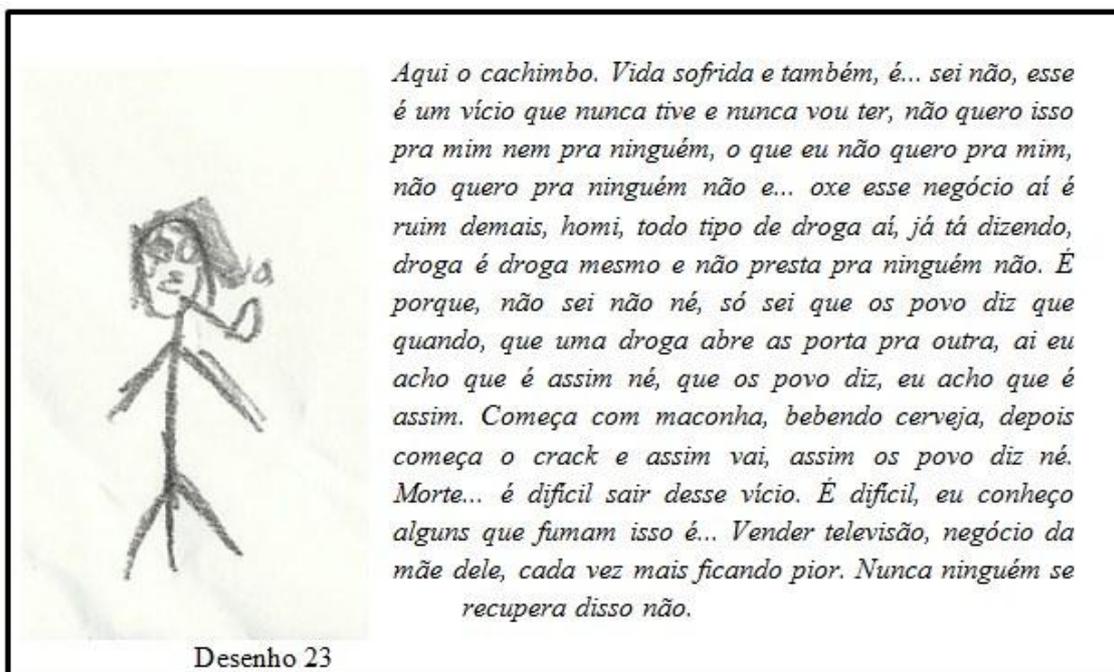


FIGURA 28

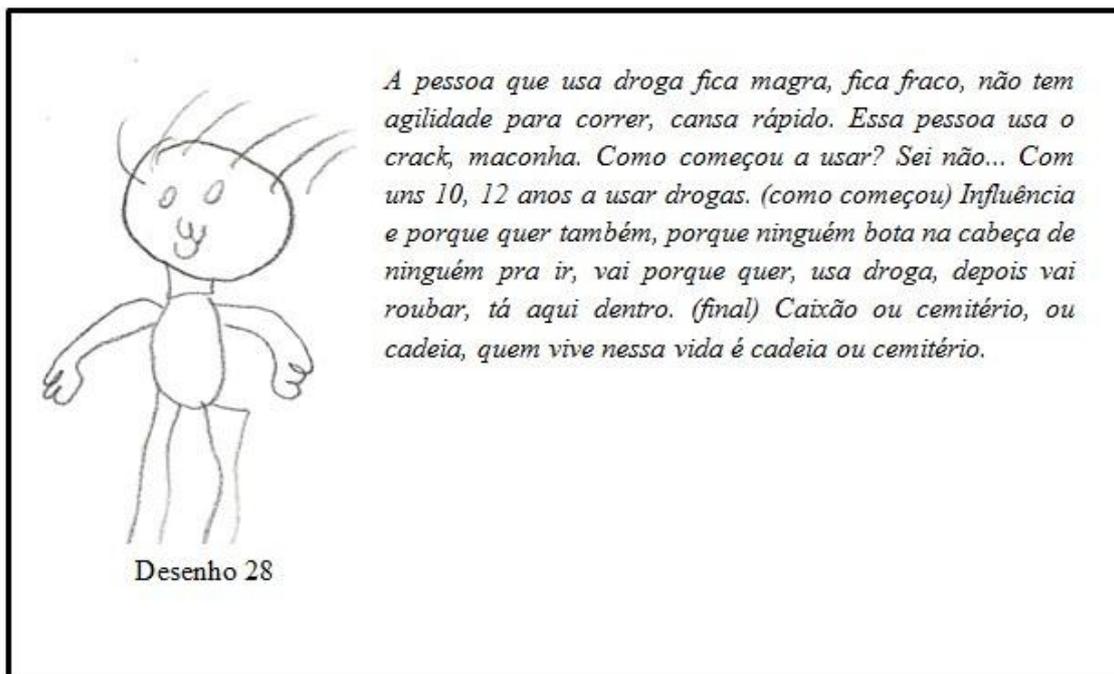


FIGURA 29

Verificou-se que a droga foi representada pelos adolescentes como devastadora, acarretando graves consequências à saúde:

É uma pessoa fumando aqui, aqui ela tá destruindo com a saúde dela (desenho 06, figura 18).

Destruido, é feio, acabado, pelo uso da droga e depende da droga, nesse caso aqui seria o crack (Desenho 09, figura 20).

Ele tá se sentindo bem, tá fumando, não sabe o que daqui pra frente vai fazer na mente dele, um distúrbio mental, uma perda de memória (desenho 21, figura 26).

A pessoa que usa droga fica magra, fica fraco, não tem agilidade para correr, cansa rápido (Desenho 28, figura 29).

Martins, Santo, Percílio e Kern (2006) afirmam que, prioritariamente, a droga é representada como negativa e que tal atitude diante desse objeto está relacionada à

informação que se recebe. Apesar dos meios ou fontes pelos quais os adolescentes obtêm informação sobre a droga não terem sido aqui investigados, a Figura 26 revela:

Estudar eu não digo que ele vai conseguir estudar que, como eu tava vendo na tela (televisão) ontem, ele vai ter... Ele vai conseguir estudar alguns anos, mas ele vai ter perda de memória... (Desenho 21, figura 26).

O que pode nos dar um indicativo de que a mídia televisiva é um dos instrumentos pelos quais os adolescentes recebem informação acerca da droga, devendo esta atuar de forma honesta e imparcial sobre o tema. No entanto, sabendo-se que isso não acontece, a equipe ou a rede de assistência na qual o adolescente está inserido deve imbuir da responsabilidade de esclarecer mitos e estimular o senso crítico, fundamental para posicionamento político e social, fazendo com que ele se torne sujeito ativo da sua própria história.

Ainda sobre a representação dos efeitos maléficos da droga, apesar de a maconha ter sido a droga ilícita de maior consumo entre a população investigada (N=21; 30,3%), é o crack que aparece como a droga de maior capacidade destruidora, de acordo com os adolescentes. Com efeitos que atingem o Sistema Nervoso Central (SNC) em 10 segundos e com duração de 10 minutos, o crack provoca no usuário uma vontade de retomar imediatamente o uso, logo que este se abstém, iniciando, de acordo com Cunda e Silva (2014), um ciclo contínuo de oferta, consumo, abstinência e compulsão. A essa compulsão se atribui o comportamento desviante e delinquente para a obtenção da droga descrito nos conteúdos semânticos das estórias:

Se ficar usando só faz morrer mesmo, porque o crack mata, quando via os bicho usando só ficavam mais magro ainda, os caba fumando esses negócio de crack só ficava mais magro ainda, aí cada vez que ele vai ficando mais, ele vai

morrendo né, vai emagrecendo, se ele não aguentar ele morre, então ou ele para ou morre (Desenho 13, figura 22).

Crack também é uma droga que tá matando muita pessoa. Essa droga aí (crack)... muito ruim, já tive família que já usou isso aí. Acho essa droga aí muito ruim. Por causa dessa droga aí que meu pai e minha mãe se separou (Desenho 17, figura 24).

O uso de crack entre a população entrevistada é de 5,7% (N=4), dessa forma, as representações construídas sobre esta droga foram elaboradas pelo conhecimento socialmente elaborado e partilhado, que contribue para a construção de uma realidade comum a um conjunto social, perpassando os significados circulados nos meios de comunicação que, no caso das drogas, estão imbuídos do discurso de “combate às drogas” até chegar às representações elaboradas pelos adolescentes, havendo, nesse percurso, influência mútua de ambos os universos.

A droga foi evidenciada ainda como associada à morte (ver figuras 17, 21 e 23). Dado semelhante apontado no TALP (ver figura 02), em que o sistema periférico distante apresenta a evocação *morte*. Associação também encontrada no estudo de Melo (2013) com usuários de crack em tratamento, ligado aos aspectos negativos da droga. O que parece contraditório, pois, mesmo havendo a representação negativa da droga por parte dos adolescentes, tal representação não foi suficiente para evitar o uso ou experimentação, visto que 71% dos entrevistados fazem ou já fizeram uso de alguma droga ilícita. Isso ocorre, possivelmente, devido à crença da droga como poderosa, que torna o sujeito passivo, a ponto de deixa-lo totalmente impotente, aliado a um sujeito fraco, de fácil influência de amigos (ver figuras 18, 19 e 20).

A influência de amigos para o uso de drogas, por sua vez, pode ocorrer inicialmente pela pressão dos pares ou ainda pela necessidade de se sentir pertencente

ao grupo, situações estas anteriores à necessidade propriamente dita do consumo da droga. De acordo com Pereira e Sudbrack (2008), a droga atua, nesse contexto, como facilitadora de vínculos e promove a formação de uma imagem e identidade grupal.

A entrada no universo infracional e o cumprimento de medida socioeducativa de internação faz com que o adolescente se decepcione com o grupo e passe a construir uma imagem negativa dos pares, valorizando aqueles que permaneceram com ele. Estes são, predominantemente, sua família, valorizada, ao que parece, apenas após a internação, como fonte de *conselho* e *paz* nas evocações do sistema periférico distante do instrumento anterior (ver figura 04).

Assim, os desenhos estórias evidenciaram as representações negativas acerca da droga e do ato infracional, corroborando os resultados até aqui apresentados, deixando os adolescentes mais livres na descrição da relação estabelecida entre a droga e o ato infracional, pois, apesar de estarem descrevendo uma estória, colocam nela suas vivências e experiências.

4.4. As representações sociais da droga, *crime* e família elaboradas pelos adolescentes em conflito com a lei através da análise da Análise de Conteúdo Temática

Objetivando complementar e aprofundar os conteúdos das representações sociais dos adolescentes em conflito com a lei acerca da droga, bem como, de temas relacionados (ato infracional/crime e família) foi realizada uma análise de conteúdo temática derivada de uma entrevista semiestruturada, que apresentou as seguintes questões: *O que você acha que leva uma pessoa a cometer o(s) ato(s) infracional(is)? E o que te levou a cometer o ato infracional?; O que você acha que leva alguém ao uso de*

drogas? (Caso já tenha feito uso) E o que te levou ao uso de drogas?; Você acredita que o consumo de drogas pode levar alguém a cometer um crime?; Fale sobre como você acha que é a família do adolescente que cometeu algum ato infracional? (problemas, importância); O que você acha sobre o CEA? (tratamento, recuperação para ser devolvido a sociedade, das acomodações); e O que você entende acerca da redução da maioridade penal?

Dessa entrevista emergiram dados compostos por 264 unidades temáticas, distribuídas em 5 classes temáticas, 10 categorias e 28 subcategorias. Destaca-se, ainda, que o discurso foi preservado, podendo, neste caso, ter erros gramaticais ou gírias próprias da linguagem falada. O que podemos visualizar na tabela 02, a seguir:

Classes Temáticas	Categorias	Subcategorias	F	%
Droga	Causa do uso	1. Influência de amigos	24	68,5
		2. Fraqueza/Porque quis	9	25,7
		3. “tentação do inimigo”	1	2,8
		Subtotal	34	100
	Subtotal da classe droga		34	12,9
Ato Infracional	Causas do <i>crime</i>	1. Influência de amigos	15	44,1
		2. Porque quis	12	35,2
		3. Droga	7	20,5
		Subtotal	34	100
	Sobre a instituição de cumprimento de medida de internação	1. Negativo	16	51,6
		2. Positiva	14	45,1
		3. Depende	1	3,2
	Subtotal	31	100	
	Não concorda com a redução da maioridade penal		22	79,9
	Concorda com a redução da maioridade penal		9	29
	Subtotal	31	100	
	Subtotal da classe ato infracional		107	40,6
Relação droga-crime	Não existe		13	100
		Subtotal	9	100
	Existe	1. Compra/uso de droga	21	72,3
2. Comprar roupa/joias		6	20,6	
3. Comprar arma/matar		2	6,8	
Subtotal		29	100	
	Subtotal da classe Relação droga x <i>crime</i>		42	15,9
Família	Relacionamento familiar	1. Provocar sofrimento à	27	60

		família		
		2. Receber apoio da família	18	40
		Subtotal	45	100
	Envolvimento de familiares no <i>crime</i> e droga	1. Irmão	5	62,5
		2. Primo	2	25
		3. Pai	1	12,5
		Subtotal	8	100
	Subtotal da classe Família		53	20,1
Motivação à mudança de vida	1. Trabalho e estudo		18	66,6
	2. Família		5	18,5
	3. Religião		3	11,1
	4. Deixar droga		1	3,7
	Subtotal		27	100
	Subtotal da classe Motivação à mudança de vida		27	10,2
	TOTAL DE UNIDADES TEMÁTICAS		263	100

TABELA 02

Classes, Categorias e subcategorias da Análise de Conteúdo Temático

4.4.1. Classe temática referente à droga

No que tange à primeira categoria, denominada de *causa do uso*, referente à classe temática *droga*, com 12,9% (N=34) das unidades temáticas, constata-se que emergiram três subcategorias: *influência de amigos*, *fraqueza/porque quis* e *tentação do inimigo*.

Para Moscovici (2012) as representações são elaboradas a partir de um objeto inscrito em um contexto parcialmente concebido pelo sujeito ou pelo grupo, dependendo, assim, da atitude e experiência pessoal perante o objeto social. Dessa forma, assume-se que os adolescentes em conflito com a lei, na medida em que organizam e reconstróem a representação da droga, se situam no universo social.

Já na categoria *causa do uso*, agrupam-se as unidades temáticas referentes às causas que os adolescentes atribuem para o início do uso da droga, dos quais 68,5 % (N=24) legam o início do uso da droga à *influência de amigos*.

Aqui os adolescentes aprofundam a questão da influência de amigos como causa do uso de drogas, iniciada no instrumento anterior referente ao desenho estória (ver figuras 18, 19 e 20), deixando claro, nas seguintes falas, a função da droga como facilitadora do vínculo e construção de uma identidade grupal:

Influência, vendo os outros fumando, chega alguém para oferecer, as vezes tem a mente fraca, vai e fuma e se avicia, andando demais, amigo demais, isso é o que mais tem para oferecer o cara (E.7).

Eu a primeira vez que usei droga foi cocaína, foi a primeira droga que eu usei, me disseram “isso é bom, é farinha”, peguei e fui experimentar, achei bom e comecei a usar, aí o boy fumando maconha, aí disse “esse negócio daqui é bom, faz a pessoa ficar calmo, dormir, porque eu tenho problema nervoso e tomo remédio controlado entendeu, é remédio pra acalmar, porque eu sou muito nervoso entendeu, aí disse “isso é bom” e comecei a fumar, se acalmar, ficar quieto, aí passando o tempo comecei a fumar mais (E.15).

Começa logo bebendo, primeiro o amigo oferece um refrigerante, depois um cigarro, depois já oferece droga (E.17).

Mau influência, depende da roda que ele tá ali no meio, se for pessoas boas, ele vai se tornar um cidadão de bem, mas se for mau elemento ele vai se tornar mau elemento também, igual a eu, por má influência, olha onde eu tô hoje (. . .) vendo os outros usando, aí peguei e “oxe vou usar para ver como é”, os boy fumando maconha ficava tudo rindo e comendo com força, aí eu oxe, vou fumar pra ver como é, fumei e comecei a usar (E.27).

Por fatores de risco, entende-se que são condições associadas à probabilidades de ocorrência de resultados negativos ou indesejáveis ao desenvolvimento humano.

Dentre os tais fatores estão aqueles que podem comprometer a saúde, o bem-estar e o desempenho social do indivíduo. Assim, considera-se que o adolescente em conflito com a lei está exposto a diversos fatores de risco, se comparado ao adolescente que não comete infração, estando assim mais vulnerável ao uso de drogas (Gallo & Williams, 2005).

Com isso, na presente pesquisa, ao adotar o olhar que privilegia os aspectos sociais, culturais e históricos do fenômeno da droga, sem desconsiderar os fatores biológicos, observamos que é imprudente destacar apenas um fator de risco predisponente para o uso de drogas, no caso, a influência de amigos. Nesse sentido, cabe ressaltar que não existe um consenso na literatura especializada sobre os fatores predisponentes para a causa do uso de drogas. Todavia, a tendência à simplificação e o entendimento linear de causa e efeito, devem ser evitados. Prioriza-se a investigação por um olhar que reconheça o uso das drogas como sendo multideterminado (Martins, Saldanha, Garcia & Zacharias, 2014).

Sendo assim, no que se refere propriamente à influência de amigos elencada pelos adolescentes na pesquisa, sabe-se que, na busca de socialização e inserção em um grupo de pertença, a adolescência é marcada pela inserção nos grupo de pares e estes funcionam como instrumento na efetivação da identidade e autonomia. Pereira e Sudbrack (2008) descrevem que o adolescente, ao constituir um grupo de pertença passa por um estágio que chama de *ilusão*, que diz respeito a crença de segurança dada pelo grupo, lhe fornecendo proteção contra possíveis repressões da família ou precariedades econômicas e, nesse caso, o consumo de drogas inicialmente pode ocorrer por *influência de amigos* (68,5 % / N=24). Como apontado pelos adolescentes da presente pesquisa, decorrente, possivelmente, da necessidade de se sentir pertencente ao grupo, a droga acaba atuando como facilitadora de vínculo para entrada do grupo.

Quando a influência de amigos foi ressaltada como causa do uso de drogas, ela foi evidenciada predominantemente como negativa. Possivelmente, devido à entrada do adolescente no cumprimento de medida socioeducativa de internação e, com isso, o afastamento do convívio com o grupo e, portanto, o sentimento de abandono por eles.

Reconhece-se a complexidade dos fatores que permeiam a causa do uso de drogas refletida no discurso dos adolescentes em conflito com a lei que, ao mesmo tempo em que apresentam como vulneráveis à influência do grupo, também ressaltam que o uso de drogas é decorrente do seu poder de decisão, na subcategoria *porque quis* (25,7% / N=9):

Eu acho que foi amigos mesmo que me colocou nessa vida, mas sendo que tem vez que eu paro para pensar e digo que não, se essa pessoa me chamou, eu fui porque eu quis, mas minha mãe sempre fala pra mim foi influência, porque eu não era, aliás eu não sou assim, eu não sei nem como te explicar, porque eu não sou totalmente dessa vida não, sou não (E.2).

Quando eu estava em São Paulo, é, eu estudava, aí na frente do meu colégio não tem guarda, não tem nada, na frente do colégio tinha umas pessoas fumando maconha e uma das pessoas era um conhecido meu, só que eu nunca fumava, chegava lá perto e ficava conversando... aí passou um tempo, ninguém me oferecia, entendeu? Aí eu cheguei com um cigarro, aí dei o cigarro pra ele e falei “bicho, dá um trato nesse negócio aí”. Eu sabia que era maconha, mas eu... Ele falou “não, isso aí num presta (...)”. Então, aí eu... aí eu tomei da mão dele e fumei. Aí eu me senti tonto, aí comecei a gostar, me sentia leve, aí comecei a fumar. Foi nesse dia aí que eu comecei a usar maconha. (E.21).

Eu fumei porque eu quis, nem ofereceram, fuma se quiser (E.28).

No entanto retifica-se que o problema do uso de drogas deve ser investigado pelo encontro de um produto, de uma personalidade e de um momento sociocultural (Olievenstein, 1985). Ou seja, todos os fatores suscitados acima, a influência de amigos e o desejo próprio (*porque quis*) para a causa do uso de droga, que estão aqui separados, atuam na verdade em conjunto, permeados por uma complexidade muito maior do que aqui pode ser demonstrado.

A subcategoria *tentação do inimigo* (2,8% / N=1), apesar de menos representativa, aparece como atribuição de forças sobrenaturais para o uso de drogas:

Aí depois de 5 meses eu saí da igreja e era uma vontade de chamar nome, vontade de sair de dentro da igreja, de fumar um cigarro, o inimigo atendendo pra eu sair, peguei me afastei (E.2).

Santos, Silva, Silva e Cartaxo (2014) discutem acerca da importância do componente religioso como fator de proteção a comportamentos relacionados ao uso de drogas. Semelhante ao que foi demonstrado na fala acima, em que o adolescente ao, inserir-se na comunidade religiosa, abandonou o uso de drogas.

4.4.2. Classe temática referente ao ato Infracional

Os dados seguintes, contidos na tabela 02, apontam que há maior ênfase na classe temática *ato infracional*, com um percentual de 40,6% (N=107) das unidades temáticas identificadas no discurso dos adolescentes. Tal classe é composta pelas categorias: *Causas do crime*; *Sobre a instituição de cumprimento de medida de internação*; *Não tem conhecimento sobre a redução da maioridade penal*; e *Tem conhecimento sobre a redução da maioridade penal*.

Na categoria *causa do crime* a subcategoria *influência de amigos* (33,3% / N=15) apresentou-se mais expressiva. No que toca o fenômeno do envolvimento do adolescente com o ato infracional, igualmente, a causa do uso de drogas, devem ser investigados associados a um conjunto de fatores sociais, econômicos e psicológicos, assumindo uma conjuntura multideterminada (Moreira, 2011).

A esse respeito, Zamora (2005), discute que os adolescentes são pouco conscientes da própria participação nos mecanismos sociais que produzem sua entrada na prática do ato infracional, se posicionando como pessoas influenciáveis, associando-se a uma concepção negativa de adolescência presente no meio em que vivem.

Dessa forma, o fato dos adolescentes em conflito com a lei, atribuírem sua inserção na prática do ato infracional ao relacionamento com colegas já atuantes, reproduz um discurso comumente difundido na sociedade, “dize-me com quem andas que eu te direi quem tu és” e até mesmo na fala das mães, por eles relatadas, “minha mãe já me dizia ‘se afaste, se afaste’...” (E.10). A esse respeito, Moscovici (2011) afirma que o sujeito ao representar algo é envolvido pelos valores presentes na sociedade da qual faz parte, ou seja, “ao mesmo tempo em que possuem uma contextura psicológica autônoma, as representações sociais também são próprias da sociedade e da cultura” (Melo, 2013, p. 113).

A categoria seguinte refere-se a um posicionamento de decisão por parte do adolescente em conflito com a lei, *porque quis*, com 26,6% (N=12) das unidades temáticas:

Porque eu quis, eu decidi e fui (. . .) querendo fumar maconha, cheirar pó, roubar pra isso mesmo (E.4).

Percebe-se que o discurso acima já é permeado pelo fator droga, envolvido como motivação para a prática do ato infracional que contempla a categoria seguinte, *droga* (15,5% / N=7). O discurso aponta o uso de droga como anterior à prática do ato infracional:

Quando a pessoa tá doidão (. . .) biritá, de quando a pessoa toma “aranha”, esses negócios aí, roupinol dá vontade de aprontar e pega e faz (E.3).

Quando a pessoa cheira o pó, por exemplo, por isso que eu não gosto de cheirar pó, porque quando cheira pó dá vontade de matar (. . .) Dá vontade de matar (. . .) Fica com uma droga de uma pistola na mão direto, um revólver puxando o cano dele pra trás direto, só pensa em matar, o pó. Se a pessoa for dizer que é cheirador de pó e for “não, vou matar não” ele tá mentindo. (E.19).

A gente muito doido, aí o cara faz besteira dava só vontade na hora, é porque eu traficava também, aí tomava uns comprimido de noite, porque quando o cara toma o comprimido de noite e o cara se acorda, toma um cafezinho aí a lombra sobe, aí eu tomei uns comprimido de noite, bebi quando dei fé, se levantei fui tomar café e a lombra bateu, peguei e saí pra roubar e saí sozinho mesmo (E.20).

A categoria seguinte é *Sobre a instituição de cumprimento de medida de internação*, apresentando as seguintes subcategorias: *Negativa* ou *Positiva*. Dentre elas a mais expressiva foi a *Negativa* (54,8% / N=17). As justificativas se referem ao fato de estarem presos, longe do convívio com a família:

Rapaz é muito ruim, a pessoa acordar de manhã, a pessoa acorda e é só grade e parede, a família, a pessoa sente falta também (. . .) porque a pessoa tá preso e longe da família (E.06).

Não é muito bom não (. . .) trancado aqui dentro (E.26).

No discurso dos adolescentes, também estão presentes o fato de presenciarem, na instituição, situações de brigas e até morte entre os internos:

Aqui é pior do que lá fora, é um querendo pegar o outro, querendo furar o outro, se bater no atendimento vem pra cima, pior do que na rua, na rua o caba segue um destino, depois que volta, pior do que na rua aqui (E.30).

A parte ruim é que aqui tem vezes que o cabra quer cortar a pessoa, matar. Aí tem que tá esperto direto, nem dormir direito a pessoa... pode nem dormir direito. Tem que tá atento direto (E.16).

O inferno, só vê morte, gente sendo... E aqui o cara entra no quarto, com gilete, morreu fulano ali enforcado, aí quem é que vai querer morrer enforcado dentro de um quarto desse? (E.19).

O que vai diretamente de encontro ao que é estabelecido pelo ECA, que no artigo 94, inciso IV, que prevê como obrigação das entidades responsáveis pela internação “preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente” (ECA, 2013, p.40).

No entanto, observa-se que 45,1% (N=14) representam a instituição positivamente, como um espaço de reflexão:

O cara pensar no que o cara fez, o cara tá pagando pelo erro que o cara fez, o cara para e pensa para não cometer mais o que o cara fez (E.4).

É pra pensar, refletir, mas... o cara pensar no que o cara fez, quando sair não fazer mais, mas a maioria volta homi, eu não sei quando eu sair, quem sabe é deus (E.24).

Observa-se que, apesar de descreverem a instituição positivamente, percebe-se em seus discursos a representação da punição como possibilidade de mudança de vida. Sendo assim, perpetuam o discurso naturalista de que os fatores preditores para uso de drogas e a prática de atos infracionais reside unicamente na ausência de limites e em uma série de comportamentos típicos da fase da adolescência, necessitando assim, serem penalizados pelas escolhas feitas (Canavez, Alves & Canavez, 2010). Com isso, os adolescentes acabam por não absorver o caráter diferencial que lhe deve ser dado, uma vez que o objetivo da medida socioeducativa centra-se, não na punição, mas na tentativa de reinserção social, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Parece que o que ainda não é claro, mesmo entre os adolescentes, é que a medida socioeducativa não constitui pena, uma vez que ela objetiva uma maior individualização na adequação a cada adolescente em particular; ao contrário da pena, que estabelece uma relação entre o ato cometido e a punição (Francischini & Campos, 2005).

A representação positiva em relação a instituição por parte dos adolescentes em conflito com a lei também baseia-se na assistência prevista pelo ECA:

Por uma parte é boa né que tem psicólogo, assistente social, de vez em quando tem aula, tem curso pra fazer, tem atividade que não falta, é totalmente diferente do presídio como o do de maior né, no do de maior não tem nada, só o banho de sol e muito mal, aqui a gente vive, é um presidio também, mas é diferente, a gente tá aqui pra ser ajudado, porque nós somos de menor, a gente ainda é ajudado pra ver se com essa ajuda a gente tentar mudar de vida né, consegue mudar de vida, lá na frente dizer “eu era isso, isso e isso, mas hoje eu sou isso”, porque o que vale é o futuro, o passado não importa não aqui, aqui tem muitas

coisas que o cara faz, as oficinas, tem também negócio de igreja que vem no sábado, tem escola, aula de percussão, altas aula ai que tem, o CEA é bom (E.27).

Ainda referente à classe *ato infracional*, apresenta-se a categoria *Não concorda com a redução da maioria penal* (79,9% / N=22), seguida da categoria *Concorda com a redução da maioria penal* (29% / N=9).

Quando perguntados sobre a redução da maioria penal, 64,5% (N=20) deles não tinham conhecimento do que era isso, enquanto 35,4% (N=11) apresentavam tal entendimento, donde se pode intuir que os principais atores de tal discussão encontram-se excluídos dela. Fato semelhante foi constatado por Campos (2009), que afirma existir nos setores midiáticos, políticos e sociais, a ausência da voz dos adolescentes em conflito com a lei ou até de adolescentes advindos de outras esferas sociais, que poderiam se posicionar acerca do tema. O autor coloca que “tal empreitada, longe de um ‘ideal representativo’, implicaria em, ao menos, tornar mais equânime o acesso aos meios de difusão das representações do mundo social” (p. 497), evitando a não-democratização da discussão.

Por desconhecerem, inicialmente, o tema da redução da maioria penal, os adolescentes em conflito com a lei expressaram uma opinião, o que implica dizer que estes esboçaram reação a um objeto externo e, conseqüentemente, um posicionamento. Todavia, para o interesse das representações sociais, apenas o posicionamento a favor ou contra um determinado objeto não é suficiente, mas sim, as justificativas que o sujeito dá ao seu comportamento e posicionamento (Moscovici, 2012).

A esse respeito Moscovici (2012) discute que o processo de formação de uma representação social se dá quando um objeto exterior entra em nosso campo de atenção,

acionando o processo perceptivo, no qual acontece um desequilíbrio. Para reduzir tal desequilíbrio, se faz necessário o deslocamento do conteúdo estranho para o interior de um conteúdo do nosso universo. E foi assim que os adolescentes conseguiram formar uma representação do objeto social que lhes estava sendo apresentado: acionaram conhecimentos que lhes eram próprios, como o comparativo da instituição que estavam cumprindo medida socioeducativa com os presídios.

Se entre os adolescentes em conflito com a lei, a discussão da redução da maioria penal ainda é insuficiente, na mídia, tal tema tem assumido fortes posicionamentos favoráveis, o que parece admiti-la, de forma emblemática, como a solução para o problema da segurança pública. O que levanta um questionamento de como tal discussão não tem chegado até os adolescentes em conflito com a lei, resposta possivelmente encontrada em Moscovici (2012):

Jornalistas, cientistas, técnicos, homens políticos nos fornecem continuamente explicações de decisões políticas ou de operações militares, de experiências científicas ou de invenções técnicas. Essas explicações – artigos, livros, conferências etc. – estão muito distantes de nós porque, a bem dizer, é impossível lhes apreender a linguagem, reproduzir o conteúdo, confrontá-las com informações e experiências mais diretas e conformes a nosso ambiente imediato (pp.48).

Certamente, deparamo-nos com um desenvolvimento tecnológico e comunicacional mais avançado, se comparado à época em que Moscovici escreveu o texto acima, no entanto, ainda persiste o abismo entre assuntos políticos de interesse social e a sociedade como um todo.

As discussões acerca da redução da maioria penal na esfera política entraram em pauta entre 1993 e 2004, somando ao todo 26 proposições. No início de 2011, parlamentares solicitaram a reabertura de três Propostas de Emendas à Constituição (PECs) que estavam arquivadas, são elas: a PEC 171/93 da Câmara dos Deputados, de autoria do deputado Benedito Domingos do Distrito Federal, que propõe a redução da maioria penal para 16 anos; a PEC 20/99, do Senado Federal, de autoria do Senador José Roberto Arruda, do Distrito Federal, que propõe a redução também para 16 anos; e a PEC 90/03, também do Senado Federal, do senador Magno Malta, do Espírito Santo, que propõe a redução da maioria penal para 13 anos de idade, para *crimes* considerados hediondos, ou seja, os inafiançáveis, como homicídio qualificado, sequestro, estupro e roubo seguido de morte (latrocínio) (Moreira, 2011).

Os que ainda estão em tramitação no Senado Federal são: PEC 33/2012,³ proposta pelo senador Aloysio Nunes Ferreira, de São Paulo, que propõe a alteração da redação dos artigos 129 e 228 da Constituição Federal, com o objetivo de desconsiderar a inimputabilidade penal de maiores de 16 anos e menores de 18, esta encontra-se, atualmente, aguardando a inclusão na ordem do dia; PEC 74/2011,⁴ do senador Acir Gurgacz, de Rondônia, propõe o acréscimo de um parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal, estabelecendo que em casos de *crimes* de homicídio doloso e latrocínio, seriam penalmente inimputáveis os menores de 15 anos, esta também aguardando inclusão na ordem do dia.

Se aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), as PECs serão analisadas no Plenário da Câmara, em dois turnos, e terão de ser aprovadas por, pelo menos, 3/5 dos deputados federais, de acordo com o regulamento da Câmara

³ http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=106330

⁴ http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=101484

Federal. Isto por serem propostas que, uma vez aprovadas, modificarão a Constituição Federal em sua maioria, especificamente, o art. 228: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial” (Campos, 2009; Moreira, 2011; Constituição Federal, 2013).

A presente pesquisa, dentre outros objetivos, teve o anseio de dar voz aos adolescentes e obter as representações que estes têm acerca da redução da maioridade penal, tema que lhes diz respeito e que alguns ainda não conhecem. A estes foi apresentada uma explicação básica sobre o tema, para que, posteriormente, pudessem se posicionar contra ou a favor.

Nas justificativas para o posicionamento contrário à redução da maioridade penal, os adolescentes destacam a possibilidade de reinserção social ser mais efetiva no cumprimento da medida socioeducativa de internação na instituição em que estavam, do que nos “presídios grandes”, como assim denominavam os presídios de cumprimento de sentença para os maiores de 18 anos:

Imagine um adolescente com 16 anos, viver com um cara que é psicopata, de maior. Que esses presídios grande, o cara é tudo psicopata, tem a mente totalmente diferente da gente, a gente ainda tem a mente, o que, meio acriançada e eles não, a de adulto já é outra coisa, já é diferente. Ali ele já vive no crime 20, outros 19, 25 anos e a gente começando agora. Vai influenciar mais ainda o de menor, “ai quando tu sair, tu faz isso e isso” e só ali escutando conversa, coisa de maior é diferente. Aqui nós tem ajuda e lá eles vai ter? Com 16 anos? Ajuda que vai ter é o que, um traficante chegar “quando tu sair tu vai trabalhar pra mim e tal, matar fulano pra mim”, é a ajuda que vai ter, pra mim isso ai é errado (E.27).

Não devia reduzir não essa idade não, porque tem vários adolescentes aí com 17 que pode até mudar de vida, se a partir de 16 for para o presídio, tem jeito mais não (E.28).

Também ressaltam ter com a medida socioeducativa um apoio social e psicológico, responsável pela maior possibilidade de reinserção social, o que justificaria a permanência da medida socioeducativa para os adolescentes menores de 18 anos:

Aqui tem muitas coisas que o cara faz, as oficinas, tem também negócio de igreja que vem no sábado, tem escola, aula de percussão, altas aula aí que tem, o CEA é bom (E.4).

Porque aqui tem tudo, tem aula, tem psicóloga e lá não tem isso, tem curso, lá não tem nada disso não (E.26).

Percebe-se que, mesmo os adolescentes que apresentam conhecimento vago sobre o tema da redução da maioridade penal estão em consonância com o que vem sendo discutido na literatura especializada. Como a pesquisa apresentada pela UNICEF em 2007, que discutiu o tema da reinserção social nos Estados Unidos, onde a idade penal é variável, afirmando que o cumprimento de medidas penais por parte dos adolescentes, nas penitenciárias em 2007 não é garantia que estes não voltem a reincidir, apontando o contrário, que voltavam a delinquir e, muitas vezes, de forma mais violenta.

O diferencial do ECA, é que este apresenta medidas socioeducativas com o objetivo específico de educar e ensinar, como os próprios atores da presente pesquisa ressaltaram, com a oferta de oficinas e assistência psicológica, social e pedagógica, o

que aumenta a probabilidade efetiva de uma volta saudável ao convívio social (Moreira, 2011).

O discurso de defesa da redução da maioridade penal com o argumento de que os adultos utilizam os adolescentes para cometerem *crimes* e responsabilizá-los, também se faz presente no discurso dos adolescentes, que debatem coerentemente tal argumento:

Eu acho que isso aí não dá certo não, porque já vai começar a se envolver mais, mais adolescentes de 13, 12, já para se assumir, vim pra cá para o outro não ir pra lá, igual com o menino lá do quarto, foi preso com um de maior, aí se assumiu pro outro não ir para o presídio maior, aí o outro foi liberado e ele tá aí (E.6).

Semelhante ao que Souza e Souza (2013) discutem: “No entanto, se não forem os púberes de 16 anos os explorados, serão os de 15, 14, 13 anos de idade e assim por diante. De modo que a redução contínua da idade penal jamais resolveria o problema” (p. 133). Nesse sentido, seguindo a hierarquia do *crime*, supõe-se que adolescentes entre 16 e 17 anos estão iniciando a prática do ato infracional, sendo, de toda forma, responsabilizados pelos *crimes* por aqueles de patente mais alta.

Dentre os entrevista que aprovavam a redução da maioridade penal, apresenta-se a justificativa de que, assim, os adolescentes iriam evitar o início na prática do ato infracional, apontando o fator do maior tempo de pena:

É tempo demais, 30 anos não é 30 dias não, eu perdendo 3 anos tô achando ruim, saindo daqui meus pirralho vão tá tudo grande (E. 9).

Eu acho que pra mim isso tá certo né, porque dia de hoje tem muito menino que apronta, que eu vejo mesmo, com homicídio, tráfico, mata pai de família, faz tudo, puxa um ano, um ano e sete, três anos no máximo e nem puxa isso tudo, que é muito difícil, e se você aumentar, se a juíza liberasse esse tempo, esse menino ia fazer o que, ia usar mais a cabeça antes de ir fazer, porque 3 anos para 6 anos é muito e a pessoa tá perdendo a adolescência da pessoa. Ele ia usar a cabeça antes de fazer o delito entendeu, porque pensa assim, “oxe eu sou menor vou lá pro CEA, 3 anos eu não passo”, ai “vamos simhora, vamos matar, vamos roubar, vamos fazer o que quiser”, pensa logo assim, não usa a cabeça (E. 15).

Pra mim eu acho bom, porque o caba, o boy sai daqui apronta e diz, “vou pegar 3 anos ou antes de 3 anos eu saio” e não vai sair dessa vida nunca, acha que tudo é fácil pra ele, de menor, chega assim, apronta, rouba, é isso que o boy faz, vai roubar e tirar a vida de um pai de família, porque é de menor e a lei ajuda e nem liga pra nada, pra mim é bom, porque não vou se envolver mais, pra mim ia mudar muitas coisas ai, com 16 anos ia pro Roger nada, ia pensar diferente, fazer por onde não querer ir (E. 11).

A representação do adolescente, na fala E.15, de que está perdendo toda a adolescência, encontra-se ancorada com o argumento de brevidade da pena para adolescentes, colocado por Souza e Souza (2013) na impossibilidade de se comparar 3 anos (o tempo máximo para a internação, de acordo com o artigo 121 do ECA) na vida de uma pessoa de 15 anos, por exemplo, com 3 anos na vida de uma outra com 45 anos.

A esfera política e social que defende a redução da maioridade penal, com o argumento de que os adolescentes em conflito com a lei, ao cumprirem 3 anos de

medida socioeducativa, não são devidamente punidos, é rebatida por Pauly e Silva (2013), que fazem um comparativo entre a proporção de números de atos infracionais cometidos por adolescentes e adultos no Rio Grande do Sul e a efetividade dos códigos que os regem: o ECA para os adolescentes e Código Penal para os adultos. Os autores chegam à conclusão de que, ao contrário do que defende o senso comum, o ECA triplica a punição aos adolescentes se comparado ao Código Penal, completando que

Se esta comparação procede, então, em termos provocativos, quem defende a redução da idade penal, defende uma maior impunidade para os adolescentes autores de ato infracional. Quem defende a manutenção da idade penal em 18 anos, na prática, defende um maior rigor penal contra os adolescentes autores de atos violentos que atentem contra a vida (pp.17).

Os adolescentes entrevistados favoráveis à redução da maioridade penal também fazem uma ressalva pertinente acerca da não possibilidade de recuperação nas penitenciárias:

Oxe, muita gente ia querer sair da vida do crime. Quem é que vai querer ir pra Roger? Cheio de faca pior que aqui. Lá não tem como não (se recuperar). Tem como não, lá o bicho mata o cara, se o cara olhar pro outro morre também.
(E.19).

Isso aí era para fazer isso mesmo, porque os menores tão assaltando demais. Depende também, né, porque tem (. . .) tem gente de menor que não é muito envolvido não, aí vai pra presídio grande e se fosse se envolvia mais ainda.
(E.17).

4.4.3. Classe temática referente a Relação droga-crime

A classe temática *relação droga-crime* (15,9% / N=42) descreve a representação predominante por parte dos adolescentes da existência de relação entre o uso de drogas e a prática do ato infracional (N=29), em detrimento daqueles que não estabelecem tal relação (N=13).

Assim, como tem sido evidenciado até agora nos instrumentos anteriores (TALP e desenho estória) a relação droga e *crime* foi estabelecida, contudo, em consonância com o que afirma Moscovici (2012), quando afirma que a representação social de determinado objeto é estabelecida pelo aspecto coletivo, mas também, por meio da experiência individual de cada sujeito, uma vez que o processo não é simplificado como reprodução do estímulo, mas de ressignificação e reconstrução interna. Sendo assim, aqueles que experimentaram a prática do ato infracional com ausência do uso de drogas, ou presenciaram fato semelhante entre colegas, não estabeleciam a relação da droga com o ato infracional:

Eu mesmo conheço gente aí, que é lá da comunidade que fuma maconha, essas drogas aí, muitos dizem que é droga outros dizem, que pra eles não é né. Aí tá nesse tempo ai de liberar ou não. Aí eu conheço mesmo pai de família que usa essas droga e trabalha, os filhos não é dessa vida, cuida dos filhos, isso aí não tem nada a ver não, a pessoa comete esses ato infracional se quiser, por vontade própria (E. 27).

Eu pra mim quem usa droga e vai roubar, matar, brigar, chegar em casa e querer brigar com a família, eu pra mim isso é safadeza, não dá vontade de fazer isso não, o caba fuma droga pra relaxar, ficar quieto num canto, não dá

vontade de fazer isso não, agora tem umas que é mais forte, acaba e o caba fica doido atrás de mais (E.11).

Mas ele só faz o que ele quer, o que ele não quer, se chamar ele pra fazer, ele faz se ele quiser (E. 12).

Quando estabelecida a relação, perguntava-se em que sentido a droga estaria ligada ao *crime*, nos aspectos de venda e compra da droga, que se refere à primeira subcategoria, aglutina 72,3% (N=21) das unidades temáticas:

Porque se ele não tiver dinheiro para comprar aquela droga, ele vai acabar roubando, ele vai acabar ir roubar pra ir comprar. O vício dele né, mas eu não era desses, eu trabalhava para sustentar meu vício, porque tava sem trabalho e precisando de dinheiro e acabei caindo na fraqueza (E.4).

Porque tem gente que não tem condição né de comprar, aí vai roubar para sustentar o vício (E.5).

A pessoa já tá usando, pra comprar tem que ir na boca né, tem vez que como os adolescentes assim vai comprar droga, aí já fica andando com ele e é do mesmo bairro já começa a se envolver também. Do mesmo bairro, já se conhece já, igualzinho os boy fazia lá, ia comprar droga lá e ficava conversando, aí depois já começava a ficar direto em nós (E.6).

Tem muitos que tem, que fumar, não consegue de um jeito, consegue de outro, furando os outros fazendo alguma coisa, dando paulada nos outros pra tomar celular, alguma coisa (. . .) não tem onde arrumar dinheiro vai mexer no que é dos outros, as vezes é pego e terminando até dando num pai de família, rouba o

que tem dentro de casa, da mãe, do pai... aviciado em droga, dá na mãe, no pai, rouba celular, televisão, dvd, sai vendendo, o que ele vê ele leva (E.7).

Na categoria, referente a comprar roupa/joias (20,6% / N= 6), os adolescentes relatam a vontade de possuir bens de consumo inacessíveis à sua condição econômica e apontam como motivo para início do ato infracional o desejo de compra de tais objetos:

Tem menino que não tem condição, a mãe, a família não tem condição, pega e vai vender (droga) mesmo, começa a comprar roupa de marca (E. 01).

Liso, festa, agosto, eu queria sair, tênis velho, roupa velha, aí o cara só vê o cara aí, quer andar tudo (. . .) Arrumado. Cordão, chapéu da nike, ou se então um tênis bonito, ai não tinha, Aí meu irmão mandou descer a arma pra mim aí foi quando desgraçou minha vida, levei uns tiro (E.19).

Baudrillard (1995), afirma que a preocupação atual do capitalismo não é a mercadoria em si, mas a venda de signos e imagens. Dessa forma, quando o adolescente deseja a compra de uma “roupa de marca” ou um “cordão de prata”, quer filiar-se a um grupo que ele toma como referência ideal e do qual quer fazer parte: o da classe detentora de um poder financeiro maior e, conseqüentemente, um maior poder social (Baudrillard, 1995):

Vendo eles comprando moto, roupa, um mói de coisa, aí peguei e fui vender (droga) também... eu queria pra comprar roupa, mói de coisa, cordão de prata... era pra comprar roupa, tem uma moto em casa já, um mói de roupa, cordão (E. 24).

Em outro aspecto, Canclini (1999) ressalta que a interação consumidor e mercadoria não deve ser entendida como algo irracional ou desvinculada da cultura, contexto familiar e social. Destaca-se a complexidade dos elos que unem as pessoas àquilo que consomem, ultrapassando a noção de futilidade e gastos inúteis para afirmar que a apropriação de bens, por parte do adolescente em conflito com a lei, por exemplo, se expandiria a uma noção política de cidadania, ou seja, uma tentativa, neste caso, desajustada, de pertença ao universo cidadão (Mancebo, Oliveira, Fonseca & Silva, 2002).

A última subcategoria, *Comprar arma/matar*, diz respeito a 6,8% das unidades temáticas referentes à existência da relação da prática do ato infracional com o uso de drogas. Esta ressalta o componente da droga, tipificado na prática do tráfico, tendo como consequência o envolvimento em outros tipos de ato infracional, como o relatado abaixo na fala de um dos entrevistados:

Tem menino que não tem condição, a mãe, a família não tem condição, pega e vai vender mesmo, começa a comprar roupa de marca, revolver, ai vai atrás de quem quer matar (E. 01).

4.4.4. Classe temática referente à família

A quarta classe temática refere-se à *família* (20,1% / N=53) e apresenta a categoria *relacionamento familiar*, com as seguintes subcategorias: *Provocar sofrimento à família* e *Receber apoio da família*. Seguido da categoria *envolvimento de familiares no crime e droga*, nas subcategorias: *Irmão, primo e pai*.

Uma das preocupações dos adolescentes participantes da pesquisa centrava-se em como seu envolvimento com as drogas e o ato infracional provocariam sentimentos negativos e sofrimento a suas famílias, descritos na subcategoria *provocar sofrimento à família* (60% / N= 27):

(a família fica) triste, envergonhada... ter ensinado o filho e depois fazer coisa errada (E.5).

Fica sofrendo, a pessoa tá preso quem fica sofrendo é a mãe da pessoa, chorando, querendo tá perto da pessoa e não pode, como quando completei ano e ela não pode vir, me ligou chorando (E.7).

A família sofre direto pedindo a deus que a pessoa vá pra rua, mude de vida e não saia daqui com o mesmo pensamento que era na rua (E.10).

Aliada a esse fato encontra-se a subcategoria *receber apoio da família* (40%/N=18), em que a família é percebida pelo adolescente como fonte de conselho, apoio e afeto. De acordo com Tokoy e Oliveira (2008), tal preservação positiva da família pode ser uma reação às constantes significações da sociedade de que suas famílias são violentas, permissivas e desestruturadas. Como se observa na seguinte fala:

Minha família é muito boa, a minha mãe toda vida me deu conselho, já deu pisa, meu padrasto também já me deu cacete, porque tem gente que diz assim 'ah esse menino só tá ali dentro por causa da mãe, é por causa da mãe e do pai que nunca deu exemplo'. Isso eu posso dizer, é mentira, isso nunca aconteceu não, porque falta de conselho é que não é, porque se conselho fosse bom, não se dava

não, se vendia, eu não tomo porque eu não quero, minha mãe já me deu muito conselho (E.15).

No entanto, nota-se que a visão positiva em relação à família, acontece especificamente com a figura materna, revelando uma figura paterna ausente ou despotencializada de sua função. Acerca disso Penso, Conceição, Costa e Carreteiro (2012) discutem que pode ser encontrado um substituto para a função paterna em um parente próximo, um tio ou avô, por exemplo, mas, na maioria das vezes, o exercício de autoridade recai sobre a mãe.

Corroboram tal posicionamento dados da presente pesquisa, em que, entre os entrevistados, 19,3% (N=6) moram com o pai. Acerca da visita, 12,9% (N=4) recebiam visita do pai e 9,6% (N=3) do padrasto, destacando que na instituição a visita era nas quartas-feiras, mas também domingos, objetivando permitir a presença daqueles que trabalham durante a semana. Em relação à mãe, 64,5% (N=20) moram com os adolescentes e 74,1% (N=23) estão presentes nas visitas.

Dessa forma, observou-se que a mãe, para o adolescente em conflito com a lei, é representada como uma pessoa batalhadora, que sustentou sozinha os filhos ou sempre esteve à frente de tal papel:

Mas só que a mãe de nós é sofredora, né, passa nove mês com a pessoa dentro da barriga e a pessoa nasce assim... (E.14).

E as que são dignas de carinho e dedicação:

Quando eu sair jamais eu vou dar desgosto a minha mãe, quando eu sair vou só ficar do lado da minha mãe mesmo e arrumar um trabalho para ficar ajudando a minha mãe (E.13).

Foi desespero pra ela, foi a pior parte, foi uma coisa que eu fiz e não queria que ela soubesse, queria sumir do mundo eu, sem minha mãe saber mais nunca (E. 10).

Tais observações encontram suporte nos estudos de Penso, Conceição, Costa e Carreiro (2012), quando afirmam que a relação de dependência do adolescente em conflito com a lei à sua mãe caracteriza uma parentalização com ela, ou seja, tal adolescente é desfocado de sua função de filho e passa a assumir um novo papel que, no caso, seria o de pai para os irmãos e companheiro da mãe. Ao ponto de assumir a figura de protetor da mãe:

Perdi meu pai com 6 anos, 6 anos de idade, na escola quando era dia dos pais, que tinha festa eu via os meninos com os pais deles e só eu que não tinha. Aí um bicho foi mexer com a minha mãe, eu não era dessa vida não, eu estudo, eu sou um cara inteligente, graças a deus que não existe ninguém burro né. Aí minha mãe morava com um rapaz, aí um dia disse que ia matar minha mãe de faca, aí eu fui e matei ele primeiro, aí foi quando eu desgracei minha vida e tô aqui até hoje (. . .) ele disse que ia matar minha mãe, oxe eu ia deixar o bicho matar minha mãe é? (E. 27).

Constatou-se ainda que, no discurso dos filhos, suas mães os representam como sendo bons filhos, detentores de carinho e afeto, a quem recompensam dando ao filho

“de um tudo”. Destaca-se também o fato de que o ato infracional não abalou suas convicções acerca do adolescente:

Aí mainha soube desse negócio ficou só... não acreditou, ela não queria que fosse eu, aí eu peguei e disse a verdade, foi eu mesmo e chorando, nunca tinha caído num negócio desse. ‘Fui eu, fui eu’ e minha mãe disse ‘meu filho eu vou com você até o fim’ minha mãe entende né, sei lá... (E.10).

Eu saindo daqui ela disse que não precisava eu nem trabalhar que ia me dar de tudo, ‘o que você quiser fazer você faz’, ela quer me dar de tudo (E.11).

Minha mãe ia pra cadeia, ia pro CEA me visitar, ia pra delegacia me pegar, eu tenho 250 entradas na delegacia... tava sempre me apoiando, chorava (. . .) porque ela nunca deixou eu de mão, tudo que eu pedia, ela tirava de comer e comprava para mim, tinha dia que eu trabalhava, ajudava ela, recebia 250, dava 200 a ela e ficava com 50 (E.29).

Para Penso, Conceição, Costa e Carreteiro (2012) as mães dos adolescentes em conflito com a lei, mesmo enfrentando dificuldades econômicas e emocionais, tomaram o filho como objeto de intenso investimento e acabaram por não lhe proporcionar o desenvolvimento saudável de sua autonomia: “Os adolescentes que cometeram ato infracional e suas mães vivem uma relação de completo apaixonamento, onde a mãe não é capaz de retirar gradativamente o seu investimento afetivo” (p. 87).

Ainda na classe temática relacionada à família, na categoria *envolvimento de familiares no crime e droga*, as subcategorias *Irmão* (62,5% / N=5), *Primo* (25% / N=2) e *Pai* (12,5% / N=1) descrevem casos de familiares dos adolescentes envolvidos com a

prática de ato infracional e o uso de drogas. Estes, em alguns casos, foram responsáveis pela iniciação dos adolescentes em tais práticas:

Meu irmão era envolvido nessa vida e morreu também, aí eu peguei e fiquei nessa e comecei a usar, me envolver nisso aí (E.11)

A primeira vez foi com meu primo (. . .) ele me chamou aí disse, eu tinha dez anos e disse “XX, vem aqui” aí eu disse “bora”, aí cheguei, ele me ofereceu, eu quis, aí gostei e continuei fumando (. . .) todo dia eu fumava (E.22).

Essa guerra entre al Qaeda e estados unidos (. . .) meu irmão, ele ia, aí eu comecei a ir também (. . .) eles mataram uns amigos da gente também, quase ia matando eu também, eu já levei tiro, peguei e matei (E.30).

A quinta classe temática denominada de *motivação à mudança de vida* (10,2%/N=27) reúne os discursos dos adolescentes que descrevem como possíveis motivadores e aspectos necessários a uma mudança de vida o abandono da prática do ato infracional e do uso de drogas.

A primeira categoria diz respeito ao *trabalho e estudo* (66,6% / N= 18), sobre os quais os adolescentes depositam a possibilidade de mudança de vida, esta residente no fato de que, ao sair da instituição de cumprimento de medida socioeducativa, dedicar-se-ão ao trabalho e estudo:

Eu tô só esperando sair daqui para ir embora, vou para o Rio de Janeiro, mudar de vida, pra casa da minha mãe e do meu pai, já tô ficando de maior já, tirar minha carteira de trabalho e começar a trabalhar (E. 04).

Tô fazendo curso de pintor, já sei pintar, vou fazer outro curso agora no promatec, se eu passar vou praticar mais nisso, trabalhar, ajudar minha família, se eu puder nem aqui moro mais (E.11).

A categoria seguinte refere-se à *família* (18,5% / N=5), que é vista como, além de fonte de apoio, alguém para quem os adolescentes desejam voltar e dar orgulho:

Bom é ficar dando orgulho a família da pessoa (. . .) agora, essa vida não tem o que dar não, saindo daqui quero dar orgulho a minha família (E.03).

Mas quando sair daqui não vou ficar mais nessa vida mais não, vou dar orgulho a minha família agora, a minha avó que me criou (E.4).

O reconhecimento da família como objeto de amor e fonte de conselho e paz (ver figura 04) passa a ser evidente com o afastamento temporário do adolescente do convívio com os pares. Ao perceber que a família foi quem ficou por perto, mesmo lhes causando sofrimento. Assim, se evidencia a família como um importante fator protetivo e preventivo para a prática infracional e o uso de drogas, mas, ainda assim, um fator importante para ressocialização deste adolescente que, já envolvido com a prática criminosa, possa ter uma oportunidade de mudança.

A entrada no universo infracional e o cumprimento de medida socioeducativa de internação fazem com que o adolescente se decepcione com o grupo e passe a construir uma imagem negativa dos pares, valorizando aqueles que permaneceram com ele. Estes são, predominantemente, sua família, que foram tomadas, ao que parece, apenas após a internação, como fonte de *conselho* e *paz* nas evocações do sistema periférico distante do instrumento anterior (ver figura 04).

A categoria *religião* (11,1% / N=3) entende que a busca de uma religião, de Deus, ou ainda de uma vivência espiritual pode constituir um auxílio na mudança. Dado semelhante foi apontado por Melo (2012) em sua pesquisa, na qual fatores ligados à espiritualidade são apontados como sendo os principais responsáveis para o sucesso no tratamento de dependência química. Luz (2007) aponta, ainda, que o aspecto espiritual proporciona esperança e atua, de fato, como uma força motivadora na busca de autonomia em relação a droga:

Eu penso demais na minha vida, oro toda noite quando vou dormir, eu peço perdão a Deus do que eu já fiz da minha vida de errado (E. 09).

A categoria seguinte corresponde a *deixar droga* (3,7% / N=1):

Eu mesmo saindo daqui acho que não vou mais fumar droga não, só o cigarro mesmo, acho que cigarro vou deixar também (E.20).

Um discurso que acredita ser a abstinência a única forma eficiente de lidar com a droga e assim conseguir mudar de vida. Concepção esta que, de acordo com Melo (2012), vai de encontro ao discurso médico que preconiza a abstinência como principal meta do usuário.

CAPÍTULO 5

Considerações Finais

Considerações Finais

A presente pesquisa objetivou conhecer e analisar as representações sociais acerca do uso de drogas entre os adolescentes em conflito com a lei e a existência da relação com o ato infracional, dando ainda voz a esses sujeitos que, por vezes, se encontram em situação de exclusão social, tendo suas demandas constantemente silenciadas.

Diversos impasses envolvem a vida do adolescente até ele chegar a cometer alguma infração. É simplório e imprudente afirmar que é apenas uma questão de mal caráter, escolha ou prazer pela prática infracional. Parte-se da ideia de encontros: encontro de uma personalidade, um contexto social, um momento, uma circunstância. Foi nesse aspecto que a presente pesquisa se propôs a contribuir, com esse olhar e perspectiva, dar voz e ser a voz dos sujeitos que aqui foram entrevistados e representam tantos outros.

Pela Teoria das Representações Sociais, sabe-se que os fenômenos que emergem no contexto social são investidos simbolicamente e, à medida que circulam, transformam-se e são revestidos pelos novos modelos vigentes de acordo com a época e formação social. Partindo desse princípio, a representação social da droga, que faz parte da vivência da população aqui investigada, recebe significados em conformidade com os grupos de pertença e o contexto social do qual fazem parte.

A esse respeito Coutinho, Araújo & Gontiers (2004) esclarecem que os significados são resultantes da interação entre o que circula no senso comum e o conhecimento erudito, fato no qual se reconhece a existência de uma influência mútua entre ambos os universos, que resulta, de acordo com as autoras, numa diversidade de significados que circulam através dos meios de comunicação formais e informais.

É o caso da circulação acerca da droga nos meios de comunicação, que reforça a política de guerra às drogas, aliada à “pedagogia do terror”, como bem salienta Medeiros (2014), com slogans como “diga não às drogas”, que firmam e reforçam o lugar marginal e de delinquente daquele que faz uso das substâncias ditas ilícitas.

Não se quer dizer, aqui, que o poder público deva se ausentar de seu papel pedagógico, interventivo e preventivo na causa das drogas. Todavia, o erro está quando se põe o “combate às drogas” como a única maneira de enfrentamento do problema, tal abordagem limita a uma implacável repressão, ao invés de analisar-se o complexo universo do consumo de drogas para, então, chegar-se a propostas preventivas efetivas.

As representações sociais na presente pesquisa giraram em torno de três eixos principais: a droga, o ato infracional e a família. A *droga*, que evidenciou uma representação negativa, com consequências no âmbito físico e social e, ainda, diretamente relacionada e causadora do *ato infracional*, que corresponde ao segundo eixo das representações sociais investigadas. Nesta, procurou-se averiguar como os adolescentes se posicionam frente à possibilidade da redução da maioria penal: foi verificado que a maioria desconhecia a temática em tramitação no congresso e com esse tema ainda foi possível perceber a reprodução do discurso punitivo para com o público adolescente que comete infração.

A *família*, como terceiro eixo observado, foi representada positivamente, como objeto de proteção ou fonte de conselho, apesar da literatura entender que a mesma, no que se refere ao adolescente em conflito com a lei, aparece como um fator de risco e que, geralmente, vivenciam situação de desestruturação social. No entanto, ressalta-se que, semelhante a qualquer outro fator de risco, esta não atua sozinha. O adolescente que comete ato infracional, em geral, está exposto a um conjunto de fatores de risco que atuam conjuntamente.

Assim, como um conhecimento socialmente construído e partilhado, as representações sociais demonstram a realidade e vivência dos adolescentes em conflito com a lei e denunciam a fragilidade da medida socioeducativa, que prevê um atendimento integral e diferenciado, em conjunto com uma rede de assistência que acolhe. Entretanto, tal afirmação não se estende à percepção dos adolescentes, que ainda entendem e reproduzem um discurso meramente punitivo, entendendo que estão em cumprimento de pena numa “cadeia menor”, o que acarreta uma série de implicações, visto que, estando imbuídos do discurso de “delinquentes” e “marginalzinhos”, fortalecem a perpetuação da prática infracional e a impossibilidade de dela sair, tendo como futuro duas inevitáveis consequências: cadeia e/ou morte.

Longe de quereremos pontuar culpados, não podemos deixar de mencionar que a falha se dá na inoperância na comunicação de toda a rede que compõe as políticas sociais e de assistência, nas áreas de saúde, educação, segurança, lazer, saneamento, cultura, entre outras, que poderiam atuar conjuntamente em ações preventivas e interventivas, evitando as práticas desviantes.

Consideram-se como limitações da presente pesquisa a impossibilidade de generalizar os dados aqui encontrados, no entanto, se propôs compreender a complexidade dos fenômenos suscitados, refletindo sobre as problemáticas e possibilidades interventivas que devem contemplar tanto a especificidade e particularidade dos sujeitos envolvidos, quanto os amplos aspectos que permeiam tal problemática.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, M. (2010). Gangues, Gênero e Juventudes: Donas de Rocha e Sujeitos Cabulosos. In: *Relatório Final do Projeto Medidas Sócio educativas em meio aberto: O adolescente e o futuro: Nenhum a menos*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Abric, J. C. (1993). Central system, peripheral system: their functions and roles in the dynamics of social representations. *Paperson Social Representations*, 2(2), 75-78.
- Abric, J. C. (1994). *Pratiques social eset représentations*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In: A. S. Moreira & D. C. Oliveira. (Orgs.). *Estudos Interdisciplinares de representações sociais* (pp. 27-38). Goiânia: AB.
- Abric, J. C. (2001). A structural approach to social representations. In: K. Deaux & G. Philogène (Eds.), *Representationsofthe social* (pp. 42-47). Oxford, UK: Blackwell.
- Abric, J. C. (2003). L'analysestructuraledesreprésentationssociales. In: S. Moscovici & F. Buschini (Orgs.), *LesMéthodesdesSciencesHumaines*(pp. 375-392). Paris: PUF.
- Alexandre, M. (2004). Representação social: uma genealogia do conceito. *Comum* 10(23), 122 – 138.
- Almeida, A. M. de O. (2009). Abordagem societal das Representações sociais. *Sociedade e Estado*, 24(3), p. 713-737.
- Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S., & Trindade, Z. A. (2011). *Teoria das representações sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik.
- Álvaro, J.L. & Garrido, A. (2007). *Psicologia Social: Perspectivas Psicológicas e Sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill.

- Alves, R. F. (2001). *O olhar de agricultores do Cariri Paraibano sobre a loucura* (Dissertação de mestrado). Retirado da base de dados da Universidade Estadual da Paraíba.
- Áries, P. (1986). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Assis, S. G.; Constantino, P. (2005). Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. In: *Ciência e Saúde Coletiva* (10)1, 81-90.
- Augusto, M. H. O. (1989). *Políticas públicas, políticas sociais e política de saúde: algumas questões para reflexão e debate*. *Tempo Social; Rev. Sociol*, 1(2), 105-119.
- Avila, S. de F. O. de. (2005). A adolescência como ideal social. In: *Simpósio Internacional do Adolescente 2*. São Paulo.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bastos, A. D. (2002). *De infrator a delinquente: O Biográfico em ação* (Dissertação de mestrado). Retirado do banco de dado da Universidade Federal Fluminense.
- Baudrillard, J. (1995). *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos Editora.
- Bazon, M. R., Silva, J. L. & Ferrari, R. M. (2013). Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei. In: *Educação em Revista*, 29(2), 175-199.
- Bessa, M. A. do S. M. R. (2010). *O sub-relato e fatores correlacionados ao uso de cocaína e maconha no terceiro trimestre de gestação em adolescentes grávidas* (tese de doutorado). Retirado da base de dados CETAD Observa: Observatório Baiano sobre substâncias psicoativas.
- Bonamigo, I. (1998). *Disciplina e Exclusão: processos de institucionalização das práticas de atendimento voltadas às crianças e adolescentes pobres*. Chapecó /SC: Grifos.

- Brasil (2007a). *Saúde de adolescentes e jovens*. Caderneta. Retirado em 21/03/2007, de <http://portal.saude.gov.br/saude/>.
- Brasil (2007b). *Indicadores sociais. Crianças e adolescentes*. Retirado em 21/03/2007, de <http://www.ibge.gov.br/home/>.
- Bulcão, I. (2001). *Investigando as Práticas do Juizado de Menores de 1927 a 1979* (Dissertação de Mestrado). Retirado do banco de dados da Scielo.
- Campos, M. da S. (2009). Mídia e Política: A construção da agenda nas propostas de redução da maioria penal na Câmara dos Deputados. In: *Opinião Pública*, 15(2), 478-509.
- Canavez, M. F., Alves, A. R. & Canavez, L. S. (2010). Fatores predisponentes para o uso precoce de drogas por adolescentes. In: *Cadernos UniFOA*, 14(1).
- Canclini, N. G. (1999). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Carlini, E. L. de A. & Orlandi-Mattos, P. E. (2011). Cannabis Sativa L (Maconha): Medicamento que renasce?. In: *Brasília Med* 48(4), 409-415.
- Castro, A. L. S. (2002). Os adolescentes em conflito com a lei. In: Koller, S. *Adolescentes e psicologia: concepção, práticas e reflexões críticas*. (pp.122-128). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia.
- Chaves, E. S. (2003). Nina Rodrigues: Sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. In: *Psicologia em Estudo*, 8(2), 29-37.
- Código de Menores*. Lei nº 6697 Brasília: Distrito Federal, 1979.
- Coimbra, C. M. B. & Nascimento, M. L. (2005). Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? In: *JOVENes, Revista de Estudos sobre Juventud*, 9(22), 338-355.

- Conselho Nacional de Justiça. (2012). *Panorama nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação*. Brasília: CNJ, 2012.
- Consolim, M. (2010). Émile Durkheim e Gabriel Tarde: Aspectos teóricos de um debate histórico (1893-1904). In: *História: Questões & Debates*, 53(1), p. 39-65.
- Constituição Federal*, no § 3º do art. 5º. Brasília: Distrito Federal, 2013.
- Coutinho, M. da P. de L., Serafin, C. da N. S. e Araújo, L. S. de (2011). A aplicabilidade do Desenho-estória com tema no campo da pesquisa. In: M. da P. de L. Coutinho & E. R. de A. Saraiva (Orgs.). *Métodos de Pesquisa em Psicologia Social: Perspectivas qualitativas e quantitativas*. (pp.205-250). Paraíba, João Pessoa: Editora Universitária UFPB.
- Coutinho, M. da P. de L. (2011). Análise de conteúdo: Breve histórico, conceitos e sua aplicabilidade. In: Coutinho, M. da P. de L., Saraiva, E. R. de A (Orgs.). *Métodos de Pesquisa em Psicologia Social: Perspectivas qualitativas e quantitativas*. (pp. 17-67). Paraíba, João Pessoa: Editora Universitária UFPB.
- Costa, A. P. M. (2005). *As garantias processuais e o direito penal juvenil: Como limite na aplicação da medida sócio-educativa de internação*. Porto alegre: Livraria do Advogado.
- Costa, L. S., Carvalho, M. C. N., Wentzel, T.R. (2009). Intervenção psicológica focal em adolescentes autores de ato infracional. In: *Ciências & Cognição*, 14(2), 130-146.
- Cruz, L., Hillesheim, B. & Guareschi, N. M. de F. (2005) Infância e políticas públicas: Um olhar sobre as práticas Psi. In: *Psicologia & Sociedade*, 17(3), 42-49.
- Cruz, M. S. (2011). Estratégias de redução de danos para pessoas com problemas com drogas na interface dos campos de atuação da justiça e da saúde. In: A. G. Andrade

- (Coord.). *Integração de competências no desempenho da atividade judiciária com usuários e dependentes de drogas* (pp. 271-306). Brasília: Ministério da Justiça.
- Cunda, M. F. & Silva, R. A. N. (2014). O crack em um cenário empedrado: articulações entre os discursos jurídico, médico e midiático. In: *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe.), 245-255.
- Davim, R. M. B., Germano, R. M., Menezes, R. M. V. & Carlos, D. J. D. (2009). Adolescente/Adolescência: Revisão teórica obre uma fase crítica da vida. In: *Rev. Rene.*, 10(2), 131-140.
- Debesse, M. (1946). *A adolescência*. São Paulo. Europa-América.
- Demo, P. (1985). Política Social. In: *Sociologia: uma introdução crítica*. São Paulo: Atlas.
- Dias, C. M. N. P. (2005). A sociologia como ciência em Durkheim. In: *Revista praia vermelha*, 13(1).
- Durkheim, E. (1972). O que é fato social?. In: M. I. P. Queiroz (trad.). *As Regras do Método Sociológico*. Companhia Editora Nacional, pp. 1-4, 5, 8-11.
- Estatuto da Criança e do adolescente – ECA: Lei n. 8609 de 13 de julho de 1990*. Brasília, Distrito Federal, 2013.
- Erikson, E. (2009). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Espíndula, D. H. P. & Santos, M. de F. de S. (2004). Representações sobre a Adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. In: *Psicologia em Estudo*, 9(3).
- Heim, J. & Andrade, A. G. de. (2008). Efeitos do uso do álcool e das drogas ilícitas no comportamentode adolescentes de risco: uma revisão das publicações científicas entre 1997 e 2007. In: *Rev. Psiq. Clín.*, 35 (1).

- Hockenbury, D. H. & Hockenbury, S. E. (2003). In: *Descobrimos a Psicologia*. Estados Unidos: Manole.
- Farr, Robert M.. (2002). *As raízes da Psicologia Social moderna*. Petrópolis: Vozes.
- Ferreira, S. R. S. (2000). *O amor e o namoro me interessam, a AIDS, nem tanto!...: Representações Sociais da AIDS entre jovens de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental de Porto Alegre* (Dissertação de mestrado). Retirada do banco de dados da Scielo.
- Flament, C. (2001). Estrutura e dinâmica das representações sociais. In: Jodelet, D. (Org). *As Representações Sociais* (pp.173-186). Rio de Janeiro: UERJ.
- Fonseca, A. C. (2013). Consumo de drogas e comportamentos antissociais na adolescência: Que relação. In: *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 47(1), 157-176.
- Fontanella, B. J. B.; Ricas, J. & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas em saúde: Contribuições teóricas. In: *Cad. Saúde Pública*, 24(1), 17-27.
- Francischini, R. & Campos, H. R. (2005). Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: Limites e (im)possibilidades. In: *Psico*, 36(3), 267-273.
- Freud, S. (1884). On Coca. In Bick, R. (ed.). *Cocainepapersby Sigmund Freud*. New York: Meridian.
- Galduróz, J. C. F. (2001). Uso e abuso de drogas psicotrópicas no Brasil. In: *Revista IMESC*, 3(1), 37-42.
- Gallo, A. E.; Williams, L. C. D. A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. In: *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(1), 81-95.
- Gonçalves, P. D., Malbergier, A. Andrade, A. G. de, Fontes, M. A. & Cunha, P. J. (2010). Evidence of persistent executive function deficits in cannabis dependence after one month of abstinence. In: *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 32(4).

- Gorman D.M., Huber J.C. Jr. (2007). Do medical cannabis law encourage cannabis use? In: *Int J Drug Policy*.18(1), 160-7.
- Hazekamp A. & Grotenhermen F. (2010). Review on clinical studies with cannabis and cannabinoids 2005-2009. In: *Cannabinoids 5*(special issue), 1-25.
- Homero. (2000). *Odisseia*. São Paulo: ArsPoetica/EDUSP.
- Jesuino, J. C. (2002). A psicologia social europeia. In J. Vala & M. B. Monteiro (coords). In: *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In: D. Jodelet (Org.). *As Representações Sociais* (pp.17-41). Rio de Janeiro: Eduerj.
- Jodelet, D. (2008). Social representations: the beautiful invention. In: *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38(4), 411-430.
- Joffe, H. (1995). Social representation of AIDS: towards encompassing issues of power. In: *Papers on Social Representation*, 4(1), 29-40.
- Jovchelovitch, S. (2003). Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações. In: P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.). *Textos em Representações Sociais* (pp. 63-85). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Kalina, E. & Laufer, H. (1974). *Aos pais de adolescentes*. Rio de Janeiro: Cobra Morato.
- Karam, M. L. (2010). Drogas: legislação brasileira e violações a direitos fundamentais. In: *Law Enforcement Against Prohibition LEAP*.
- Kodato, S., & Silva, A. P. S. (2000). Homicídios de adolescentes: refletindo sobre alguns fatores associados. In: *Psicologia Reflexão e Crítica*, 13(3), 505-515.
- Konzen, A. A. (2007). *Justiça restaurativa e ato infracional: Desvelando sentidos no itinerário da alteridade*. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado.

- Koury, M. G. P. (2003). *A Sociologia de Gabriel Tarde: Notas Introdutórias*. RBSE, 2(4), 126-133.
- Laranjeira, R. (2010). Legalização de drogas e a saúde pública. In: *Ciência e saúde coletiva*, 15(3), 621-631.
- Le Bon, G. (1895). *Psicologia das multidões*. Pensadores.
- Lopes, R. E. & Malfitano, A. P. S. (2006). Adolescência e juventude de grupos populares no Brasil e as políticas públicas: Apontamentos históricos. In: *Histedbr on-line*, 23(1), 114-130.
- Luchese, P. T. R., & Aguiar, D. S. (2002). *Políticas públicas em Saúde Pública*. São Paulo: BIREME/OPAS/OMS.
- Luz, I. de F., Eduardo, L. F. L., Mota, N. B. de M. & Pinheiro, A. de A. A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: Estudo das práticas efetivadas pela liberdade assistida. In: *Rev Humanidade*, 20(1), 78-85.
- Luz, M. M. C. (2007). *A religiosidade vivenciada na recuperação de dependentes químicos*. (Dissertação de Mestrado). Retirada da Biblioteca digital da PUC-Minas.
- Maciel, S. C. (2007). *Exclusão/Inclusão Social do doente mental/louco: Representações e práticas no contexto da Reforma Psiquiátrica* (Tese de Doutorado). Retirada do banco de dados da Universidade Federal da Paraíba.
- Maciel, S. C. & Melo, J. R. F. (2011). O recurso da entrevista e da análise de conteúdo em pesquisas qualitativas. In M. P. L. Coutinho, & E. R. A. Saraiva (Orgs.). *Métodos de pesquisa em Psicologia Social, perspectivas qualitativas e quantitativas* (pp. 175-204). João Pessoa, PB: Editora Universitária.
- Mancebo, D., Oliveira, D. M., Fonseca, J. G. T., & Silva, L. V. (2002). Consumo e subjetividade: Trajetórias teóricas. In: *Estudos de Psicologia* 7 (2), 325-332.

- Martins, P. de O., Trindade, Z. A. & Almeida, A. M. de O. (2003). O ter e o ser: Representações Sociais da Adolescência entre adolescentes de Inserção Urbana e Rural. In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 555-568.
- Martins, F., Santo, L. E., Percílio, D. & Kern, M. C. (2006). Representação social da droga em Brasília – o momento sócio-cultural. In: *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 26(1), 42-56.
- Martins, M. C., Pillon, S. C. (2008). A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. In: *Cad. Saúde Pública*, 24(5), 1112-1120.
- Martins, B., Saldanha, G. R. & Zacharias, D. G. (2014). Drogadição, privação e conflito com a lei: Reflexões. In: *Revista Jovens Pesquisadores*, 4(1), 128-138.
- Medeiros, K. T. *As mulheres no fenômeno das drogas: representações sociais de usuárias de crack* (Dissertação de Mestrado). Retirada do banco de dado da Universidade Federal da Paraíba.
- Melo, J. R. F. (2013). *Representações Sociais de dependentes químicos acerca do crack, do usuário de drogas e do tratamento* (Dissertação de Mestrado). Retirada do banco de dados da UFPB.
- Melvin, L., & Wolkmar, F.R. (1993). *Aspectos clínicos do desenvolvimento na infância e adolescência*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minayo, M. C. S.; Sanches, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? In: *Caderno de Saúde Pública*, 9(3), 239 – 262.
- Moreira, I. A. W. (2011). *As propostas de rebaixamento de idade penal de adolescentes no Brasil e o posicionamento do conjunto CFESS/CRESS* (Dissertação de mestrado). Retirada do banco de dados da Universidade Federal de Santa Catarina.

- Moscovici, S. (1985). *The age of the crowd. A historical treatise on mass psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- Moscovici S. (1981). On social representations. In J. P. Forgas (Ed.). In: *Social cognition: Perspectives on everyday understanding* (pp. 181-209). London: Academic Press.
- Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moscovici, S. (2011). *Representações sociais: investigações em Psicologia social* (7ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moscovici (2012). *Psicanálise: Sua imagem e seu público*. Vozes.
- Mota, R. N. (2012). *A trajetória de jovens em situação de rua usuários de crack*. Brasília: Universa.
- Nardi, F. L. & Dell'Aglio, D. D. (2012). Adolescentes em conflito com a lei: Percepções sobre a família. In: *Psicologia Teoria e Prática*, (28)2, 181-191.
- Nóbrega, S. M. da & Coutinho, M. da P. de L. O teste de associação livre de palavras. In: Coutinho, M. da P. de L., Saraiva, E. R. de A (Orgs.). *Métodos de Pesquisa em Psicologia Social: Perspectivas qualitativas e quantitativas*. (pp. 95-106). João Pessoa: Editora Universitária UFPB.
- Nonticuri, A. R. (2010). *As vivências de adolescentes e jovens com o crack e suas relações com as políticas sociais protetoras neste contexto* (Dissertação de mestrado). Retirada do banco de dados da Universidade Católica de Pelotas.
- Nunes, L. M. & Jóluskin (2007). O uso de drogas: Breve análise histórica e social. In: *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 4(1), 230-237.
- Olievenstein, C. (1985). *Destino do Toxicômano*. São Paulo: Almed.

- Oliveira, F. (2003). *Saúde da população negra*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde.
- Oliveira, M. de. (2012). O conceito de representações coletivas: Uma trajetória da divisão do trabalho às formas elementares. In: *Debate do Ner*, 13(22), 67-94.
- Ozella, S. (2002). Adolescência: uma perspectiva crítica. In: M. de L. J. Contini, S. H. Koller & M. N. dos S. Barros (Orgs.). *Adolescência e Psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas* (pp.16-24). Rio de Janeiro, RJ: Conselho Federal de Psicologia.
- Pauly, E. L. & Silva, G. F. A redução da idade penal e as teorias raciais: O retorno de um debate político-pedagógico que se pensava superado. In: *Arquivos analíticos de políticas educativas*, 21(1), 1-26.
- Penso, M. A., Conceição, M. I. G., Costa, L. F. & Carreteiro, T. C. C. (2012). *Jovens pedem socorro: O adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual*. Brasília: Universa.
- Pereira, S. E. F. N., Sudbrack, M. F. O. (2008). Drogadição e Atos Infracionais na Voz do Adolescente em Conflito com a Lei. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2).
- Pereira, O. G. (1993). A emergência do paradigma americano. In: J. Vala & M. B. Monteiro (coords.). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Perez, J. R. R. & Passone, E. F. (2010). Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. In: *Cadernos de Pesquisa*, 40(1), 649-673.
- Pinheiro Filho, F. (2004). A noção de representação em Durkheim. In: *Luanova*, 61, 139-155.
- Política Nacional de Assistência Social – PNAS* (2004). Secretaria Nacional de assistência social. Brasília, Distrito Federal.

- Poiares, C. A. (1999). Contribuição para uma análise histórica da droga. In: *Toxicodependência*, 5(1), 3-12.
- Raupp, L. M. (2006). *Adolescência, drogadição e políticas públicas: Recortes no contemporâneo* (Dissertação de mestrado). Retirada da base de dados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Rea, I. M.; Parker, R. A. (2000). *Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução*. São Paulo: Pioneira.
- Reis, S. L. de A. & Bellini, M. (2011). Representações sociais: Teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. In: *Acta Scientiarum Humanand Social Sciences*, 33(2), 149-159.
- Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação* (2010). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Ribeiro, C. G. (2011). *Representações sociais da violência doméstica: Qualidade de vida e resiliência entre mulheres vítimas e não vítimas* (Tese de doutorado). Retirada da base de dados da Universidade Federal da Paraíba.
- Rizzini, I. (2009). Crianças e menores: Do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: I. Rizzini & F. Pilotti (Orgs.). *A arte de governar crianças. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez.
- Rodrigues, E. M. (2014). *Concepções sobre criança e infância e a influência da sociedade de consumo no processo de desenvolvimento infantil* (Dissertação de mestrado). Retirada do BDN.

- Saraiva, E. R. A. (2007). *A experiência materna mediada pela depressão pós-parto: um estudo das representações sociais* (Dissertação de mestrado). Retirado do banco de dados da Universidade Federal da Paraíba.
- Sartório, A. T. (2007). *Adolescente em Conflito com a Lei: Uma análise dos discursos dos operadores jurídico-sociais em processos judiciais* (Dissertação de mestrado).
- Silva, A. F. A. (1998). *O Mito da Imputabilidade Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente*. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina.
- Silva, D. de S. (2005). *Gênero e assistência as usuárias de álcool e outras drogas* (Dissertação de mestrado). Retirada da base de dados da PUC-Rio.
- Sá, C. P. de. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Santos, A. M. (1993). Os primórdios de uma disciplina – curso e percurso. In: J. Vala & M. B. Monteiro (coords.). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação CalousteGulbenkian.
- Santos, A. R. M. dos, Silva, E. A. P. C. da, Silva, P. P. Costa da & Cartaxo, H. G. de O. (2014). Estilo de vida na adolescência: O envolvimento religioso atuando nos comportamentos de risco à saúde. In: *Pensar a prática*, 17(1).
- Schoen-Ferreira, T. H., Aznar-Farias, M., Silves, E. P. de M. (2010). Adolescência através dos séculos. In: *Psicologia: Teoria e prática*, 26(2), 227-234.
- Schultz, D. P. & S. E. Schultz. (2009). *História da Psicologia Moderna*. São Paulo: Cengage Learning.
- Seibel, S. D., & Toscano Jr., A. (2001). Conceitos básicos e classificação geral das substâncias psicoativas. In: S. D. Seibel & A. Toscano Jr. (Orgs.). *Dependência de drogas* (pp. 1-6). São Paulo: Atheneu.

- Senna, S. R. C. M. & Dessen, M. A. (2012). Contribuições das Teorias do Desenvolvimento Humano para a Concepção Contemporânea da Adolescência. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28 (1).
- Sena C. A. & Colares V. (2008). Comportamentos de risco para a saúde entre adolescentes em conflito com a lei. In: *Cad Saúde Pública*, 24(10), 2314-22.
- Silva, C. C.; Costa, M. C. O.; Carvalho, R. C. de; Amaral, M. T. R.; Cruz, N. L. de A. & Silva, M. R. (2014). Iniciação e consumo de substâncias psicoativas entre adolescentes e adultos jovens de Centro de Atenção Psicossocial Antidrogas/CAPS-AD. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(3), 737-745.
- Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE/Secretaria Especial dos Direitos Humanos*. (2006). Brasília-DF: CONANDA.
- Souza, M. & Souza, L. V. Silva. (2013). Elucubrações sociojurídicas acerca da redução da maioridade penal. In: *Revista Pesquisas Jurídicas*, 2(1), 128-145.
- Sposati, A. Especificidade e Intersetorialidade da Política de Assistência social. (2004). In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, 77(1).
- Stor, C. L., Accornero, V. H. & Crum, R. M. (2007). Profiles of disruptive behavior: Association with recent drug consumption among adolescents. In: *Addictive Behaviors*, 32(1), 248-264.
- Teixeira, C. E. (2002). O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. In: *Revista AATR*, 1-11.
- Tiski, S. (2010). Introdução à questão da filosofia primeira em Comte. In: *Acta Scientiarum. Humanand Social Sciences*. 32(2), 217-222.
- Vala, J. (1993). Representações sociais para uma psicologia social do pensamento social In: Vala, J. & Monteiro, M. B. *Psicologia Social*. (pp. 353-384) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Vicentino, C. (1998). *História, memória viva: Idade Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Scipione.
- Weber, M. (1970). The methodological foundation sociology. In: L. A. Coser & B. Rosemberg (Eds.). *Sociological Theory: A Book of Readings* (pp. 248-258) Toronto: The MacMillan Company.
- White, H. R., Jackson, K. M., & Loeber, R. (2009). Developmental Sequences and Comorbidity of Substance Use and Violence. In: M. D. Krohn, A. J. Lizotte, & G. P. Hall (Eds.). *Handbook on Crime and Deviance* (p. 433- 468). New York: Springer.
- WHO, World Health Organization. (1986). Young People's Health – a Challenge for Society. Report of a WHO Study Group on Young People and Health for All. In: *Technical Report Series 731*. Geneva: WHO.
- Zhang, D., Willson, V., Katsiyannis, A., Barrett, D., Ju, S., Wu, J. (2010). Truancy offenders in the juvenile justice system: a multicohort study. In: *Behavioral Disorders*, 35(3), 229-242.
- Zamora, M. H. (2008). *Adolescentes em conflito com a lei: Um breve exame da produção recente em psicologia*. Polêm!ca.
- Zappe, J. G. (2010). *Adolescência, ato infracional e processos de identificação: Um estudo de caso de adolescentes privados de liberdade* (Dissertação de mestrado). Retirada da base de dados da Universidade de Santa Maria.

APÊNDICES

APÊNDICE – I

QUESTIONÁRIO SÓCIODEMOGRÁFICO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

QUESTIONÁRIO SÓCIO-DEMOGRÁFICO

1. Idade: _____
2. Estado civil: () solteiro () casado () viúvo () separado/divorciado ()
convivendo com outra pessoa
3. Você tem visita íntima?
4. Escolaridade: () Não alfabetizado () Ensino fundamental incompleto ()
Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio
completo () Superior incompleto () Superior
5. Número de filhos _____
6. Religião: _____
7. Mora em: casa própria () casa alugada ()
8. Com quem você mora? () mãe () irmã (o) () pai () padrasto () esposa
(o)/namorada (o) () sozinho () outro: _____
9. Quantas medidas sócio educativas e quais?
() advertência () obrigação de reparar o dano () prestação de serviços à
comunidade () liberdade assistida () inserção em regime de semiliberdade ()
internação em estabelecimento educacional.
10. Há quanto tempo está aqui? _____

11. Motivo: _____
12. Quem sustenta sua casa: _____
13. Quem costuma visitá-lo: _____
14. Uso de droga: () álcool () cigarro () maconha () cocaína () crack () outra
_____ () não uso

Perguntas referentes APENAS para quem já consumiu ou consome drogas:

15. Com que idade iniciou o uso de droga: _____
16. Tempo de uso: _____
17. Frequência: _____

APÊNDICE – II

TÉCNICA DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS – TALP

Se eu lhe digo a palavra DROGA, o que lhe vem a mente? Diga-me três palavras que rapidamente você associa a palavra DROGA.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Se eu lhe digo CRIME, o que lhe vem a mente? Diga-me três palavras que rapidamente você associa a palavra CRIME

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Se eu lhe digo a palavra FAMÍLIA, o que lhe vem a mente? Diga-me três palavras que rapidamente você associa a palavra FAMÍLIA

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

APÊNDICE – III

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. O que você acha que leva uma pessoa a cometer o (s) ato (s) infracional (is)? E o que te levou a cometer o ato infracional?
2. O que você acha que leva alguém ao uso de drogas? (Caso já tenha feito uso) E o que te levou ao uso de drogas?
3. Você acredita que o consumo de drogas pode levar alguém a cometer um crime?
4. Fale sobre como você acha que é a família do adolescente que cometeu algum ato infracional? (problemas, importância).
5. O que você acha sobre o CEA? (tratamento, recuperação para ser devolvido a sociedade, das acomodações)
6. O que você entende acerca da redução da maior idade penal?

APÊNDICE IV



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa é sobre “Uso de drogas e ato infracional: Representações sociais de adolescentes em conflito com a lei ” e está sendo coordenada por Silvana Carneiro Maciel com a participação de alunos da graduação e da pós-graduação do curso de Psicologia da UFPB. O objetivo do estudo é: Conhecer e analisar as representações sociais acerca do uso de drogas entre os adolescentes em conflito com a lei e da existência da relação com o ato infracional.

Solicitamos a sua colaboração para a realização da pesquisa, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e publicar em revista científica/livro; esclarecendo que o anonimato será sempre respeitado.

Esclarecemos, ainda, que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Local: _____ Data: _____

Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Silvana Carneiro Maciel; Telefone: 3216-7337 (Departamento do Curso de Graduação em Psicologia-UFPB) ou pelo e-mail: silcamaciel@ig.com.br

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável